

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS NATURAIS E EXATAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA E
GEOCIÊNCIAS**

**A REORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO AGRÁRIO DE
JÚLIO DE CASTILHOS/RS: UMA NOVA DINÂMICA
ATRAVÉS DA LAVOURA EMPRESARIAL DA SOJA**

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Monica Cargnin

**Santa Maria, RS, Brasil
2009**

**A REORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO AGRÁRIO DE JÚLIO DE
CASTILHOS/RS: UMA NOVA DINÂMICA ATRAVÉS DA
LAVOURA EMPRESARIAL DA SOJA**

por

Monica Cargnin

Dissertação de Mestrado apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Geografia e Geociências, Área de Concentração Análise Ambiental e Dinâmica Espacial, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Geografia**

Orientadora: Profa. Dra. Meri Lourdes Bezzi

Santa Maria, RS, Brasil

2009

**Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Ciências Naturais e Exatas
Programa de Pós-Graduação em Geografia e Geociências**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada, aprova a
Dissertação de Mestrado

**A REORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO AGRÁRIO DE JÚLIO DE
CASTILHOS/RS: UMA NOVA DINÂMICA ATRAVÉS DA LAVOURA
EMPRESARIAL DA SOJA**

Elaborada por
Monica Cargnin

Como requisito parcial para obtenção do grau de
Mestre em Geografia

COMISSÃO EXAMINADORA:

Carmem Rejane Flores Winzniewsky, Dra.
(Presidente/UFSM)

Luiz Fernando Mazzini Fontoura, Dr. (UFRGS)

Antonio Nivaldo Hespanhol, Dr. (UNESP/Presidente Prudente)

Santa Maria, 22 de setembro de 2009.

AGRADECIMENTOS

A Universidade Federal de Santa Maria e ao Curso de Pós-Graduação em Geografia, pelo conhecimento e oportunidades que obtive.

A professora e orientadora Meri Lourdes Bezzi por compartilhar um pouco do seu olhar geográfico, por sua atenção e criteriosa análise.

Ao IBGE e funcionários Homero e Jonas da Agência de Santa Maria, em especial a Sônia da biblioteca da Agência IBGE Porto Alegre, pela disponibilidade e informações prestadas.

Aos produtores rurais de Júlio de Castilhos, as entidades públicas e privadas, as empresas e as cooperativas pelas informações prestadas, fundamentais para o êxito da pesquisa.

A Deus, por estar comigo e guiar os meus passos todos os dias de minha caminhada.

Aos meus familiares, especialmente a minha mãe, pelo apoio essencial para que fosse possível a realização do mestrado.

De maneira especial ao meu namorado Fabiano, pelo incentivo, carinho e compreensão durante o convívio ou na ausência dele, importantes para esta conquista.

As colegas de casa Regina e Jaqueline pela compreensão e amizade.

As colegas de Mestrado Eunice, Fernanda e Medianeira pelo companheirismo, colaborações e sugestões.

"É melhor tentar e falhar,
que preocupar-se e ver a vida passar;
é melhor tentar, ainda que em vão,
que sentar-se fazendo nada até o final.

Eu prefiro na chuva caminhar,
que em dias tristes em casa me esconder.

Prefiro ser feliz, embora louco,
que em conformidade viver ..."

(Martin Luther King)

RESUMO

Dissertação de Mestrado
Programa de Pós-Graduação em Geografia e Geociências
Universidade Federal de Santa Maria

A REORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO AGRÁRIO DE JÚLIO DE CASTILHOS/RS: UMA NOVA DINÂMICA ATRAVÉS DA LAVOURA EMPRESARIAL DA SOJA

AUTORA: MONICA CARGNIN
ORIENTADORA: MERI LOURDES BEZZI
Local e Data de Defesa: Santa Maria, 22 de setembro de 2009.

A inserção do capital faz com que as unidades territoriais se organizem e/ou reorganizem, uma vez que o mesmo ocorre de forma desigual no espaço de acordo com a demanda do mercado considerando as escalas local, regional, nacional e internacional. Conseqüentemente, de acordo com o grau técnico e a presença de novos atores econômicos, tem-se a dinâmica espacial. Na atualidade, ocorre o incremento dos investimentos em tecnologias e capital destinados à agricultura juntamente com a expansão de culturas voltadas para o mercado externo. Da mesma forma que a agricultura empresarial, a pecuária, busca se inserir no processo de modernização através do melhoramento genético dos rebanhos. Nesta perspectiva, a pesquisa centra-se na abordagem do espaço agropecuário de Júlio de Castilhos/RS. Como objetivo geral a pesquisa visa compreender a dinâmica socioeconômica a partir da introdução da cadeia produtiva da soja na organização/reorganização espacial de Júlio de Castilhos. Especificamente buscou-se: (a) identificar o marco temporal da inserção da cultura da soja e a sua evolução na ocupação do espaço agrícola de Júlio de Castilhos/RS; (b) verificar a relação existente entre o processo de despecuarização espacial e a inserção da lavoura empresarial da soja e, (c) analisar as transformações socioeconômicas, técnicas e espaciais a partir da introdução da cadeia produtiva da soja, através da modernização agrícola e da melhoria da infra-estrutura no município. Para esta análise, combinou-se técnicas de coleta de dados qualitativos e quantitativos através de fontes primárias e secundárias. As entrevistas com os produtores e a coleta de dados primários do IBGE e da FEE compõem o banco de dados, base para o entendimento das transformações espaciais. No contexto histórico, a gênese, deste recorte espacial está atrelado à distribuição de terras, através da doação de sesmarias evidenciando características típicas deste período, entre elas a matriz tradicional, baseada na pecuária extensiva. Entretanto, nas últimas décadas, o setor primário vem passando por mudanças significativas no seu processo produtivo, principalmente quanto à produção agrícola. A pecuária, no município, está cedendo espaço via processo de despecuarização espacial para a lavoura empresarial da soja. Em Júlio de Castilhos a pecuária, considerando a escala temporal em análise, 1940 a 1995/96, apresentou declínio significativo tendo seu efetivo de bovinos reduzido em torno de 50%. Por outro lado, no mesmo período, a área com lavoura de soja duplicou. Desta forma, pode-se afirmar que grande parte dos campos nativos com topografia favorável para o desenvolvimento da lavoura mecanizada foi transformado em lavoura. Paralelamente, a pecuária busca, via melhoramento genético, cultivo de pastagens, e inseminação artificial, alternativas para compensar a redução de área cedida para a lavoura da soja. Enfatiza-se que o município castilhense apresenta transformações no seu espaço produtivo e, conseqüentemente, essas modificações provocaram reorganizações na economia local tanto no espaço urbano quanto no rural necessitando melhorias na infra-estrutura. É necessário também desenvolver políticas que busquem dinamizar o emprego, estruturar a malha viária entre outras formas de dinâmica que visem inserir o município no desenvolvimento local/regional.

Palavras-chave: espaço agrário; lavoura empresarial da soja; reorganização espacial; modernização da agricultura.

ABSTRACT

Master's degree Dissertation
Master's degree in Geography and Geoscience
Federal University of Santa Maria

THE AGRARIAN SPACE REORGANIZATION IN JÚLIO DE CASTILHOS/RS: A NEW DYNAMICS THROUGH THE MANAGERIAL SOY FARMING

AUTHOR: MONICA CARGNIN

TUTOR: MERI LOURDES BEZZI

Place and Date of the Presentation: Santa Maria, September, 22nd, 2009.

The insertion of capital makes the territorial units organize and/or reorganize, as it happens in an unequal way in the space according to the demand of the market, considering the local, regional, national and international scales. Consequently, according to the technical degree and the presence of new economical factors, we get the spatial dynamics. At the present time, we have the increment of investments in technologies and capital for agriculture with the expansion of cultures turned to the external market. In the same way as managerial agriculture, the livestock seeks to be inserted in the modernization process through the genetic improvement of the flocks. In this perspective, this research is centered in the approach of the agricultural space of Júlio de Castilhos/RS. As general objective, the research seeks to understand the social economical dynamics, starting from the introduction of the productive chain of soy in the spatial organization/reorganization of Júlio de Castilhos. Specifically it was sought: (a) to identify the temporary mark of the soy culture insertion and its evolution in the occupation of the agricultural space of Júlio de Castilhos/RS; (b) to verify the existent relationship between the process of spatial removal of livestock culture and the insertion of the managerial farming of soy and, (c) to analyze the social, economical, technical and spatial transformations, starting from the introduction of the productive chain of soy, through the agricultural modernization and the improvement of infrastructure in the municipal district. For this analysis, it was combined techniques of collection of qualitative and quantitative data through primary and secondary sources. The interviews with the producers and the collection of primary data from IBGE and FEE composed the database, basis for the understanding of the space transformations. In the historical context, the genesis of this space cutting is tied to the distribution of lands, through the sesmarias donation, evidencing typical characteristics of this period, among them the traditional matrix, based on the extensive livestock. However, over the last decades, the primary section is going through significant changes in its productive process, mainly as to the agricultural production. The livestock, in this municipal district, is giving way to the managerial farming of soy. In Júlio de Castilhos, the livestock, considering the temporary scale in analysis, 1940 to 1995/96, presented significant decline, having its cattle reduced in about 50%. On the other hand, in the same period, the area of soy farming duplicated. This way, it can be affirmed that great part of the native fields with favorable topography for the development of the automated farming was transformed in farming. In parallel, the livestock, through genetic improvement, cultivation of pastures, and artificial insemination, seeks alternatives to compensate the area reduction given to the farming of soy. It is emphasized that the municipal district in question presents transformations in its productive space and, consequently, those modifications provoked reorganizations in the local economy, as in the urban and rural space, needing improvements in the infrastructure. It is also necessary to develop policies that help the dynamics of employment, structure the road network, among other dynamics forms that seek to insert the municipal district in the local/regional development.

Keywords: agrarian space; managerial farming of soy; space reorganization; modernization of agriculture.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

MAPA 1 – Localização do município de Júlio de Castilhos no estado do Rio Grande do Sul.....	16
GRÁFICO 1 – Gráfico da produção de trigo e soja no Rio Grande do Sul de 1930 a 1990.....	47
QUADRO 1 – Composição e estrutura do Complexo Agroindustrial.....	54
FIGURA 1 – Modelo geral da Cadeia Produtiva.....	58
QUADRO 2 – Modelo do Agronegócio.....	59
FIGURA 2 – Esquema das interações no Complexo Agroindustrial Soja.....	61
FOTOGRAFIA 1 – Cruz em homenagem a Redução de Natividade de Nossa Senhora, no município de Júlio de Castilhos/RS.....	66
FOTOGRAFIA 2 – Reprodutor bovino da raça charolês.....	70
GRÁFICO 2 – Número de produtores entrevistados que possuem estabelecimentos em outros municípios.....	77
GRÁFICO 3 – Outra profissão do proprietário de estabelecimento agropecuário entrevistado de Júlio de Castilhos/RS.....	84
GRÁFICO 4 – Efetivo de bovinos no município de Júlio de Castilhos no período de 1940 a 2006.....	96
GRÁFICO 5 – Evolução da área plantada e produção de soja no município de Júlio de Castilhos/RS.....	98
GRÁFICO 6 – Evolução da área plantada e produção de soja, de acordo com FEE, em Júlio de Castilhos/RS.....	99
FOTOGRAFIA 3 – (A) Lavoura de soja em fase de desenvolvimento. (B) Sistema plantio direto da soja em Júlio de Castilhos/RS.....	102
FOTOGRAFIA 4 – Lavoura de trigo pronta para colheita no município de Júlio de Castilhos/RS.....	103

FOTOGRAFIA 5 - (C) Lavoura de soja colhida com pastagem em desenvolvimento, (D) Ilhas de campo nativo com pecuária de corte em Júlio de Castilhos/RS.....	108
FOTOGRAFIA 6 – Silo metálico para armazenamento da produção agrícola em estabelecimento agropecuário em Júlio de Castilhos/RS.....	112
QUADRO 3 – Depoimentos de produtores rurais entrevistados favoráveis a expansão da lavoura empresarial de soja no município de Júlio de Castilhos/RS.....	119
QUADRO 4 - Depoimentos de produtores rurais entrevistados favoráveis a estabilização da lavoura empresarial de soja no município de Júlio de Castilhos/RS.....	121
FOTOGRAFIA 7 – (E) Trator com distribuidor de fertilizantes agrícolas para agricultura de precisão, (F e G) aparelhos acoplados ao trator que direcionam a distribuição dos insumos agrícolas.....	126
FOTOGRAFIA 8 – Indústria de recebimento e processamento de leite da CCGL em Cruz Alta/RS.....	129
FOTOGRAFIA 9 – Sede da Cooperativa Agropecuária Júlio de Castilhos no município de Júlio de Castilhos/RS.....	131

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – Os dez maiores frigoríficos do Estado gaúcho em 1973.....	29
TABELA 2 - Grupos de área total dos estabelecimentos agropecuários de acordo com o IBGE.....	33
TABELA 3 – Total de estabelecimentos agropecuários pesquisados de acordo com os grupos de área total em Júlio de Castilhos/RS.....	76
TABELA 4 – Dados comparativos da condição do responsável pela administração e exploração dos estabelecimentos agropecuários pesquisados em Júlio de Castilhos/RS.....	78
TABELA 5 – Formas de aquisição dos estabelecimentos agropecuários pesquisados em Júlio de Castilhos/RS.....	79
TABELA 6 – Condição do declarante por tipo de atividade em Júlio de Castilhos/RS.....	82
TABELA 7 – Local de residência dos proprietários de estabelecimentos agropecuários entrevistados de Júlio de Castilhos/RS.....	83
TABELA 8 – Forma de acompanhamento dos trabalhos nos estabelecimentos agropecuários pelo proprietário em Júlio de Castilhos/RS.....	86
TABELA 9 – Número e duração dos contratos de arrendamentos no município de Júlio de Castilhos/RS.....	87
TABELA 10 – Composição da mão-de-obra que trabalha nos estabelecimentos agropecuários pesquisados em Júlio de Castilhos/RS.....	89
TABELA 11 – Comparativo do tipo de mão-de-obra para cada grupo de área total em Júlio de Castilhos/RS.....	91
TABELA 12 – Tempo de uso contínuo da terra e rotação de cultivos nas lavouras temporárias em Júlio de Castilhos/RS.....	94

TABELA 13 – Tipo de utilização das terras nos estabelecimentos agropecuários pesquisados em Júlio de Castilhos/RS.....	95
TABELA 14 – Período de início do plantio de soja pelos produtores entrevistados no município de Júlio de Castilhos/RS.....	100
TABELA 15 – Proporção de área de acordo com o tipo de cultura para a lavoura temporária no município de Júlio de Castilhos/RS.....	105
TABELA 16 – Efetivo da pecuária de bovinos e ovinos nos estabelecimentos agropecuários pesquisados de Júlio de Castilhos/RS.....	106
TABELA 17 – Equipamentos agrícolas nos estabelecimentos agropecuários pesquisados de Júlio de Castilhos/RS.....	110
TABELA 18 – Tempo de início da realização de financiamento nos estabelecimentos agropecuários pesquisados em Júlio de Castilhos/RS.....	113
TABELA 19 – Dados do grau de redução da área de campo nativo no período de 5 a 10 anos recentes em Júlio de Castilhos/RS.....	116
TABELA 20 – Tipo de mão-de-obra utilizados nos estabelecimentos agropecuários no Rio Grande do Sul e Júlio de Castilhos/RS.....	128

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
1 REVISITANDO AS MATRIZES TEÓRICAS	24
1. 1 A ocupação espacial e a formação da estrutura fundiária do Rio Grande do Sul	24
1. 2 Modernização da agricultura	33
1.2.1 Resgatando e refletindo sobre a modernização da agricultura	34
1. 2. 2 A influência da modernização da agricultura na organização socioespacial do Estado gaúcho	39
1. 3 A expansão do trigo e da soja através da lavoura empresarial	45
1.4 A dinâmica do Complexo Agroindustrial da soja	53
2 A ORGANIZAÇÃO SOCIOECONÔMICA DO MUNICÍPIO DE JÚLIO DE CASTILHOS	63
2.1 A gênese do município de Júlio de Castilhos e a organização do seu espaço produtivo	63
3 A REORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO PRODUTIVO DE JÚLIO DE CASTILHOS	75
3.1 Agropecuária de Júlio de Castilhos e as transformações decorrentes da origem e expansão da lavoura empresarial da soja	75
3.2 As modificações em Júlio de Castilhos decorrentes da cadeia produtiva da soja sob a perspectiva de entidades administrativas	123
CONSIDERAÇÕES FINAIS	135
REFERÊNCIAS	142
ANEXOS	152
ANEXO A - Questionário aos produtores rurais	153
ANEXO B - Questionário à entidades ligadas ao setor agropecuário de Júlio de Castilhos	160
ANEXO C - Questionário à entidades administrativas de Júlio de Castilhos.	162

ANEXO D - Questionário destinado à empresa multinacional fornecedora de insumos agropecuários.	164
ANEXO E – Localização dos estabelecimentos agropecuários dos produtores entrevistados de Júlio de Castilhos/RS.	165

A inserção do capital permite que determinados locais se organizem e/ou reorganizem, pois o mesmo ocorre de forma desigual no espaço. Assim, conforme a demanda do mercado, considerando as escalas, local, regional, nacional e internacional é que os lugares se diferenciam. Conseqüentemente, de acordo com o grau de desenvolvimento técnico e da presença de novos arranjos econômicos, têm-se distintas dinâmicas espaciais.

O setor agrário gaúcho passou por diversas transformações, quanto a sua estrutura fundiária e o grau de utilização da terra. Nesse sentido, a sua gênese está ligada ao processo das sesmarias responsável pelas grandes propriedades as quais proporcionaram a concentração da terra, bem como os conflitos estabelecidos por ela no decorrer do tempo. A grande propriedade ainda se faz presente no estado gaúcho, sendo responsável por muitos embates no que diz respeito à posse da terra. A desigualdade na distribuição das terras está relacionada à área e as formas da produção agrária destinada à agricultura e a pecuária.

Na atualidade, os investimentos em tecnologias e capital, na agricultura, juntamente com o seu direcionamento para as culturas voltadas para o mercado externo a tornaram bastante viável e lucrativa. Na pecuária tradicional o processo de modernização através do melhoramento do rebanho ocorre gradativamente. Assim, a agricultura, nos moldes empresariais, pressiona as áreas de pecuária, na forma de arrendamento dos campos.

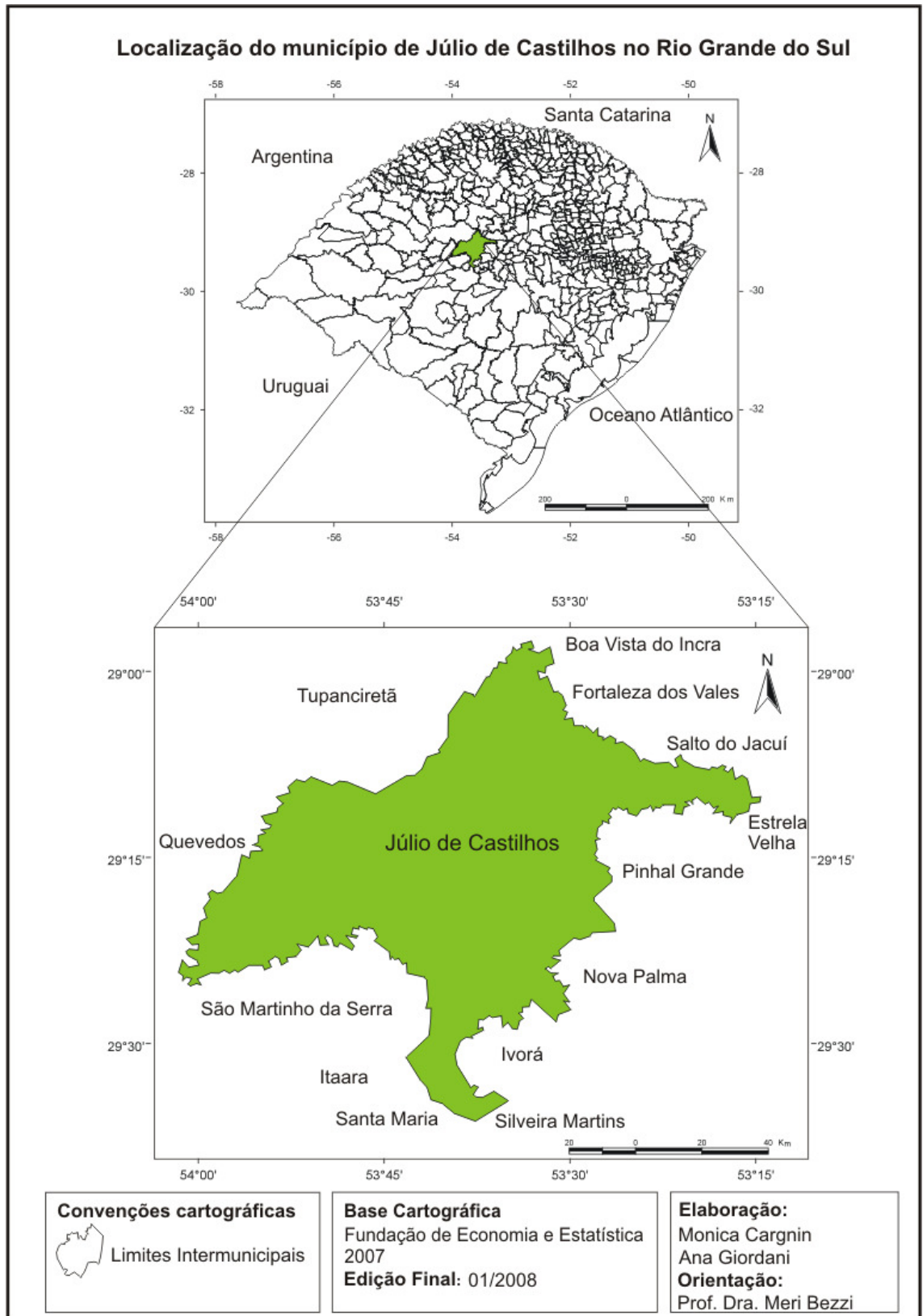
Nesse contexto, a pesquisa elegeu como área de estudo o espaço agropecuário de Júlio de Castilhos/RS, tendo como preocupação primordial analisar a dinâmica socioeconômica a partir da introdução da cadeia produtiva da soja na organização/reorganização espacial do município. Especificamente o trabalho buscou: (a) identificar o marco temporal da inserção da cultura da soja e a sua evolução na ocupação do espaço agrícola do município de Júlio de Castilhos; (b) verificar a relação existente entre o processo de despecuarização espacial e a inserção da lavoura empresarial da soja e, (c) investigar as transformações socioeconômicas, técnicas e espaciais a partir da introdução da cadeia produtiva da soja, através da modernização agrícola e da melhoria da infra-estrutura no município.

O contexto histórico de formação do município de Júlio de Castilhos está atrelado à distribuição de terras, através da doação de sesmarias. Portanto, apresenta características típicas desse período, ou seja, a matriz tradicional, baseada na pecuária extensiva com predomínio da grande propriedade. Salienta-se que a pecuária está perdendo espaço não apenas em termos de produção, mas, também, em área, uma vez que o mesmo está sendo transferido para a agricultura gradativamente. Assim, o setor agrário se redesenha, pois as áreas de campo nativo transformaram-se em terras para a lavoura comercial da soja. Através dessa nova cadeia produtiva, o município busca perspectivas de desenvolvimento local e regional e, conseqüentemente a sua inserção no mercado regional e externo.

É importante destacar que a cultura da soja começou a ser cultivada, no estado gaúcho, em áreas de planalto, no qual se localiza Júlio de Castilhos. As potencialidades naturais como a presença de uma topografia com relevo plano e solos férteis, além de chuvas bem distribuídas o ano todo aliado ao econômico, ou seja, a valorização do grão no mercado internacional contribuiu para a expansão da soja em todo o Rio Grande do Sul, e especificamente na Microrregião de Cruz Alta, na qual está inserido o município em análise (Mapa 1).

A pecuária foi tão significativa, no município, que ele se tornou conhecido, no estado gaúcho, como a capital do gado charolês. Devido a essa característica, instalou-se, em Júlio de Castilhos, a Cooperativa Regional Castilhense de Carnes e Derivados Ltda, a qual foi responsável pela inclusão do gado charolês gaúcho na rota das importações européias (SARTORI, 1998). Essa cooperativa foi, por algum tempo, a responsável pela sustentação da economia local, bem como por manter ativo o mercado da carne bovina em Júlio de Castilhos e nos municípios vizinhos.

O Rio Grande do Sul, desde a sua gênese, esteve ligado à pecuária e, essa se tornou a atividade dominante por um período bastante longo de sua história. Tal atividade também é predominante na maioria das unidades territoriais da Campanha Gaúcha. Na atualidade, a pecuária ainda é uma atividade tradicional e pode ser considerada como uma das principais fontes de renda do setor primário do estado.



Mapa 1 - Localização do município de Júlio de Castilhos no Estado do Rio Grande do Sul.

Fonte: FEE, 2007.

Org.: Cargnin, M., 2008.

A pecuária como atividade econômica principal, desde a gênese de Júlio de Castilhos desenvolveu-se baseada na concentração da terra, expressa através das grandes extensões de terras, ligadas geralmente a famílias tradicionais. Para o município, essa atividade, é significativa desde o período que antecede a sua emancipação política e pode ser considerada como um legado de ordem econômica, o que lhe forneceu uma identidade cultural materializada na figura do gaúcho pecuarista.

No entanto, nas últimas décadas, o setor primário vem passando por transformações significativas no seu processo produtivo, principalmente no que se refere à produção agrícola. O surgimento de outras atividades econômicas de lucratividade mais rápida, a exemplo da cultura empresarial da soja, impulsionada pela demanda do mercado interno e externo, foi responsável por um novo redimensionamento nesse segmento produtivo no Rio Grande do Sul.

A pecuária no Município está cedendo espaço para a lavoura empresarial, principalmente para a lavoura temporária da soja, levando ao arrendamento ou venda das áreas a ela anteriormente dedicadas, processo esse denominado por Bezzi (1985), de despecuarização espacial. Esse se deve, em parte, ao modelo capitalista agro-exportador, o qual provocou um reordenamento produtivo visando o mercado externo procurando também, maximizar a monocultura através da lavoura empresarial. Essa substituição de atividade de parte das áreas antes ocupadas pela pecuária, passando para a atividade agrícola, iniciou-se após a Revolução Verde a partir da década de 50.

Na década de 70, o setor agrário brasileiro passou por um processo de modernização intenso e, foi nessa década que a cultura da soja ganhou impulso no ramo do agronegócio gaúcho.

Para a realização da análise da dimensão e organização do espaço agrário de Júlio de Castilhos através da lavoura empresarial da soja, a pesquisa procurou combinar técnicas de coleta de dados qualitativos e quantitativos de fontes primárias e secundárias. Como auxiliar no processo de compreensão da evolução histórica e organização do espaço agrário do Rio Grande do Sul e de Júlio de Castilhos, realizou-se levantamento bibliográfico dos referenciais teóricos. Através desses buscou-se resgatar conceitos norteadores, marcos conceituais, referentes à temática da dissertação, as quais deram suporte para perceber, na totalidade, os fatores que interferem na organização e evolução desse recorte espacial.

Posteriormente, procurou-se, o entendimento sobre a organização socioespacial do município castilhense, desde a sua emancipação até a atualidade. Identificou-se o período da inserção da soja e sua influência na reorganização do espaço agrário, bem como, outros conceitos chaves pertinentes à pesquisa como: estrutura fundiária, despecuarização espacial, modernização agrícola, estabelecimento agropecuário, lavoura empresarial, cadeia produtiva e complexo agroindustrial. Nessa etapa, buscou-se o aprofundamento teórico-metodológico através de bibliografias e dados estatísticos específicos.

Como método investigativo a pesquisa baseia-se na dialética entendendo que essa é responsável pela dinâmica da composição e organização do espaço. Assim, procurou-se entender essa unidade territorial através da análise da transformação, da reorganização e da dinâmica do espaço como um todo. Os fenômenos foram analisados considerando desde a sua gênese até a atualidade. Através dessa análise, foi possível então, apreender que as transformações são decorrentes da organização espacial que os distintos estágios técnicos e a presença de determinados atores econômicos impõem ao espaço. Esses fazem com que o mesmo se reestruture e, conseqüentemente, reorganize o espaço produtivo de acordo com as exigências do mercado global.

O método dialético considera a realidade através da investigação da ação recíproca. Nesse sentido, essa abordagem, considera que o mesmo seja visto como algo em constante mudança. Os fenômenos não são estáticos, pelo contrário, estão em constantes transformações, gerando, portanto espaços distintos e heterogêneos e esses são os responsáveis pelas desigualdades regionais.

Deve-se ter em mente que a dialética tem como princípio fundamental a ideia de movimento, transformação, dinâmica e superação dos fenômenos, dos objetos. Pensar o mundo dialeticamente é conceber que tudo está em movimento, em constante transformação e nada é permanente. Ela considera e valoriza a história. Assim os fatos não podem ser compreendidos desvinculados do tempo (ANDRADE, 1998).

Resgata-se novamente Andrade (1998, p. 113), quando o autor ressalta que a dialética “[...] é contrária a todo conhecimento rígido: tudo é visto em constante mudança, pois sempre há algo que nasce e se desenvolve e algo que se desagrega e se transforma”.

Nesse contexto, a dialética considera que tudo está em movimento, em transformação. Para a Geografia, ciência espacial, as principais mudanças são as socioeconômicas que ocorrem distintamente nos recortes espaciais, pois esses apresentam estágios de desenvolvimento diferentes, impulsionadas por forças produtivas da sociedade nele presente. Levando-se em conta o desenvolvimento e a organização do espaço rural, ocorrem nesse, diversas mudanças. Essas demonstram a contradição entre o “velho” e o “novo”. Dessa forma, o “velho”, de um lado, está relacionado às atividades tradicionais como a pecuária extensiva, a qual se opõe ou cria resistência ao “novo” que está se inserindo e, por outro, o “novo” relaciona-se a toda atividade que gera uma nova dinâmica no espaço, no caso específico dessa pesquisa a agricultura baseada na lavoura empresarial da soja.

Cabe salientar que o ato de produzir é, também, um ato de reproduzir o espaço, e a organização desse é determinada pela tecnologia, cultura, sociedade e economia (SANTOS, 1980). Nesse sentido, o homem é entendido como um agente atuante e transformador do espaço e da história, no decorrer do tempo. Em Júlio de Castilhos pode-se perceber essa transformação através da modernização da agricultura através da inserção da lavoura capitalista.

Tendo como base a matriz teórica, delineou-se a parte prática da pesquisa. Essa priorizou o trabalho de campo, o qual se constituiu em distintas etapas. A primeira esteve relacionada a coleta de dados provenientes de fontes secundárias, como dados censitários obtidos no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e na Fundação de Economia e Estatística (FEE) referentes aos dados ligados à agropecuária de Júlio de Castilhos.

Ressalta-se que foi necessário a utilização de dados mais recentes, os quais foram coletados na FEE. Tal fato é justificado pela demora da divulgação dos resultados finais do censo agropecuário do IBGE, ano base 2006, para a agricultura no que diz respeito às variáveis das lavouras temporárias. Para as variáveis produtos agrícolas como a soja, o milho e o trigo, o banco de dados foi organizado através da FEE¹. Delimitou-se a coleta dos mesmos no período de dez anos, ou seja, de 1998 a 2007.

¹ Sabe-se que as técnicas de coleta das variáveis do IBGE e FEE não contemplam a mesma metodologia. No entanto, foi necessário recorrer a essa prática para se obter os dados recentes, os quais demonstram a realidade produtiva do município. Essa dinâmica permitiu a compreensão das transformações atuais ocorridas no espaço agropecuário na última década.

A segunda forma de obtenção dos dados foi a coleta dos mesmos através da pesquisa de campo. Essa foi realizada nos meses de julho e agosto de 2008, com os produtores rurais do município e os representantes dos órgãos gestores e empreendedores do Município, como: Secretaria da Agricultura, Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Sindicato Rural, Associação Rio-grandense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER), Inspeção Veterinária de Júlio de Castilhos, Cooperativa Agropecuária Júlio de Castilhos (COTRIJUC), Cooperativa Agrícola Mista Nova Palma (CAMNPAL), Fundação Estadual de pesquisa agropecuária (FEPAGRO), Agrodelta comércio de cereais e insumos agrícolas e Agroscherer. Esses empreendimentos se caracterizam por atuarem diretamente na assistência técnica, prestação de serviços e fornecimento de produtos para o desenvolvimento da atividade agropecuária do município.

Paralelamente, buscou-se, uma empresa de caráter multinacional, para coletar informações sobre a sua atuação no município e na região. Para tal finalidade selecionou-se a empresa Nufarm S.A., com sede na Austrália, a qual apresenta filial em mais de 100 países atuando no fornecimento de insumos agropecuários.

A preocupação central da pesquisa foi analisar as transformações espaciais decorrentes da inserção da cadeia produtiva da soja e sua relação com outras atividades econômicas do Município. Nesse sentido, as variáveis selecionadas para o trabalho, no que diz respeito à agricultura, foram à cultura da soja, do trigo, do milho. E, para a pecuária, o número de bovinos e de ovinos. Investigou-se, também, alguns componentes da cadeia produtiva da soja como a questão do armazenamento através dos silos; a infra-estrutura da malha viária através dos transportes e estradas pavimentadas ou não; o armazenamento dos produtos através das cooperativas; a modernização via maquinários e insumos agrícolas e as tecnologias empregadas, entre outros elementos importantes para viabilizar essa cadeia produtiva.

O trabalho de campo foi efetivado em duas fases. A primeira através da observação *in loco*, na qual se procurou através da captura de fotografias evidenciar as áreas mais expressivas da temática em estudo, ou seja, demonstrar, na paisagem, as áreas onde predominam a pecuária e que passaram a ser utilizadas pelas lavouras empresariais da soja.

A outra fase, diz respeito à realização de entrevistas estruturadas aos responsáveis pelos órgãos gestores do município, ou seja, aqueles que se dedicam as atividades agropecuárias e a empresa multinacional fornecedora de insumos para a agricultura e pecuária local. Essas foram aplicadas a 10 pessoas selecionadas. Para isso, selecionou-se um representante de cada entidade. As entrevistas realizadas com os pecuaristas e produtores rurais de soja totalizaram 50. Esses foram pré-selecionados conforme o total de estabelecimentos agropecuários existentes no município, de acordo com censo agropecuário do IBGE.

Os critérios para a seleção dos agropecuaristas entrevistados foram definidos através de amostra intencional, abrangendo todos os distritos do Município. Para a seleção dos estabelecimentos agropecuários, foram consideradas as atividades praticadas pelos mesmos, ou seja: 1) pecuaristas; 2) agricultores e, 3) pecuaristas e agricultores.

As entrevistas foram organizadas através de um roteiro de questões semi-estruturadas. Estas seguiram um padrão, a fim de garantir maior rigor nas informações. O instrumento de pesquisa, responsável por direcionar o desenvolvimento das entrevistas, consta de 48 questões, as quais procuraram resgatar informações a cerca da agropecuária de Júlio de Castilhos. O questionário, aos produtores rurais, foi composto por cinco partes distintas, as quais contemplam questionamentos fundamentais para a pesquisa (ANEXO A).

A parte I abrangia questões de 1 a 15 e referem-se aos dados relativos à propriedade, ao declarante e a mão-de-obra. Buscaram-se informações principalmente sobre a localização do estabelecimento, quem explora o estabelecimento, o tamanho do estabelecimento agropecuário de acordo com os grupos de área total do censo agropecuário do IBGE e o tipo de mão-de-obra que é utilizada no mesmo. Na parte II, questões da 16 a 24, referia-se à estrutura agrária e a produção. Estas permitiram estabelecer as relações entre as atividades agropecuárias pelo viés da agricultura e da pecuária, contemplando as transformações espaciais ocorridas na unidade territorial em estudo.

As informações sobre a tecnologia empregada pelos produtores rurais integralizaram a parte III da entrevista. Essas abrangiam questões da 25 a 32 e procuram demonstrar o grau de utilização de equipamentos e insumos modernos utilizados nos estabelecimentos.

A parte IV correspondia às questões 33 a 37. Nessas, buscou-se identificar os dados referentes ao efetivo de animais e ao melhoramento genético presente na atividade pecuária, no município.

A última parte do questionário, questões da 38 a 48, buscou-se subsidiar as informações relativas a assistência técnica e financiamento para ambas as atividades. Nessa seção também se indagou sobre a despecuarização espacial, a inserção e as perspectivas da lavoura de soja e outros produtos agropecuários em Júlio de Castilhos.

O questionário dois, destinado aos informantes qualificados (COTRIJUC, CAMNPAL, AGROSHERER, Agrodelta), constitui-se de vinte e duas questões, as quais buscam compreender o papel das cooperativas e das empresas no desenvolvimento técnico da agropecuária, na armazenagem e compra da produção agrícola. Também se procurou estabelecer a importância dessas, na inserção do município no agronegócio gaúcho (ANEXO B).

O terceiro questionário visava compreender a importância da Secretaria da Agricultura, Sindicato Rural, Sindicato dos Trabalhadores Rurais, EMATER e FEPAGRO na atividade agropecuária do Município. Esse foi organizado através de dez questões, as quais indagavam sobre a assistência social e técnica, prestada aos produtores rurais e pecuaristas, bem como, a evolução da atividade agropecuarista e as transformações que essas passaram no decorrer do tempo (ANEXO C).

O último questionário destinou-se a empresa multinacional fornecedora de insumos agropecuários, contendo treze questões, as quais buscaram retratar a importância dessas empresas no fornecimento dos produtos às cooperativas e empresas privadas, as quais, posteriormente, vendem aos produtores rurais (ANEXO D).

Para a aplicação do instrumento de pesquisa (entrevistas) aos informantes qualificados e produtores rurais, percorreram-se os locais pré-estabelecidos, com prévio agendamento da entrevista, para que as mesmas fossem realizadas de forma satisfatória, e dentro do período previsto para a sua realização.

As informações obtidas, nas entrevistas, juntamente com os dados coletados em fontes secundárias foram tabulados e codificados em planilhas do software Excel, empregando-se tanto análise qualitativa quanto a quantitativa para a interpretação das mesmas. Esses dados foram fundamentais, ou seja, a base para a construção de gráficos, tabelas e quadros, os quais facilitam a visualização das

informações coletadas e na análise da realidade da agropecuária de Júlio de Castilhos. Além disso, essas informações foram de fundamental importância para a compreensão da reorganização do espaço agrário do Município em estudo.

A partir da análise e interpretação das transformações decorrentes da inserção da cultura da soja no espaço agrário de Júlio de Castilhos, foi possível delinear as perspectivas, os obstáculos e as dificuldades para o desenvolvimento da atividade econômica baseada na lavoura empresarial da soja, e dessa forma, entender a reorganização do espaço agrário do Município através da cadeia produtiva da soja.

A pesquisa foi organizada em três capítulos, além da introdução, das considerações finais e das referências. O primeiro capítulo refere-se à revisão teórica, no qual se procurou resgatar os marcos conceituais que nortearam o desenvolvimento da pesquisa.

No segundo capítulo, expõe-se a organização socioeconômica do município de Júlio de Castilhos, o qual demonstra a relação entre a sua história e as atividades econômicas presentes nesse recorte espacial, até a atualidade.

E, no terceiro capítulo, apresentam-se os resultados obtidos para a compreensão da reorganização do espaço produtivo de Júlio de Castilhos. Através desse, foi possível delinear as transformações decorrentes da dinâmica proporcionada pela inserção da lavoura empresarial da soja e, conseqüentemente, a reorganização espacial dessa unidade territorial.

Nas considerações finais, são expostas as mudanças evidenciadas através da pesquisa e as perspectivas da evolução da agropecuária no Município.

Nas referências são colocados o suporte teórico da pesquisa através do rol de livros, periódicos e outros aportes teóricos e metodológicos que permitiram estruturar o trabalho.

1 REVISITANDO AS MATRIZES TEÓRICAS

Para compreender a organização do espaço agrário do Estado gaúcho buscou-se resgatar, neste capítulo, a evolução da ocupação espacial, a formação da estrutura fundiária e, a sua influência na apropriação e exploração da terra, bem como, na estruturação das atividades econômicas.

O presente capítulo resgata os principais conceitos utilizados para estruturar a matriz teórica da dissertação. Nesse sentido, destacam-se os conceitos de estrutura fundiária, modernização da agricultura, agronegócio, complexo agroindustrial, entre outros, os quais são fundamentais para a compreensão da temática do trabalho.

1.1 A ocupação espacial e a formação da estrutura fundiária do Rio Grande do Sul

O Brasil é um dos países em que a estrutura fundiária se caracteriza pelo predomínio da grande propriedade que, na sua maior parte, encontra-se sub-explorada. Este cenário do espaço rural brasileiro é resultante dos antecedentes históricos de ocupação do espaço, compreendendo desde o período colonial, através do sistema de doação de sesmarias, implantado pela Coroa Portuguesa permanecendo na atualidade com outras denominações. Nesse sentido, é necessário resgatar o processo de formação da estrutura fundiária do Rio Grande do Sul para compreender os fatores que foram decisivos para a sua atual configuração fundiária.

A distribuição das sesmarias se iniciou no terceiro decênio do século XVIII, com objetivo principal de garantir a soberania da Coroa Portuguesa. As sesmarias eram terras devolutas de propriedade do governo imperial que, posteriormente, foram distribuídas a famílias com determinado status social (BEZZI, 1985).

Para Andrade (1979, p. 5), o sistema de sesmaria

Estabelecia que o beneficiado fosse sempre uma pessoa que houvesse prestado serviço ao Rei ou Coroa, fosse cristão e possuísse bens e autoridade suficiente para demarcar o lote recebido, desmatá-lo e, realizar o

povoamento e a cultura da terra, implantou no Brasil um sistema latifundiário e monocultor.

O beneficiado com o lote de terra, de acordo com a legislação vigente na época, deveria ser alguém que fosse capaz de povoar e defender seus escravos, como os capitães. Conforme Pesavento (1984, p. 15), as sesmarias

[...] eram terras devolutas, medindo em regra 3 léguas por 1 légua (cerca de 13 000 hectares) e foram concedidas primeiramente na região que se estendia de Tramandaí e um pouco mais ao sul, acompanhando o caminho dos tropeiros no exíguo Rio Grande Português da época.

Essa forma de organização do espaço é a gênese da pecuária extensiva a qual, posteriormente, determinaria a base econômica predominante no Estado gaúcho. Desenvolve-se uma pecuária com numeroso rebanho bovino em extensas áreas, onde havia pouca utilização de técnicas para o controle qualitativo dos rebanhos.

Brum (1988, p. 24) ressalta que as terras devolutas, nas quais se concretizou em partes as sesmarias

Eram propriedades extensas, [...], em forma de quadrado variando de 3 a 6 léguas de lado, podendo atingir até mais de 13000 hectares, cujos limites quase nunca eram fixados com exatidão. Essas estâncias de criação de gado deram origem ao latifúndio pastoril em toda a área de campo, à medida que foi se processando a ocupação do território.

Pode-se dizer, então, que, o sistema de doação de sesmaria foi um dos fatores determinantes na configuração da estrutura fundiária brasileira e, conseqüentemente, do Rio Grande do Sul.

Atualmente, essa herança colonial ainda se faz presente em alguns estados brasileiros. Esse sistema de posse e uso da terra, anteriormente denominada sesmaria é chamado de grande propriedade latifundiária, ou também de latifúndio e, na sua maioria, constitui-se de propriedades privadas (ANDRADE, 1979).

Para compreender a formação socioespacial do Rio Grande do Sul, deve-se associar a mesma ao ciclo pastoril² e ao ciclo da exploração agrícola³. A partir do

² Ciclo pastoral ocorrido no interior do Rio Grande do Sul, enquanto o ciclo da exploração agrícola intensiva se desenvolveu predominantemente no litoral e inicialmente implantado em pequenas propriedades (CESAR, 1979).

ciclo pastoril iniciou-se a doma e a criação de gado bravo⁴ em grandes extensões de terras, principalmente pelos paulistas no Estado gaúcho, conforme reforça Cesar, (1979, p.10) “Fazendeiros paulistas, com fome de terra, penetraram pelo Norte, atingiram o Campo do Meio, plantaram suas casas e currais desde o Rio Pelotas até Cruz Alta⁵ e São Martinho”.

Foi através dos fazendeiros paulistas que a atividade pastoril baseada na domesticação bovina, começava a se dinamizar nos estados do sul do Brasil. No que se refere à expansão dos pecuaristas paulistas, Cesar (1979, p. 26) menciona

Ao norte, nos planaltos vizinhos de Santa Catarina, já se notava intensa atividade pastoril, em razão do avanço da pecuária paulista. Fazendeiros dessa origem esparramaram-se a caminho do Sul, enquanto uma parte deles já havia atingido o Noroeste, deitando por ali (nos atuais municípios de Cruz Alta, Santo Ângelo, Ijuí, Tupanciretã e, por outro lado, convergindo para Passo Fundo e daí tomando rumo ao litoral pelos campos de Lagoa Vermelha) uma rede de estâncias e currais cujo efeito foi a imediata valorização dos espaços quase desaproveitados.

Essa expansão da criação de gado em vastas áreas foi favorecida pela abundância das pastagens naturais do Sul do Brasil. Além disso, a forma de organização da propriedade era representada pelas estâncias. Inserido nesse contexto, o Rio Grande do Sul, através das fazendas de criação de gado preserva historicamente características da época colonial, herança do sistema econômico português, no qual a concentração de terras em poder de poucas pessoas constituiu as grandes propriedades, que subsiste a pecuária tradicional, por exemplo, na maioria dos municípios da Campanha Gaúcha, e em alguns municípios do Planalto Gaúcho, como Júlio de Castilhos, Cruz Alta, Tupanciretã, entre outros.

A origem das estâncias está atrelada às sesmarias. Nesse sentido, César (1979, p. 13) enfatiza “De fato, as sesmarias, então doadas a pessoas de posses ou de prestígio, serviram de base à implantação de estâncias, em cujos campos o gado, sob um costeiro antes ignorado, prosperou grandemente”.

Nesta linha de raciocínio Costa, (1991, p. 66) afirma que “Nas primeiras décadas de 1800, havia no Rio Grande apenas 539 proprietários com suas

³ O ciclo pastoril esteve relacionado à forma de organização agropastoril, baseada na pequena propriedade com trabalho familiar e produção destinada principalmente para o consumo próprio (KÜCHEMANN, 1980).

⁴ Bovino primitivo, selvagem, que ainda não passou por um processo de domesticação.

⁵ O município de Júlio de Castilhos neste período pertencia ao município de Cruz Alta, sendo que sua emancipação ocorreu em 1891 (Costa, 1991).

estâncias. [...]. As estâncias variavam de 2 a 10 léguas (100 a 500 quadras de sesmaria) e algumas excediam a essa enorme área”.

Desse modo, as estâncias foram definitivamente implantadas no Rio Grande do Sul, e a principal atividade econômica baseava-se na pecuária. Em relação a este termo regional, Rodrigues (2006, p. 26) destaca que “As Estâncias constituíram-se em um dos segmentos socioeconômicos mais importantes da história do Rio Grande do Sul baseado na pecuária extensiva realizada em grandes propriedades, materializando os latifúndios pastoris”.

Estas estâncias foram instituídas no estado Gaúcho no início da distribuição dos grandes lotes de área, como destaca Pesavento (1984, p.15), “[...] na terceira década do século XVIII, teve início o processo de distribuição de sesmarias, definindo-se a posse da terra, com o estabelecimento de estâncias”.

Com essa forma de organização da propriedade, criou-se o sistema de criação de gado em extensas áreas em consequência da abundância de pastagens naturais e campos nativos. Assim, a economia do Rio Grande do Sul prosperou, principalmente, com a comercialização dos produtos oriundos da pecuária como o charque e o couro.

Neste contexto, Rodrigues (2006, p. 30) aponta que “A courama foi o primeiro grande ciclo da pecuária do Rio Grande do Sul, pois envolveu uma primitiva relação de trabalho e produção no setor primário”.

O couro extraído do gado xucro constituiu-se como o principal produto de exportação e, foi objeto de interesse de diversos grupos sociais, desde os portugueses até vaqueiros individuais. O couro nesse momento histórico representou prosperidade e desenvolvimento. Foi também através do couro que se estabeleceram as primeiras formas de relações produtivas (RODRIGUES, 2006).

Advindo da evolução da economia no campo através da courama, o Estado gaúcho, atravessou por outros ciclos econômicos, com destaque para o ciclo do charque nas áreas denominadas charqueadas.

Brum (1988, p. 26) explica que a comercialização do charque passou por

[...] rápida expansão a partir de 1780 tornando-se o principal produto da economia gaúcha até a primeira Guerra Mundial. Dos campos das Missões e do norte do Estado as tropas de gado eram levadas para as charqueadas de Cachoeira do Sul, Pelotas, etc.

A principal atividade econômica gaúcha girava em torno da criação de gado e da produção de charque. Rodrigues (2006, p. 32) destaca que “No Rio Grande do Sul, as charqueadas apresentaram uma produção sistemática e significativa de charque que teria a finalidade de abastecer tanto o mercado interno quanto o externo”.

O surgimento das charqueadas representou, por um longo período de tempo, a prosperidade econômica do Rio Grande do Sul. A produção do charque foi muito significativa para a economia, constituindo-se o segundo grande ciclo econômico de grande importância. Em torno dessa produção criou-se uma sociedade dividida, de um lado, os grandes beneficiadores do charque e, de outro, os estancieiros, grandes criadores de gado (RODRIGUES, 2006).

As charqueadas entraram em decadência com a inserção dos frigoríficos estrangeiros, após a Primeira Guerra Mundial (1914 - 1918), reflexo da crise em que a pecuária gaúcha estava passando. Esses com tecnologia superior aos frigoríficos nacionais, mantinham os preços da carne mais baixos e, além disso, a crise da Bolsa de Nova Iorque em 1929 completou o quadro de dificuldades da pecuária gaúcha (PESAVENTO, 1980). Além desses fatores, deve-se acrescentar que a pecuária gaúcha enfrentava concorrência com outras áreas de pecuária brasileira, aliada a falta de apoio através dos financiamentos, o qual era disponibilizado apenas para a agricultura (BEZZI, 1985).

Por outro lado, a pecuária gaúcha se inseriu nos moldes capitalistas através dos frigoríficos, com industrialização da carne, voltada para a exportação. Através destes a pecuária se organizou, desenvolvendo-se através do melhoramento genético e de alternativas na busca de melhores condições para se inserir na competitividade no mercado. Entretanto, esse segmento produtivo passou a ser controlado por quatro grandes cartéis em escala regional como Wilson, Anglo, Armour, Swift (VALVERDE, 1985).

Enquanto que, em escala local destacava-se a Cooperativa Regional Castilhense de Carnes e derivados, importante frigorífico com grande expressão econômica para a região por longo período. Dentre os 22 frigoríficos que existiam no Rio Grande do Sul em 1974 a Cooperativa Regional Castilhense se encontrava entre as dez maiores em número de bovinos abatidos (VALVERDE, 1985). Em decorrência da crise no mercado da carne, a Cooperativa passou por períodos de recessos econômicos, trabalhando abaixo do seu potencial e havendo interrupção

dos trabalhos em 2008, já em 2009 voltando a funcionar, recontratando seus funcionários.

Destaca-se que os principais frigoríficos no Rio Grande do Sul, contribuíram para o desenvolvimento e expansão do mercado interno e externo da carne gaúcha (Tabela 1).

Tabela 1 - Os dez maiores frigoríficos do Estado gaúcho em 1973.

Estabelecimentos	Bovinos abatidos	% sobre o total
Swift-Armour	197331	19,5
Coop. Rural Serrano	69914	7,0
Frigorífico Anglo	69001	7,0
Coop. Ind. Carnes	65702	6,5
Coop. Castilhense	55820	5,5
J. Gomes Filho	49156	5,0
Coop. Fronteira Oeste	45996	4,5
Coop. Santanense	36360	3,5
Frig. Anselmi	32175	3,0
Rosan	30445	3,0

Fonte: Valverde, O., 1985, p. 227.
Org.: CARGNIN, M., 2008.

O momento de crise no setor primário representou uma fase de dinamização, tanto, da atividade pecuarista quanto da agrícola. Foi necessário que as mesmas introduzissem formas de produção mais modernas através das inovações tecnológicas exigidas pelo modelo capitalista.

Nesse sentido, Fontoura (2004, p. 242) aponta que a pecuária também passou por processo de modernização para acompanhar a evolução e exigência do mercado, iniciando

A partir da metade dos anos 80, consolidando-se na década de 90, ocorre uma mudança de paradigma na produção pecuária gaúcha, a que chamamos de pecuária empresarial. As variáveis sanidade, manejo, genética e alimentação passam a ser integrados e de forma sistêmica. [...].

A alimentação é fornecida aos animais na forma de melhoramento dos campos, restevras de lavouras como o arroz e soja, formação de pastagens e silagens (fermentação).

A agricultura e a pecuária passaram a se integrar cada vez mais, e ao mesmo tempo, a pecuária também estabeleceu estreitas relações com as indústrias e os grupos multinacionais através dos frigoríficos, os quais exigiam melhoramento genético do rebanho para manter a competitividade através do aumento da produtividade (FONTOURA, 2004).

A agricultura juntamente com a pecuária passou a desempenhar então a função suplementar para a economia gaúcha, na medida em que, fornecia produtos básicos para a alimentação da população. A função de auxiliar à economia, assumida pela pecuária e pela agropecuária colonial, seja através do fornecimento de carnes ou de produtos alimentares para todo o país, demonstrou a sua importância para a economia gaúcha. Com a modernização da agricultura foi possível o aumento da produção e disponibilidade de alimentos para a população (RODRIGUES, 2006).

Por outro lado, a agricultura e a pecuária mantiveram a função de reprodução da força de trabalho. Bezzi (1985, p. 54) afirma que “[...], tanto a lavoura empresarial como a agropecuária colonial sustentam uma parte da reprodução da força de trabalho nacional, o que faz o Estado ser chamado de “Celeiro do Brasil”.

Desde a implantação da lavoura empresarial, houve reformulações nas relações sociais de trabalho. Essas, desde o início foram pautadas no trabalho assalariado e temporário, diferentemente da pecuária em que o trabalho era assalariado, mas predominantemente de forma permanente. Há que se ressaltar que existe também uma diferenciação na quantidade de mão-de-obra absorvida nessas atividades. A necessidade de força de trabalho pode estar atrelada ao tamanho da propriedade e ao tipo de atividade.

No que diz respeito à absorção de mão-de-obra a Fundação de Economia e Estatística, FEE, (1978, p. 51) diz que essa diferenciação é resultante da

[...] tecnologia substituidora de mão-de-obra, como é o caso de equipamentos utilizados nas diversas fases da produção agrícola, permite um ritmo de acumulação livre das limitações impostas pela oferta de trabalho. Ademais, por possibilitar a intensificação do ritmo de trabalho e, conseqüentemente, uma menor absorção de mão-de-obra no processo produtivo – criando assim um diferencial cada vez maior entre a oferta e a demanda de empregos, [...].

A quantidade de mão-de-obra necessária para o desenvolvimento das atividades agropecuárias pode ser redimensionada de acordo com as técnicas empregadas e, também conforme a dimensão dos estabelecimentos agropecuários.

Para compreender o que se considera por estabelecimento agropecuário buscou-se subsídios no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, IBGE, (1995/96, p. 23) o qual considera como

[...] todo terreno de área contínua, independente do tamanho ou situação (urbana ou rural), formado de uma ou mais parcelas, subordinado a um único produtor, onde se processasse uma exploração agropecuária, ou seja: o cultivo do solo com culturas permanentes ou temporárias, inclusive hortaliças e flores; a criação, recriação ou engorda de animais de grande e médio porte; a criação de pequenos animais, a silvicultura ou o reflorestamento; e a extração de produtos vegetais. Excluíram-se da investigação os quintais de residências e hortas domésticas.

Complementando a definição de estabelecimento agropecuário, o IBGE, (1995/96, p. 24) considera como um único estabelecimento agropecuário “As áreas confinantes sob a mesma administração, ocupadas segundo diferentes condições legais (próprias, arrendadas, e ocupadas gratuitamente)”.

Assim, é considerado como estabelecimento agropecuário não apenas para os que detêm o título da propriedade, mas todo o produtor que explora o solo, seja para os cultivos agrícolas, para a pecuária, o reflorestamento ou outras atividades, na forma de arrendamento ou parcerias. O estabelecimento agropecuário pode resultar da junção de duas ou mais propriedades rurais. Para o IBGE a administração do estabelecimento é realizada por um titular, mas podem existir mais de um proprietário para o mesmo estabelecimento agropecuário, nesta situação a produção e os gastos são divididos entre os proprietários.

O IBGE (1995/96, p. 24) considera também como estabelecimento agropecuário

As áreas confinantes pertencentes a um só proprietário, mas entregues a administrações diversas foram considerados como estabelecimentos distintos. Consideraram-se como estabelecimentos distintos, as áreas exploradas em regime de parceria, quando os responsáveis por sua administração eram os próprios parceiros.

Entende-se também que o estabelecimento agropecuário pode ser de apenas um proprietário, mas sob administrações diferenciadas sendo considerado para cada administração um estabelecimento agropecuário distinto. Reforçando o que se considera por estabelecimento agropecuário, o IBGE (2007, p.18) estabelece que o mesmo

É toda a unidade de produção dedicada, total ou parcialmente, a atividades agropecuárias, florestais e/ou aquícolas. Todo o estabelecimento agropecuário é subordinado a uma única administração: a do produtor ou a do administrador. Independente de seu tamanho, de sua forma jurídica, ou de sua localização em área urbana ou rural, todo o estabelecimento agropecuário tem como objetivo a produção para subsistência e/ou venda, [...].

Salienta-se também que, o estabelecimento agropecuário poderá estar situado tanto no meio rural quanto no urbano, independente da sua localização e tamanho. O estabelecimento deverá ter como função principal a produção ligada a atividade agropecuária. Desse modo, o tipo de produção do estabelecimento é considerado um fator limitante na sua definição.

Para fins de coleta de dados do censo agropecuário, o IBGE (1995/96, p. 20) considera como produtor a “[...] pessoa física ou jurídica que detivesse a responsabilidade da exploração do estabelecimento, quer fosse o mesmo constituído de terras próprias ou de propriedade de terceiros”.

Desse modo, o produtor pode ser classificado de acordo com o IBGE (1995/96, p. 20), conforme a sua condição, como

Proprietário - Quando as terras do estabelecimento, no todo ou em parte, fossem de sua propriedade (inclusive por usufruto, enfiteuse, herança, etc.); Arrendatário - Sempre que as terras do estabelecimento tivessem sido tomadas em arrendamento, mediante o pagamento de quantia fixa em dinheiro, ou sua equivalência em produtos ou prestação de serviços; Parceiro - Se as terras do estabelecimento fossem de propriedade de terceiros, e estivessem sendo exploradas em regime de parceria, mediante contrato verbal ou escrito, do qual resultasse a obrigação de pagamento, ao proprietário, de um percentual da produção obtida; e Ocupante - Nos casos em que a exploração se processasse em terras públicas, devolutas ou de terceiros (com ou sem consentimento do proprietário), nada pagando o produtor pelo seu uso.

No que se refere à estrutura fundiária, o IBGE classifica os estabelecimentos agropecuários por classes, ou seja, através de extratos dos tamanhos de áreas de cada estabelecimento (Tabela 2).

Tabela 2 – Grupos de área total dos estabelecimentos agropecuários de acordo com o IBGE.

Grupos de área total dos estabelecimentos agropecuários				
Menos de 10 ha	10 a menos de 100ha	100 a menos de 1000ha	1000 a menos de 10000ha	10000 ha e mais
Menos de 1 ha	De 10 a 20 ha	De 100 a 200 ha	De 1000 a 2500 ha	De 10000 a 100000 ha
De 1 a 2 ha	De 20 a 50 ha	De 200 a 500 ha	De 2500 a 5000 ha	De 1000000 ha a
De 2 a 5 ha	De 50 a 100 ha	De 500 a 1000 ha	De 5000 a 10000 ha	mais
De 5 a 10 ha				

Fonte: IBGE, 1995/96.
Org.: CARGNIN, M., 2008.

A classificação dos estabelecimentos agropecuários por grupos de área total demonstra uma quantificação detalhada do número de hectares para cada grupo de área e, não traz conceitos teóricos de dimensão das propriedades como o INCRA estabelece.

No que se refere aos principais conceitos relacionados à dimensão dos estabelecimentos agropecuários, esta é uma tarefa complexa. A área total e o número de estabelecimentos agropecuários variam de um município para outro, devido às desigualdades socioeconômicas dos mesmos. A tendência para a maioria dos municípios brasileiros é o decréscimo do número total de estabelecimentos e o aumento da dimensão destes. O que ocorre normalmente é que os pequenos estabelecimentos quando não conseguem sustentar-se economicamente com rendimentos de sua propriedade ou arrendam a mesma e trabalham como assalariados, ou então a vendem para os grandes proprietários de estabelecimentos agropecuários.

1. 2 Modernização da agricultura

1.2.1 Resgatando e refletindo sobre a modernização da agricultura

A agricultura, no Estado gaúcho, inicialmente, desenvolveu-se como uma atividade realizada em moldes tradicionais. Integrou-se aos modelos agrícolas tecnificados através das inovações tecnológicas. A inserção de novas técnicas de produção no campo, a denominada modernização da agricultura, possibilitou mudanças significativas no espaço rural. Estas ocorreram não apenas em termos de aperfeiçoamento das técnicas utilizadas, mas, também, no incremento da produção e nas novas relações de trabalho que passaram a existir.

As discussões acerca da modernização agrícola foram introduzidas, inicialmente, por Paiva (1975), o qual a considera sob um enfoque estruturalista enfatizando as distintas formas de como a mesma iniciou esse processo no setor agrícola. A exemplo disto pode-se mencionar que a modernização iniciou-se através da adoção de algumas técnicas por alguns agricultores, sendo posteriormente largamente difundida através de empresas especializadas.

Resgata-se Paiva (1975 apud CERON; GERARDI, 1984, p. 3), quando o autor menciona que a modernização pode ser entendida como “[...] o processo de melhoria da agricultura pela adoção de técnicas modernas”. Essa melhoria está baseada em um conjunto de fatores, essenciais para o seu desenvolvimento.

Neste contexto, Paiva (1975, p. 123) assinala que a

[...] modernização da agricultura se processa pela difusão de novas técnicas de produção, que, além de mais produtivas (em termos físicos), se caracterizam por serem em geral mais intensivas de capital do que as técnicas chamadas tradicionais, que se apóiam basicamente nos fatores terra e mão-de-obra.

Pode-se dizer então, que a modernização da agricultura foi facilitada pela inserção da técnica de formas diferenciadas no espaço. Essa tem por objetivo alcançar maior produtividade em termos de volume de produção, assim como em produtividade econômica, medida em valor (CERON; GERARDI, 1984).

Reforçando o que se compreende por modernização da agricultura, Hassler (2006, p. 137) menciona que a mesma

[...] pode ser definida como sendo o processo através do qual ocorrem modificações na base técnica da produção. Assim, a agricultura moderna (ou modernizada) é a fase agrícola que se caracteriza pelo uso intensivo, ao nível das unidades produtoras, de máquinas e insumos modernos, bem como por uma racionalização do empreendimento e pela incorporação de inovações técnicas, quer dizer, a utilização de métodos e técnicas de preparo e cultivo do solo, de tratos culturais e de processo de colheita mais sofisticados.

A inserção da técnica representou, para a agricultura, reformulações na organização do processo produtivo, bem como nas relações de trabalho.

A este respeito FEE (1978, p. 51), enfatiza que a técnica deve ser entendida como

[...] o processo de execução de uma atividade ou de um conjunto de atividades pertinentes à produção. A técnica pode ser entendida, pois, como, o produto das descobertas científicas que postas em prática, inovam continuamente os métodos de produção.

Compreende-se, que a técnica, resultado das inovações científicas ao ser colocada em prática, modifica e reorganiza os métodos que conduzem o segmento produtivo agrícola. O emprego da técnica interfere nas relações de trabalho (emprego e salário), na ampliação das oportunidades de investimentos e na mudança das relações capitalistas de produção (BEZZI, 1985).

Nesse sentido, Santos (1997, p. 25) define que as técnicas “[...] são um conjunto de meios instrumentais e sociais, com os quais o homem realiza sua vida, produz e ao mesmo tempo, cria espaço”.

A inserção de técnicas modernas ocorreu em duas fases distintas durante o processo de modernização da agricultura. Este processo de adoção de técnicas apresentou basicamente características microeconômicas, as quais dependem do julgamento do agricultor em adotá-la ou não. Em contraponto, a difusão de técnicas apresenta características macroeconômicas, pois, a modernização acontece com um grande número de agricultores, que ao inserirem-se nesse novo sistema, passam a depender de outros elementos, como as variações da economia e mercado em geral (PAIVA, 1975).

A adoção de técnicas modernas, segundo Paiva (1975, p. 124) leva a vantagens, pois “[...] aceita-se que o objetivo básico do agricultor ao substituir técnicas antigas por novas, seja obter uma vantagem econômica, em termos de um aumento de renda líquida”. Assim, a vantagem econômica pode estar atrelada ao

aumento da produção e redução de custos pela inclusão de novas técnicas. A introdução de máquinas como o trator, a plantadeira e a colheitadeira para realizar o trabalho no campo, fazem com que haja redução da mão-de-obra e ganho de tempo para aumentar a produtividade e, conseqüentemente, a produção (PAIVA, 1975).

Na difusão das técnicas modernas ocorre a inserção de mecanismos de autocontrole, os quais indicam quando chegou-se ao grau máximo de modernização. Paiva (1975, p.129) enfatiza nas suas discussões sobre esta fase da modernização, considerando a mesma como um fenômeno complexo e dependente de alguns fatores, destacando que

Além da vantagem econômica a difusão para alcançar maior número de agricultores depende de uma série de fatores tais como: disponibilidade de recursos materiais e de conhecimentos técnicos, suprimento adequado de insumos modernos, facilidade de créditos, habilidade gerencial dos empresários agrícolas, etc.

Também, deve-se levar em consideração que existem fatores que limitam, ou desestimulam o processo de modernização, denominado mecanismo de autocontrole, como a queda de preços dos produtos agrícolas, os quais são criados pelo próprio processo de modernização e, o grau máximo de difusão da mecanização. Deve considerar-se que o grau de mecanização pode estar atrelado ao crescimento do setor não-agrícola, representado pelas indústrias de beneficiamento, de insumos e de implementos agrícolas, ou pelas políticas de apoio financeiro via sistema de crédito rural (PAIVA, 1975).

Para Tambara (1983, p. 37) “A modernização no setor primário possibilitou o surgimento no Estado de um parque fabril responsável pela fabricação de tratores, colheitadeiras, fertilizantes, defensivos agrícolas, etc.”.

Ao processo de modernização da agricultura está também relacionado ao avanço da industrialização direcionado para o setor agrícola. Esse busca proporcionar a mecanização do campo, que se caracterizou pela substituição da força de trabalho animal e humano, por máquinas e novas técnicas de plantio e colheita mais sofisticados, havendo investimentos de capital em máquinas, insumos e biotecnologia (TAMBARA, 1983).

Além da dependência as indústrias e as empresas de comercialização as quais detém e controlam o comércio mundial de grãos, o setor agrícola necessita de apoio financeiro, o qual ocorre geralmente via políticas de crédito rural. Nesse

sentido, o crédito rural é o suprimento de recursos financeiros, através do Banco do Brasil, bancos privados e, cooperativas de crédito para a aplicação nas atividades rurais. Os valores concedidos estão correlacionados de acordo com as finalidades e condições do produtor rural.

Ressalta-se que, o crédito rural aparentemente facilitou para o produtor agropecuário, a aquisição de tecnologias através de novos equipamentos e insumos para a produção. Dessa forma, permitiu a modernização de todo o processo produtivo.

Por outro lado, o crédito rural, via financiamentos, foi o responsável pelo endividamento e decadência econômica de muitos produtores. A renda agrícola pouco expressiva, e negativa em alguns locais devido às alterações nas condições do tempo, seja por períodos prolongados de seca ou enchentes por vezes acompanhadas de tempestades de granizo entre outras intempéries, limita a produção e levam o produtor a ficar sem condições para saldar parcelas de financiamentos para investimentos, dando prioridade ao pagamento do custeio da atividade.

Quando a ação das intempéries é muito intensa causam perdas irreparáveis a atividade agropecuária e aliados aos períodos de crise, geralmente ocorre a prorrogação do prazo de vencimento das parcelas dos financiamentos mediante o pagamento de um mínimo de cada uma das parcelas, deixando o saldo devedor para ser pago nos anos vindouros (PORTAL DO AGRONEGÓCIO, 2009).

Outra alternativa, ao agropecuarista para aumentar seu poder de compra através dos financiamentos é a Carteira de Crédito Agrícola e Industrial (CREAI). Esta foi criada visando aumentar a concessão de créditos através de financiamentos. A mesma foi reformulada no início de 1950, com o objetivo de ampliar novas formas de créditos aos produtores rurais (MARIANOF, 2000). Assim, foram introduzidas novas perspectivas para a busca de crédito como destaca Marianof (2000, p. 30) dentre elas

Linhas de financiamento visando à conservação a fim de proteger o produtor da ação do intermediário por ocasião das colheitas; ampliou prazos de financiamento para a formação de culturas perenes; criou linha de financiamento para construção de escolas nas propriedades rurais; introduziu empréstimos para investimentos; criou condições especiais para o pequeno produtor; estabeleceu diferentes linhas de financiamentos para as cooperativas.

Salienta-se que o crédito rural foi implantado efetivamente em 1966 e, inicialmente os recursos provenientes dos cofres públicos, correspondiam em torno de 80% para os financiamentos. Ao longo do tempo a participação dos recursos públicos para o crédito foi diminuindo significativamente. Tal fato pode ser exemplificado, pois em 2006 a origem dos recursos financeiros aplicados é praticamente via crédito rural de setores privados (GUIMARÃES, 2007).

Com o intuito de minimizar a falta de crédito rural Marafon (1998, p.132) lembra que foram criadas novas instituições de crédito, “[...] foi fundado em 1981, no Rio Grande do Sul, o Sistema de Crédito Cooperativo – SICREDI, com a participação de 58 cooperativas gaúchas, que evoluiu das antigas caixas rurais e cooperativas de crédito rural [...]”.

Através do Sistema Nacional de Crédito Rural a modernização da agricultura passou a ser definitivamente implementada através da aquisição e uso de máquinas e insumos modernos na produção agrícola.

Com o avanço da modernização no Rio Grande do Sul, ocorreu o que Hassler (2006, p. 139) denomina de industrialização do campo ou industrialização da agricultura, “Esse fenômeno se expressa no fato de a agricultura, enquanto setor produtivo, se tornar uma atividade empresarial crescente, ao mesmo tempo em que se transforma num mercado de máquinas e insumos modernos produzidos pela indústria”.

Pode-se dizer, então, que, o setor agrícola, através da industrialização, passou a incorporar novas tecnologias em seu processo produtivo, criando certa dependência com este, pela necessidade do uso de maquinários, fertilizantes, insumos químicos, assistência técnica, entre outros.

Concordante com estas informações Müller (1987, p. 140) afirma que a

[...] industrialização no sentido moderno do termo, vale dizer, difusão do atual progresso técnico, elevação das concentrações técnicas e, sobretudo, econômicas dos capitais, com avanço das formas oligopolíticas de estruturação de mercados, acentuando a distinção entre grandes e pequenos capitais (o progresso técnico age no sentido de diversificar a demanda intermediária de máquinas, insumos e serviços técnicos, e mais: implica em incorporar o potencial científico tecnológico ao conceito de industrialização do campo).

A industrialização da agricultura ocorreu dentro de um sistema econômico globalizado, o qual se insere em um conjunto de elementos inter-relacionados, o que Brum (1988) e Marafon (1998) denominam de “Complexo Agroindustrial (CAI)”⁶.

Para Müller (1987, p 131) “[...] a constituição do CAI é produto da modernização e atualmente, a manutenção e expansão do CAI, constituem-se no principal vetor da modernização”. Desse modo, a modernização da agricultura continua a ocorrer via o processo de agroindustrialização criado pelo Complexo Agroindustrial.

Nesse contexto, todos os elementos que compuseram a evolução da modernização agrícola, desde os fatores iniciais discutidos por Paiva (1975) até os atuais, resultantes da evolução do meio técnico-científico, como a fase da biotecnologia em que o setor rural está inserido, apresentaram e continuam representando significativa importância para a evolução da modernização da agricultura e, conseqüentemente, para a economia brasileira.

É importante destacar que o processo de modernização, caracterizado pelo emprego de mecanização, tecnologia e agrotóxicos, não representa um modelo ideal de desenvolvimento. De um lado, os produtores têm a preocupação com o aumento da produtividade, mas de outro poucos se preocupam com os impactos negativos, como a liberação de mão-de-obra do meio rural, a qualidade dos produtos e a contaminação dos recursos naturais e da saúde humana e animal, decorrentes, principalmente, da utilização expressiva de agrotóxicos.

1. 2. 2 A influência da modernização da agricultura na organização socioespacial do Estado gaúcho

O espaço agropecuário do Rio Grande do Sul historicamente era configurado estruturalmente em três formas de organização diferenciadas: a pecuária tradicional, a agropecuária colonial e a lavoura empresarial, no qual a modernização ocorreu de forma distinta nos três segmentos produtivos (FEE, 1978).

⁶ As reflexões acerca do Complexo Agroindustrial (CAI) serão abordadas, de forma mais aprofundada, no item 1.4 A dinâmica do Complexo Agroindustrial da soja, p. 50.

As três formas de configuração espacial estão vinculadas ao modo como o homem fixa no solo os seus objetos, que são frutos do trabalho social de acordo com suas necessidades e ao reproduzir ou modificar suas atividades estará organizando ou reorganizando seu espaço (CORREIA, 2003).

O setor primário do Estado gaúcho tem sua gênese na pecuária extensiva. Entretanto, no decorrer do tempo, esta atividade foi fragilizada por crises sucessivas. Alia-se também, a falta de apoio econômico através de financiamentos, pois estes estão quase que exclusivamente destinados para a agricultura. Com o crescimento do setor agrícola, possibilitado pela modernização iniciada na década de 1920, alterou-se nos municípios gaúchos, este cenário rural.

A inserção das inovações tecnológicas na agricultura e a entrada maciça de capital, através dos financiamentos, imprimiram uma nova dinâmica no meio rural. Para os pecuaristas uma alternativa para a crise estava na adesão ao capitalismo rural, via agricultura, através da inserção de culturas capitalistas, ou então através do arrendamento de suas terras (BEZZI, 1985).

Para Rodrigues (2006, p. 38) o segmento produtivo riograndense

[...] é historicamente dividido em agropecuária colonial, baseado em pequenas propriedades e a pecuária tradicional, desenvolvida em grandes propriedades e, somente a partir da metade do século XX, é que se teve a consolidação e aplicação de capital na agricultura através da lavoura empresarial ou também chamada de lavoura capitalista.

Enfatiza-se que a pecuária tradicional baseada principalmente na bovinocultura, desenvolvida de forma extensiva, sustentou, por um longo período de tempo o setor primário gaúcho. Introduzida pelos portugueses, essa forma de organização do espaço produtivo tem no fator terra seu principal expoente do processo produtivo. Necessita também, para seu desenvolvimento de capital e força de trabalho humano (KÜCHEMANN, 1980).

Uma característica peculiar da pecuária tradicional primitiva era a baixa produtividade econômica em relação à agricultura, devido principalmente à baixa utilização de técnicas. A produção proveniente da pecuária, da criação de gado bovino e ovino, era destinada tanto para o mercado interno como externo.

A pecuária no decorrer do tempo passou a perder espaço no conjunto da economia agropastoril gaúcha. A sua participação diminuiu não somente em termos

relativos de produção, mas, também, em relação à área utilizada. De acordo com Küchemann, (1980, p.116) essa situação está relacionada

[...] ao fato de que, a partir da década de 50, quando se deu o assim chamado “esgotamento da fronteira agrícola”, a região do latifúndio passou a ceder suas terras à lavoura empresarial sob a forma predominante de cessão temporária de terras aptas para a lavoura, esta, sobretudo mecanizada. Essa cessão se dá em forma de parceria ou arrendamento.

Para a lavoura empresarial predomina o fator capital, diferentemente da pecuária tradicional, em que a terra era sinônimo de “status” social. O fator terra passa a ter papel secundário juntamente com a força do trabalho humano, na organização do processo produtivo (KÜCHEMANN, 1980).

Desse modo, houve uma alteração na organização do espaço produtivo, o qual era basicamente composto pela criação extensiva de gado. A esse processo de mudança da utilização da terra destinada à pecuária, a qual passa a ceder seus espaços para a agricultura empresarial denomina-se de despecuarização espacial. Desta forma, a propriedade da terra continua sendo do pecuarista (BEZZI, 1985).

Assim, para Bezzi (1985, p. 2) a despecuarização espacial é considerada “A cessão de terras por parte do latifúndio pastoril à lavoura empresarial mecanizada sob a forma predominantemente temporária, concretizada na parceria ou arrendamento”. Este processo deve-se, em parte, ao modelo capitalista agro-exportador, que provocou um reordenamento produtivo visando o mercado externo e maximizando a monocultura através da lavoura empresarial.

O surgimento da lavoura empresarial ocasionou transformações no que se refere ao uso da terra, passando do campo extensivo de criação de gado, para o cultivo intensivo através da agricultura, sustentado através dos arrendamentos para as culturas capitalistas (RODRIGUES, 2006).

Neste contexto, em relação ao arrendamento Rüchert (2003, p. 69) destaca “O arrendamento capitalista da terra é um dos componentes essenciais no processo de consolidação do capitalismo no campo e suas manifestações territoriais, nas terras do planalto”.

Foi através do arrendamento das terras que a lavoura empresarial ganhou destaque e adentrou em áreas anteriormente destinadas à pecuária e, ainda possibilitou a modernização da agricultura através da nova cadeia produtiva, como a cultura da soja.

Para Beskow (1986, p. 117) o arrendamento capitalista

[...] é caracterizado pela participação no processo de produção de três classes sociais fundamentais – os proprietários fundiários, os arrendatários capitalistas e os assalariados rurais. Estes produzindo o excedente econômico, que é repartido sob a forma de renda fundiária e lucro, entre os proprietários da terra e os capitalistas, respectivamente.

Nesse novo modo de conduzir o espaço rural surgiram duas facetas do grande proprietário rural, o pecuarista e o pecuarista agricultor, conforme destaca Pesavento (1980, p. 72)

A saída da pecuária para a agricultura em termos de fatores produtivos tem pressuposta a atuação de um mesmo agente social, ou seja, o pecuarista que se tornou um agricultor capitalista. O outro caso, contudo ocorria: aquele do pecuarista que arrendava suas terras para que o outro explorasse, o que podia se dar em terras de agricultura ou mesmo ainda da pecuária.

A inserção dos cultivos agrícolas, através da agricultura capitalista, não significava para os grandes pecuaristas o desmembramento da propriedade, conforme salienta Bezzi (1985, p. 26)

O poder de resistência da pecuária tradicional advém do monopólio da terra, que permite ao fazendeiro duas alternativas: como produtor procurando colocar sua produção nos mercados interno e externo e como proprietário, oferecendo parcial ou integralmente sua terra para arrendamento.

Ressalta-se que, a lavoura estava já ocupando espaço da pecuária em um período bem anterior a intensificação da modernização agrícola, como menciona Pesavento, (1980, p. 74) “A ocupação dos latifúndios pecuaristas pela lavoura já era assinalada em 1917”. Assim, o proprietário mantinha em seu poder o título da propriedade e apenas descentralizava a produção daquela área via agricultura, ou seja, o “status quo” da pecuária era mantido.

Dessa forma, as grandes propriedades, nos quais se desenvolvia a pecuária, passavam a ceder espaço à agricultura capitalista, como reforça o Correio do Povo (1926 apud PESAVENTO, 1980, p. 74) “No Rio Grande do Sul, dilatadas estâncias se transformam em campos de cultura variável, a pecuária dá lugar à lavoura e às colheitas, já abundantíssimas, bastando ao consumo interno, permitem, do mesmo modo, larga exportação”.

Pode-se perceber que o processo de despecuarização espacial começou a ocorrer anteriormente à modernização da agricultura, adquirindo grande expressão. Inicialmente houve a cedência de terras para as lavouras de arroz e, mais recentemente, de soja no sistema de arrendamento.

Salienta-se que o processo de arrendamento no Rio Grande do Sul iniciou-se com o cultivo de arroz, primeira lavoura capitalista do Estado gaúcho, que para sua implantação esteve relacionado ao processo de mecanização. A rizicultura começou anterior à modernização agrícola em 1950. Com a presença desta, a cultura do arroz se expandiu de forma significativa. Foi também com o cultivo do arroz que a modernização agrícola foi definitivamente implantada no estado Gaúcho. Para Bezzi (1985, p. 26 – 27)

No período 1920 - 1940 o produto de maior significação econômica na agricultura capitalista do Estado era o arroz. [...], embora a cultura do arroz já constituísse uma atividade capitalizada, sua representatividade no setor como um todo não foi suficiente para assegurar-lhe a condição de transformadora da estrutura agrícola do Estado.

Posteriormente, considerando a representatividade da cultura do arroz para o Rio Grande do Sul, a triticultura passou a assumir crescente importância como produto gerador de divisas. Foi através da lavoura de trigo que o processo de mecanização na agricultura tornou-se mais intenso (CONCEIÇÃO, 1984).

O trigo começou a ser cultivado no Rio Grande do Sul, de acordo com FEE (1979, p. 60) “Em fins do século XVIII, os Açorianos efetuaram a primeira experiência com lavoura tritícola”. Apesar da lavoura de trigo ter se desenvolvido, durante a segunda metade do século XIX a mesma desapareceu só retornando com a intensificação da imigração italiana para o Estado gaúcho. A condição climática favorável, aliada aos hábitos trazidos pelos imigrantes europeus, fez com que o trigo ganhasse destaque como a lavoura mais importante, na região colonial e para o Estado na segunda década do século XIX (FEE, 1979).

Ainda que a modernização da agricultura no Estado tenha se iniciado com o arroz, na década de 1920, foi através do trigo que se concretizou a verdadeira revolução agrícola, na qual a mecanização adentrou no setor agrícola em ritmo acelerado.

Nesse sentido, Bergoli (2002, p. 25) comenta que

O trigo foi a cultura mais importante na primeira fase da modernização da agricultura, período marcado por várias transformações, desde o manejo de solo e nas técnicas de cultivo, até nas relações econômicas e sociais. Este cereal sempre foi de grande importância, tanto que sua história no Rio Grande do Sul inicia com os açorianos e num período compreendido entre 1780 – 1820, obteve êxito e, sendo, posteriormente, uma cultura de risco devido as doenças a que era suscetível.

No entanto, em meados da década de 1960, a atividade tritícola apresentou decréscimo na sua produção, devido à disseminação da “ferrugem”, a concorrência de preços pelo trigo importado da Argentina, Uruguai, Estados Unidos e Canadá, passando a disponibilizar um grande número de máquinas e terras ociosas (CONCEIÇÃO, 1984, BEZZI, 1985 e BRUM, 1988). Com a decadência parcial do plantio de trigo, cultivado nos meses de inverno, a soja, cultura de verão, passou a utilizar as terras e maquinários ociosos. Consolidando-se então, o binômio trigo-soja como a melhor alternativa econômica no estado, o qual foi decisivo para o crescimento da lavoura empresarial gaúcha.

A modernização da agricultura baseada na intensa utilização de máquinas agrícolas foi o primeiro passo para o surgimento da lavoura empresarial. Para Marafon (1998, p. 20)

A lavoura empresarial tecnificada representou mais uma etapa no processo de transformação no setor agropecuário em direção a formação dos complexos agroindustriais e, no estado, esteve associada a três produtos principais produzidos em períodos diferentes: o arroz, a partir do início do século; o trigo, a partir da década de quarenta; e a soja, a partir da década de sessenta. [...]. Com a emergência da lavoura empresarial, imprimiu-se uma nova dinâmica a agricultura gaúcha, transformando a base técnica do processo produtivo e passando a produzir para o mercado.

A cultura da soja passou a desempenhar importante função para a economia gaúcha, como destaca Bezzi (1985, p. 28) “A crescente demanda por essa cultura, principalmente a partir de 1968, estimulou o incremento da produção desse produto, fazendo com que o Estado cumprisse a função de geradora de divisas no processo global de acumulação, mediante a exportação desse grão”.

Foi através da lavoura empresarial com sua produção desenvolvida em grandes áreas de terras, que a cultura da soja se inseriu no mercado nacional e conquistou importância econômica. Desse modo, a lavoura empresarial, de acordo com a Fundação de Economia e Estatística (1978, p. 88) é definida como

[...] aquele segmento produtivo que, pautado por relações capitalistas de produção, isto é, com separação dos meios de produção, do trabalhador, visa à contínua valorização do capital para dar prosseguimento ao processo de acumulação, mediante a ampliação dos recursos técnicos (máquinas, implementos, fertilizantes, etc.) e do emprego de força de trabalho permanente e temporária, usando para a efetividade desta combinação terra própria ou arrendada.

Na concepção de Delevati, (1999, p. 21) a lavoura empresarial não está apenas atrelada a grande propriedade, definida como sendo um subsistema com base na “[...] lavoura capitalista, possui características antagônicas ao da agricultura familiar, baseando-se na: a) utilização intensiva de capital; b) monocultura; c) grande e média propriedade”.

Pode-se dizer que é nesta organização agrária que muitos pecuaristas gaúchos após a crise da pecuária da década de 30, buscaram através do arrendamento parcial de suas terras, uma forma de se manter nessa atividade. Entretanto, alguns fazendeiros pela falta de perspectivas abandonaram a atividade no campo.

Pesavento (1980, p. 72) a esse respeito enfatiza

Os fazendeiros, no caso, arrendavam ou vendiam suas terras, passando a viver nos centros urbanos. Escapa-lhe em, termos de análise a constatação de falta de opção para uma pecuária descapitalizada e em permanente crise, que leva como saída o arrendamento dos campos.

Através do sistema de arrendamento de terras é que a agricultura foi agregando novas áreas para sua expansão, e aumento da produção na atividade agrícola atrelada principalmente à cultura da soja.

1. 3 A expansão do trigo e da soja através da lavoura empresarial

O desenvolvimento da agricultura no decorrer do tempo passou por diversas etapas evolutivas. Pode-se dizer que houve alguns momentos de expansão e outros de retração ligados a fatores internos e externos, (clima, exigências do mercado, preço do dólar, entre outros fatores) que influenciaram direta ou indiretamente no setor primário gaúcho.

Após a segunda Guerra Mundial, em torno de 1950, a agricultura começa a passar por importantes transformações, lentamente, se comparado com o grande crescimento industrial, devido à escassez de alimentos (BEZZI, 1985 e BRUM, 1988).

O setor agrícola passou a absorver a revolução tecnológica de forma limitada. Assim, a agricultura tradicional transformou-se gradativamente em agricultura moderna. A agricultura tradicional consistia na utilização intensa da fertilidade natural do solo e do uso de mão-de-obra familiar, ao passo que a agricultura moderna faz o uso intensivo de máquinas, implementos, equipamentos, técnicas sofisticadas e insumos modernos (BRUM, 1988).

No entanto, é a partir de 1956 que em função da mudança do padrão de acumulação no Estado, período marcado pela estagnação, descapitalização e retrocesso do setor rural, no qual a agricultura passa a absorver as tecnologias produzidas via setor industrial. Esse retrocesso é mais intenso na produção de trigo, tornando-o menos participativo, como poupador de divisas (BEZZI, 1985).

Por outro lado, a ausência de políticas para o desenvolvimento da triticultura foi um fator que despertou a organização dos granjeiros e também dos pequenos produtores de trigo para a criação das cooperativas para armazenar a produção. Já em 1956 estava organizada a Fundação das Cooperativas de Trigo (Fecotrigo), a qual objetivava prestar assistência técnica, econômica e de infra-estrutura ao produtor de trigo, visando minimizar a crise no setor (HEIDRICH, 2000).

Para Carrion Júnior (1981, p. 32) é importante destacar que

A partir da década de 60, em decorrência de algumas alterações internas e com o aumento progressivo da importância de segmentos industriais mais sofisticados, [...] cresce na agricultura regional a lavoura empresarial, ganhando papel de geradora de divisas essenciais ao novo desenvolvimento industrial, ocupando neste, particular, a soja um lugar estratégico.

Dessa forma, com a decadência parcial do trigo, a lavoura da soja passou a desempenhar papel fundamental como geradora de divisas na agricultura gaúcha. A cultura da soja incorporou as tecnologias utilizadas na lavoura de trigo, bem como, aproveitou os mesmos solos e os mesmos equipamentos. Esses fatores favoreceram a retomada no processo de desenvolvimento na agricultura. Foi através

do binômio trigo/soja que a lavoura empresarial conquistou um significativo avanço no Estado (BEZZI, 1985).

A cultura da soja expandiu-se rapidamente por aproveitar a infra-estrutura e os recursos técnicos disponibilizados pela lavoura de trigo. A leguminosa já vinha sendo plantada no Rio Grande do Sul em pequena escala, mas é na década de 70 com a disponibilidade de financiamentos, seja através de bancos públicos ou privados, e devido à cotação favorável dos preços internacionais do produto, é que inicia o seu ciclo expansivo mais significativo (HEIDRICH, 2000), (Gráfico 1).

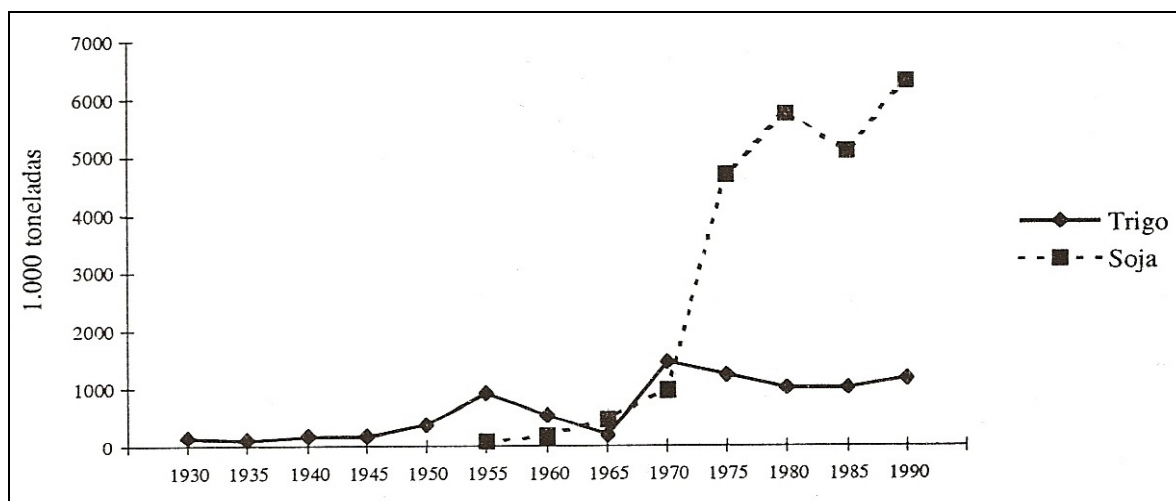


Gráfico 1– Gráfico da produção de trigo e soja no Rio Grande do Sul de 1930 a 1990.
Fonte: HEIDRICH, 2000, apud Falkembach, 1985 e IBGE, 1985 e 1990; p. 95.

Somando-se ao aproveitamento dos mesmos recursos técnicos da lavoura de trigo, a cultura da soja expandiu-se rapidamente a partir de 1970 como se observa no gráfico 1. Além desses fatores Carrion Júnior (1981, p. 34) acrescenta que

[...] o avanço rápido da lavoura empresarial da soja, através do binômio soja-trigo, estimulada por uma ampla gama de incentivos (preços elevados no mercado internacional, grande eficácia do sistema cooperativo na política de comercialização e difusão de técnicas, estímulos fiscais e política de financiamentos públicos, vantagens às indústrias ligadas ao setor e a alta capacidade de absorção do mercado internacional do produto), ocupa não só os espaços vazios da economia como cria pela primeira vez na história gaúcha uma forte liquidez dos imóveis rurais, o que por si só, [...], determina o fim do equilíbrio anteriormente existente nos demais setores.

É importante destacar segundo a FEE (1979, p. 73) que “[...] a soja, até a primeira década de 1960, era cultivada em áreas de pequena propriedade familiar, com inexpressiva participação em termos de agricultura estadual”.

A soja passa a ter valor comercial, na medida em que se descobre sua importância econômica principalmente para o mercado externo. Paralelamente é utilizada para alimentação animal, e através do óleo na substituição da gordura animal na alimentação humana. Desse modo, a substituição das gorduras animais pelas vegetais foi o primeiro incentivo de mercado para essa cultura (FEE, 1979).

O avanço tecnológico da indústria de óleos, e da indústria alimentícia, transformando alimentos de origem vegetal de grande valor nutritivo como a farinha de trigo e outros cereais como o milho e centeio influenciaram na modificação do padrão de consumo da população. Estes produtos alimentícios passaram a fazer parte também, no padrão de consumo para as populações da Europa, e, posteriormente, da América Latina, Ásia e África. Dessa forma, a soja também passa a fazer parte do consumo mundial (BRUM, 1988).

A soja, oleaginosa milenar cultivada na China e no Japão, em meados de 1923 começa a participar das estatísticas da produção agrícola dos Estados Unidos. A partir da introdução dos derivados da soja na alimentação da população, como o óleo, a gordura animal, amplamente utilizada, passa a ser substituída pelo óleo vegetal na alimentação humana. Os subprodutos da soja, como o farelo rico em proteínas, também são utilizados em grande escala para compor a ração do gado e das aves, para a produção de proteína animal. Dessa forma, quando a produção e o consumo de soja já estavam consolidados nos Estados Unidos, passou-se a exportar para os países europeus, países da América Latina, dentre eles o Brasil, além da semente da soja, o pacote tecnológico completo (BRUM, 1988).

Visando o aumento do consumo mundial e o interesse crescente da indústria de óleos, é que a soja se expande no Brasil na década de 60 e se intensifica na década de 70 tornando-se o mais importante produto gerador de divisas, mas dependente das tecnologias e das oscilações do mercado dos Estados Unidos.

No Rio Grande do Sul, a valorização comercial de alguns produtos agrícolas cultivados, como a soja, o trigo e o arroz, atribui-se ao desenvolvimento do capitalismo no campo. Tambara (1983, p. 38) menciona que “[...], a soja, que não possuía expressão alguma em 1921, passa em 1980, a ocupar cerca de 48% da área ocupada pelas principais culturas do estado [...]”.

Salienta-se que a soja se expandiu mais rapidamente em algumas regiões brasileiras. Mesquita (1988, p. 103) a esse respeito comenta que “[...] a soja na década de 70, apresentou-se como grande monopolizadora de espaços, sobretudo na Região Sul, subvertendo uma policultura regional de produtos alimentares [...]”. A soja, no Brasil, começou a ser cultivada no Rio Grande do Sul e se expandiu rapidamente pelos bons preços e pelo forte mercado interno e externo (BELLINASSO, 2002).

Desde o início, a produção da soja no Estado gaúcho, se enquadrava no padrão americano, como destaca Conceição, (1984, p. 8) “Inseriu-se no Rio Grande do Sul, o aparecimento da soja como principal cultura de exportação, obtendo de 1950 a 1975 um extraordinário crescimento tanto em valor de produção como em quantidade produzida e área cultivada”. O plantio de soja já se inseria no espaço agrário gaúcho nos moldes tecnológicos americano, com produção predominantemente voltada para a exportação.

A essa grande produção agrícola, principalmente a de soja, esteve vinculada ao incremento da tecnologia à agricultura, denominada de “Revolução Verde”, ocorrida na década de 1950, que de acordo com Bombardieri (2000, p. 44)

Os Estados Unidos começaram a exportar para os países de Terceiro Mundo um “pacote tecnológico” para a agricultura. O modelo propunha a transferência de tecnologia agrícola para estes países, com a promessa de aumentar os rendimentos e reduzir os índices de pobreza nestas regiões. Estes “pacotes” eram constituídos, por variedades de plantas altamente produtivas, utilização de máquinas equipamentos específicos e especializados e de pesticidas químicos e insumos em sua maioria derivados de petróleo.

Além do “pacote tecnológico” disponibilizado aos agricultores, outros fatores foram responsáveis pela expansão da soja no Rio Grande do Sul, dentre eles o preço, ressaltado por Conceição (1984, p. 29)

É o fator que, em uma economia de mercado, orienta a decisão do agricultor ou produtor de expandir ou reduzir sua área cultivada com o produto. Entretanto, sendo a soja um produto essencialmente de exportação, os preços internos recebidos pelo produtor foram fixados exogenamente, determinados pela excelente cotação da soja no mercado internacional.

Paralelamente, tornou-se importante a produção de implementos agrícolas, devido à expansão da soja, os quais constituíram em um fator decisivo para a modernização agrícola e o desenvolvimento regional (CARRION JÚNIOR, 1981).

Desse modo, as lavouras empresariais da soja associada à lavoura de trigo foram os principais agentes que contribuíram para a modernização na agricultura gaúcha no planalto. De acordo com Moreira (2003, p. 30) “O desenvolvimento da indústria de óleos vegetais e, sobretudo os altos preços alcançados pelo produto no mercado internacional propiciaram uma grande expansão da sojicultura a partir dos anos de 1970”.

Nas décadas de 70 e 80, o crescimento da produção de soja esteve vinculado à política governamental, ao estimular a expansão do grão, considerado o carro chefe para o desenvolvimento econômico, juntamente com a ampliação de empreendimentos industriais (BEZZI, 1985 e BELLINASSO, 2002).

Com relação à produção de soja nos estados brasileiros, o Rio Grande do Sul encontra-se na terceira posição, com 19% da produção do grão na safra de 2006/07, só perdendo para os estados de Mato Grosso e Paraná, respectivamente (EMBRAPA CLIMA TEMPERADO, 2008).

O incremento no volume produzido de soja, no Estado gaúcho deve-se a um conjunto de elementos físicos, técnicos e políticos, a maioria deles inseridos via modernização agrícola e sua constante atualização pelas técnicas mais modernas que superam as tradicionais. No que se refere aos fatores físicos ressalta-se que a cultura da soja se expandiu no planalto gaúcho, a qual foi favorecida, principalmente, pelo tipo de solo e clima do local (HEIDRICH, 2000).

Acrescenta-se que, a produção de soja insere-se nos novos moldes tecnológicos, com a técnica do plantio direto na palha, cujo sistema foi importante para a conservação do solo com diminuição da erosão nas lavouras. No Rio Grande do Sul o antigo modo de plantio (plantio convencional), deixava o solo desprotegido e com as chuvas com grande volume pluviométrico carregavam toneladas de solo para os rios. O plantio direto é uma técnica direcionada para regiões de clima tropical, em que não é necessário revolver a terra como ocorre em regiões de clima frio, havendo diminuição dos custos com o plantio (EMBRAPA CLIMA TEMPERADO, 2006).

Santos (1999, p. 2) destaca que

O sistema plantio direto foi introduzido no Brasil no início da década de 70, porém, nos primeiros 10 anos houve deficiência de informações técnicas para o seu esclarecimento e para sua manutenção, de forma econômica, em nível de lavoura. Os primeiros resultados consistentes de pesquisa com o sistema foi sua elevada eficiência no controle à erosão. A partir dessas informações o plantio direto passou a se difundir, porém só a partir de 80, informações técnicas sobre o plantio viabilizaram o sistema.

O sistema de plantio direto na palha é uma forma de se evitar o uso intensivo de maquinaria pesada na agricultura. Bergoli (2002, p. 35) afirma “[...] o plantio direto é comprovadamente eficaz no controle da erosão do solo, sendo significativo para a conservação do meio, no entanto, o critério conservacionista não é único e, determinante nas relações homem com o meio ambiente”.

Essa técnica, que visa favorecer uma forma de plantio de algumas culturas e, a preservação do solo, pode contribuir também para o aumento da germinação de plantas invasoras, que são indesejáveis, tornando-se um problema do ponto de vista econômico. Para controlar a disseminação dessas plantas, o agricultor faz uso de herbicidas, e, quando utilizado em excesso pode desencadear sérios problemas de saúde pública e ambiental.

Entre os agropecuaristas havia incertezas sobre as perspectivas do plantio direto e, principalmente, sobre as possibilidades de integração da lavoura com a pecuária. Bergoli (2002, p. 34) diz que essa integração foi possível, pois

A pesquisa e as indústrias incorporam o estudo para efetivar o sistema de plantio direto. A pesquisa integra em seus programas o sistema de plantio direto, vendo a necessidade de mudança na tecnologia até então adotada e a procura por parte dos agricultores, objetivando um melhor conhecimento deste sistema de produção. A indústria de máquinas e implementos começa a produzir semeadoras-adubadoras equipadas para o sistema plantio direto e as empresas de agroquímicos para a lavoura incentivam a pesquisa em controle de plantas invasoras, pragas e doenças, surgindo uma nova série de produtos fitossanitários.

Superado as incertezas, a prática do plantio direto trouxe otimismo para os agricultores, devido à possibilidade de recuperação da fertilidade do solo, uma vez que a palha, das forrageiras de aveia e azevém, deixadas antes do plantio permitem a concentração de matéria orgânica no solo (BERGOLI, 2002).

O uso de agrotóxicos na agricultura surgiu a partir da “Revolução Verde” com a introdução dos pacotes tecnológicos, os quais proporcionaram, ao produtor, maior controle das plantas invasoras e incremento na produção através dos fertilizantes químicos.

A este respeito, Bombardieri (2000, p. 46) aponta que

A Revolução Verde foi um projeto elaborado a partir de pesquisas realizadas pelo grupo Rockefeller, dos Estados Unidos, por volta de 1943, e posteriormente apoiado pelo governo deste país visando a ampliação e continuidade das pesquisas. Um dos resultados positivos obtidos nesse período envolveu o trigo mexicano, cujos rendimentos estavam abaixo da média de 60 países, [...]. A Fundação Rockefeller elaborou as pesquisas sobre as condições climáticas, qualidade dos solos e seleção das sementes mais apropriadas, [...].

As novas necessidades da demanda do mercado, através da produção em grande escala para a exportação, fez com que surgisse o que Benetti (2000, p. 64) denomina

[...] segunda revolução verde em curso – baseada na biotecnologia – que mudará radicalmente o padrão atual de crescimento da agricultura, associado à reprodução contínua de um conjunto relativamente fixo e indiferentemente de bens, em direção a um novo tipo, cuja característica é a de diversificar produtos na própria órbita da produção agrícola. Nesse caso a segmentação do mercado deixa de ser realizada exclusivamente na esfera industrial, compreendendo também a agrícola. E, a partir desse momento, as transformações da agricultura são induzidas pelo novo setor, voltado para a pesquisa e a produção de organismos geneticamente modificados [...].

A biotecnologia das plantas geneticamente modificadas, através das sementes transgênicas, provocou, de certa forma, uma revolução no setor agrícola do Brasil. Com a introdução dessas sementes, via soja transgênica, foi possível diminuir o custo da produção através da redução de tipos de agrotóxicos utilizados na lavoura (BENETTI, 2000).

Apesar dos benefícios que os transgênicos trouxeram para o desenvolvimento da atividade agrícola, também tornou o produtor rural dependente das multinacionais que detém a tecnologia para produção das sementes, conforme destaca Hespanhol (2007, p.193)

A biotecnologia tem se constituído numa alternativa para ampliar os níveis de produtividade dos produtos agropecuários e reduzir custos. Ela provoca, porém, a ampliação da dependência dos produtores rurais em relação às empresas multinacionais que controlam a produção de sementes geneticamente modificadas. A baixa margem de lucro por unidade produzida e o elevado custo das novas tecnologias têm levado ao crescimento da escala de produção e inviabilização a exploração de *commodities* em pequenas áreas.

A produção da soja transgênica, para ser viável ao produtor rural demanda de áreas maiores. No Rio Grande do Sul isso tem direcionado para que essa lavoura seja dominante nos médios e grandes estabelecimentos.

O Brasil é, o segundo maior produtor mundial de soja e um importante ator no contexto das exportações mundiais do grão e seus derivados. Devido a essa dinâmica da produção e exportação do grão é possível que o sistema agroindustrial criado pela soja exerça grande influência sobre a economia brasileira como um todo (MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, 2007).

De acordo com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (2007, p. 51)

A receita cambial com a exportação dos produtos do complexo da soja manteve-se acima do patamar de US\$ 9 bilhões, nos últimos dois anos, e, sob as condições atuais, deverá ultrapassar a barreira dos US\$ 10 bilhões. Entre 1993 e 2005, a receita cambial com a exportação de soja cresceu à expressiva taxa de 9,4% ao ano. Não obstante, em 2005, houve o primeiro recuo no faturamento com as exportações do complexo da soja, desde 1999, por causa da frustração da safra brasileira e do recuo dos preços desta commodity no mercado internacional.

O soja encontra-se, na atualidade, como um commodity importante na pauta das exportações brasileiras, além do grande consumo no mercado interno, seja, na forma industrializada, através da extração de óleos, margarina e biodiesel, ou a comercialização de grãos para ração, sementes, entre outras formas de obtenção de produtos desta leguminosa.

1.4 A dinâmica do Complexo Agroindustrial da soja

Nas últimas décadas a agricultura brasileira passou por significativas reestruturações, no que se refere às atividades agrícolas, alterando o modo de produzir e organizar os mercados. Com a evolução da economia através do capitalismo, mudou a organização do espaço agropecuário para um processo mais dinâmico determinado pelos Complexos Agroindustriais (CAIs). A instalação dos CAIs favoreceu a expansão e a modernização da lavoura empresarial da soja no Rio Grande do Sul.

De acordo com Graziano da Silva (1998, p. 1) nos CAIs ocorre

[...] a substituição da economia natural por atividades agrícolas integradas à indústria, a intensificação da divisão do trabalho e das trocas intersetoriais, a especialização da produção agrícola e a substituição das exportações pelo consumo produtivo interno como elemento central da alocação dos recursos produtivos no setor agropecuário.

Desta forma com o desenvolvimento dos CAIs houve mudanças na divisão da força de trabalho, nas formas de trabalho e, principalmente, na organização e controle das unidades de produção no espaço agrário. A agricultura aliada ao processo de industrialização permitiu a formação de vários ramos industriais de acordo com a produção agrícola. A exemplo disto, tem-se a produção de soja diretamente relacionada ao Complexo Agroindustrial brasileiro. Compreende-se que ao substituir a economia natural pela produzida pelo homem, ocorreu a industrialização da agricultura, ou seja, a reprodução artificial das condições naturais para a produção agrícola (GRAZIANO DA SILVA, 1998 e MÜLLER, 1987).

Com relação ao surgimento do Complexo Agroindustrial, Graziano da Silva (1998, p. 31) aponta que

A constituição dos CAIs pode ser localizada na década de 70, a partir da integração técnica intersetorial entre as indústrias que produzem para a agricultura, a agricultura propriamente dita e as agroindústrias processadoras, integração que só se torna possível a partir da internalização da produção de máquinas e insumos para a agricultura.

A consolidação dos CAIs deu-se através do capital financeiro baseado no Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) e, também por meio das políticas de agroindustrialização peculiares, provindos dos fundos de financiamentos (GRAZIANO DA SILVA, 1998).

De acordo com Brum (1988, p. 104) o Complexo Agroindustrial compreende

[...] um conjunto de atividades econômicas – agrícolas, industriais, comerciais e financeiras – que apresentam elevado grau de interação entre si. Dentro desse conjunto de atividades a agricultura se encontra numa situação desvantajosa, dependente do sistema financeiro como também das indústrias de máquinas e insumos, das indústrias de transformação e das empresas de comercialização.

Neste contexto, o Complexo Agroindustrial se diferencia de outros complexos de atividades por considerar a agricultura em seu sentido amplo, desde o plantio até o beneficiamento da produção, pois para Müller (1987, p. 130) “[...] o CAI é uma

unidade de análise, na qual a agricultura se vincula com a indústria de dupla maneira: com a indústria de máquinas e insumos que tem na agricultura seu mercado e com a indústria processadora de matérias de origem agrícola”.

Considerando o processo de vinculação da agricultura ao CAI, pode-se verificar uma indústria voltada para a agricultura, fornecendo insumos e maquinários agrícolas. Por outro lado, agroindústria, na qual a agricultura passa a ser fornecedora de matéria-prima.

No contexto da organização do Complexo Agroindustrial, a agropecuária capitalista apresenta-se dependente da indústria em dois sentidos. De um lado, o setor agropecuário encontra-se subordinado às indústrias que produzem os elementos básicos para o seu desenvolvimento, de outro, as indústrias de beneficiamento e empresas de comercialização, as quais controlam os preços pagos aos produtos para os produtores agrícolas (Quadro 1).

Indústrias a montante		Agricultura	Indústrias a jusante	
Tratores Automotrizes Implementos Equipamentos Fertilizantes Calcário Herbicidas Fungicidas Inseticidas Bernicidas Carrapaticidas Vacinas Etc.	Intermediários	Soja Trigo Etc.	Intermediários	Moinhos Óleos comestíveis Frigoríficos Cigarros Café solúvel Laticínios Chocolate Açúcar e álcool Etc. Empresas de comercialização
Setor financeiro				

Quadro 1 – Composição e Estrutura do Complexo Agroindustrial.
Fonte: Brum, 1988.

Quando se verifica uma ampla dependência da agricultura em relação à indústria, pode-se dizer que está ocorrendo a industrialização da agricultura, por outro lado, ao ocorrer interdependência entre a agricultura e a indústria processadora, então começa o processo de agroindustrialização (MÜLLER, 1987).

Todo esse processo de dependência e interdependência é que mantém o tripé básico para sustentar o Complexo Agroindustrial (Quadro 1).

A interação entre a indústria e a agricultura representa o dinamismo que envolve a organização do Complexo Agroindustrial, o qual está pautado na mudança estrutural do padrão agrário moderno estabelecido pela industrialização no campo.

Verifica-se, a inter-relação que as atividades agrárias mantêm com as indústrias a montante e a jusante, as quais podem ser observadas na configuração produtiva do Complexo Agroindustrial da soja (Quadro 1).

Marafon (1998, p. 51) destaca que “Vários agentes sociais, milhares de produtores rurais, empresas, sistema financeiro, cooperativas, etc., interagem no sentido de propiciar a produção e dinamizam o Complexo Agroindustrial Soja”.

Alguns desses agentes são componentes da cadeia produtiva que é também um elemento formador do Sistema Complexo Agroindustrial, pois de acordo com Marafon (1998, p. 34),

Parte-se da concepção de que o Complexo Agroindustrial insere-se em um espaço econômico determinado. A partir desse espaço, se poderia isolar um conjunto de atividades fortemente interdependentes, onde cada complexo formaria um conjunto de sistemas e/ou cadeia produtivas relativamente independentes dos demais complexos.

Dessa forma, então, podem existir diversos complexos agroindustriais integrados ao setor agropecuário. Para cada atividade agrícola passa a existir um complexo independente. Por exemplo, para o café, para o fumo, para a soja, entre outros. Juntamente desenvolve-se uma cadeia produtiva diferenciada. (MARAFON, 1998).

Mais uma vez resgata-se Marafon (1998, p. 42) quando o autor afirma que o Complexo Agroindustrial

[...] é apresentado como uma grande articulação interna e conformado pelas atividades agropecuárias e industriais que transformam as matérias-primas. As cadeias produtivas articulam toda a base do processo – o setor agropecuário – com os vários setores que processam a matéria-prima – até a finalização.

Para o entendimento do Complexo Agroindustrial, Marafon (1998) considera o “macro” e o “micro” Complexo Agroindustrial. Para o autor o “macro” Complexo Agroindustrial abrange desde o complexo industrial até o complexo agroindustrial. Já

o “micro” seria aquele formado pelos complexos rurais e pelos complexos agroindustriais.

Entende-se que, tanto para o “macro” e quanto para o “micro” Complexo agroindustrial, o setor agropecuário é central a todo esse processo de industrialização e desenvolvimento da agricultura.

Para o entendimento do “macro” complexo agroindustrial, Marafon (1998) se remete ao termo *agribusiness*, desenvolvido nos Estados Unidos, o qual expressa a inter-relação de setores da agricultura com a indústria. O termo *agribusiness* foi traduzido para o francês como *filière* que significa cadeias, no contexto capitalista agropecuário. Desse modo, para compreender o “macro” complexo agroindustrial busca-se o entendimento de *agribusiness*, de *filière* e de complexo industrial e, principalmente das cadeias agroindustriais específicas, no caso, a da soja (MARAFON, 1998).

No que se refere ao “micro” complexo agroindustrial, o mesmo está estruturado desde o complexo rural na agricultura e toda a dinâmica do processo de modernização pautado pela agroindustrialização (MARAFON, 1998).

Marafon (1998, p. 49) elucidando este conceito diz que

[...] o Complexo Agroindustrial foi constituído e se expandiu através da modernização tecno-econômica da agricultura brasileira. [...] a dinâmica da agricultura brasileira encontra-se inserida em um novo padrão agrário instaurado a partir da década de cinquenta, com os processos de modernização e industrialização da agricultura até a constituição dos vários Complexos Agroindustriais, [...].

Nesse sentido, nesse novo padrão de organização das atividades no setor agrário, a cultura da soja se insere, consolidando o “complexo soja”, o qual se concretizou na década de 70. De acordo com Mazzali (2000, p. 67) o “[...] complexo soja foi favorecido por dois grandes fatores [...] a) a presença de uma conjuntura internacional extremamente favorável e, b) a intervenção marcante do Estado em todas as fases da cadeia produtiva da soja”.

A produção da leguminosa soja apresenta uma importante função no desempenho econômico do Rio Grande do Sul e intensa influência no mercado mundial, o qual vem ocupando lugar de destaque na produção nacional da soja. Para alguns municípios gaúchos a produção e a industrialização do grão, garantem a sobrevivência e desenvolvimento de famílias, tanto do segmento rural quanto do

urbano, sendo considerada para estes uma nova moeda, “a saca de soja”, amplamente utilizada na compra de terras e maquinários agrícolas. Foi também a cultura da soja a principal responsável pela introdução do conceito de agronegócio, no contexto nacional.

Desta forma, insere-se a cadeia produtiva da soja como base para o estabelecimento do agronegócio brasileiro. De acordo com Silva (2005, p.1) entende-se por cadeia produtiva “[...] como um conjunto de elementos (“empresas” ou “sistemas”) que interagem em um processo produtivo para oferta de produtos e serviços ao mercado consumidor” (Figura 1).

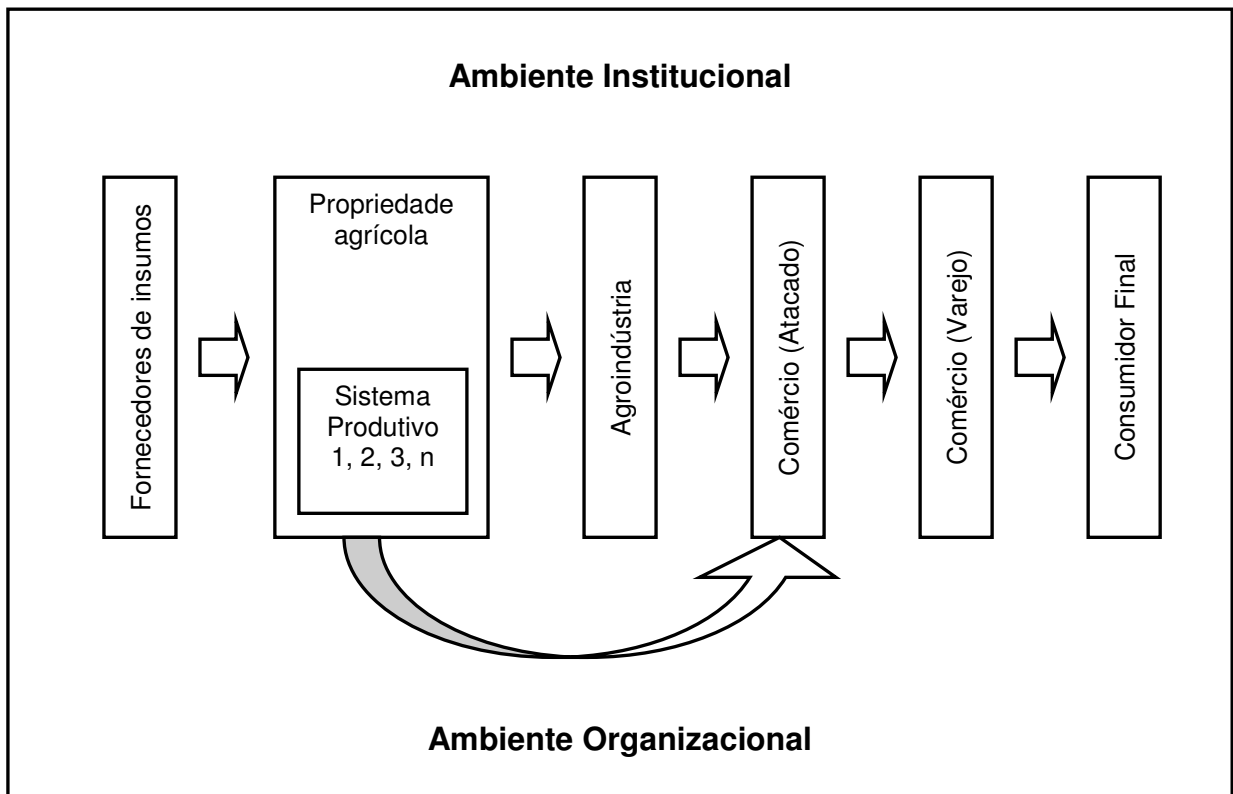
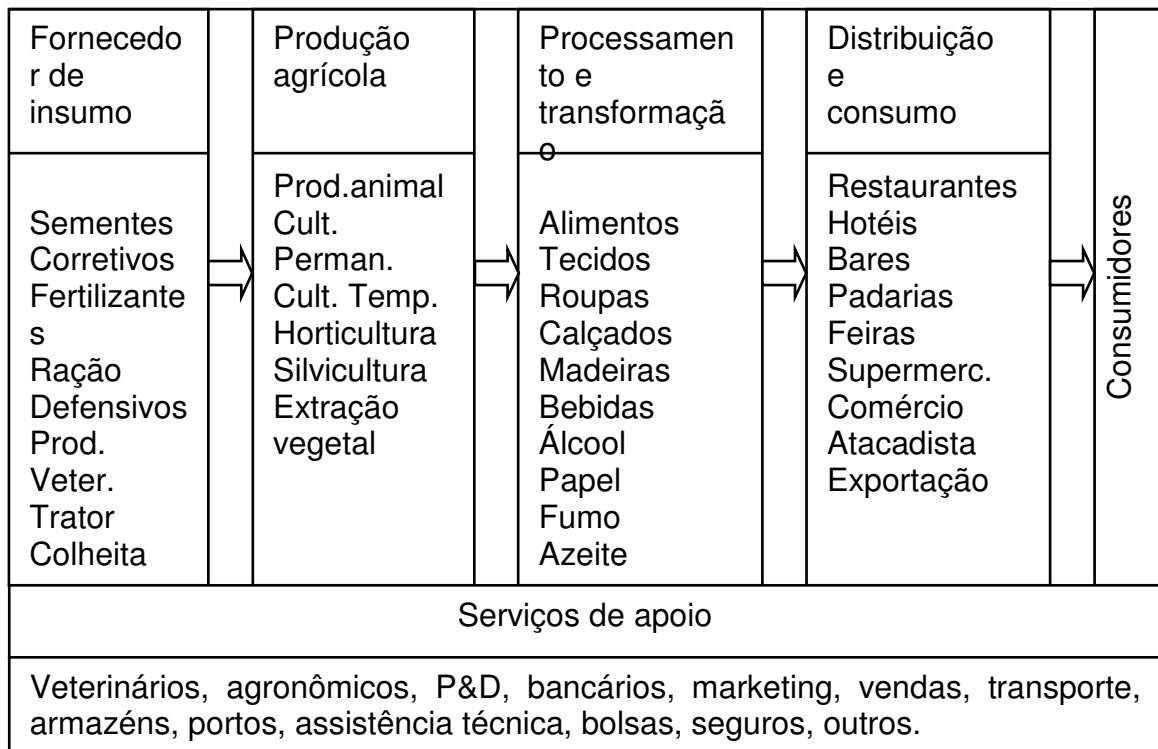


Figura 1 – Modelo Geral da Cadeia Produtiva.
Fonte: Castro, 2000.

Segundo Castro (2000), a cadeia produtiva se constitui em um conjunto de variáveis que interagem entre si, incluindo desde os sistemas produtivos, os fornecedores de insumos e serviços, as indústrias de processamento e transformação, os agentes de distribuição e comercialização, até os consumidores finais.

Pode-se afirmar então que, são diversas atividades econômicas que constituem a cadeia produtiva da soja. Essas abrangem desde os fornecedores de insumos até o consumidor final. O setor produtivo é o eixo de toda a cadeia por dinamizar e interligar os demais segmentos. O setor de insumos, anterior à unidade produtiva, viabiliza a produção agrícola. No setor de insumos encontram-se a produção de sementes, indústria de máquinas e equipamentos, indústria de fertilizantes, corretivos, defensivos agrícolas e combustíveis. (Figura 1).

No que se refere ao agronegócio ou agribusiness, deve-se levar em conta a inter-relação dos elementos que compõe esse sistema (Quadro 2).



Quadro 2 – Modelo do agronegócio
Fonte: Pinazza; Araújo, 1993, apud Castro, 2000.

O conceito de agronegócio está relacionado ao enfoque sistêmico, pois a atividade agrícola interage com os demais elementos do negócio agrícola. Tem-se uma cadeia, uma rede produtiva formada pelos fornecedores de insumos, com os serviços de apoio, bem como com os demais elementos (CASTRO, 2000).

Castro (2000, p. 4) chama atenção dizendo que

O agronegócio compõe-se de cadeias produtivas, e, estas possuem entre seus componentes, os sistemas produtivos que operam em diferentes ecossistemas ou sistemas naturais. Operando como contexto, existe um conglomerado de instituições de apoio, composto de instituições de crédito, pesquisa, assistência técnica, entre outras, e um aparato legal e normativo, exercendo forte influência no desempenho do agronegócio.

Para o agronegócio da soja é necessário uma infra-estrutura composta, pelos serviços de apoio que apresentam conexão com o agricultor. Estes são os serviços agronômicos, pesquisa e desenvolvimento (P&D), os serviços bancários, marketing, vendas, transporte (via rodovias, ferrovias e hidrovias), armazéns através das cooperativas ou empresas cerealistas particulares, os portos necessários para o escoamento da exportação de grãos, assistência técnica, bolsa de valores que direciona o agronegócio da soja, entre outros serviços (Quadro 2).

As cooperativas em especial, passaram a atuar no ramo do agronegócio como um facilitador no processo de industrialização do rural, tanto da sua produção agrícola quanto do fornecimento de sementes, fertilizantes e defensivos. Além disso, as cooperativas seriam as principais responsáveis pela implantação da infra-estrutura de armazenagem, transportes e comercialização da produção (HEIDRICH, 2000).

Ao se observar a estrutura e funcionamento do agronegócio, este nos induz pensar a cadeia produtiva de forma competitiva e também refletir sobre a produção agrícola não de forma isolada. Deve-se considerar que a maioria das empresas que estão envolvidas no agronegócio são as empresas multinacionais, as quais exercem grande poder de barganha tanto nos insumos como na comercialização dos grãos (MEGIDO; XAVIER, 2003).

Desse modo, as cooperativas constituem-se na principal conexão entre os produtores rurais e as empresas multinacionais, no que se refere ao recebimento de grãos e comercialização dos mesmos e, o fornecimento de insumos, fertilizantes, defensivos agrícolas e sementes.

Na figura 2, estão representados os fluxos presentes no Complexo Agroindustrial Soja. Quanto aos fluxos a montante encontram-se as etapas das tomadas de decisões, as quais geralmente ocorrem nos centros econômicos e políticos do país, e os investimentos, para obter recursos financeiros destinados à lavoura da soja. Pode-se considerar também, nesta etapa, o monitoramento do

mercado interno e externo desta cultura. Ainda à montante, nos fluxos necessários a produção encontram-se os insumos (máquinas agrícolas, fertilizantes e defensivos) (MARAFON, 1998).

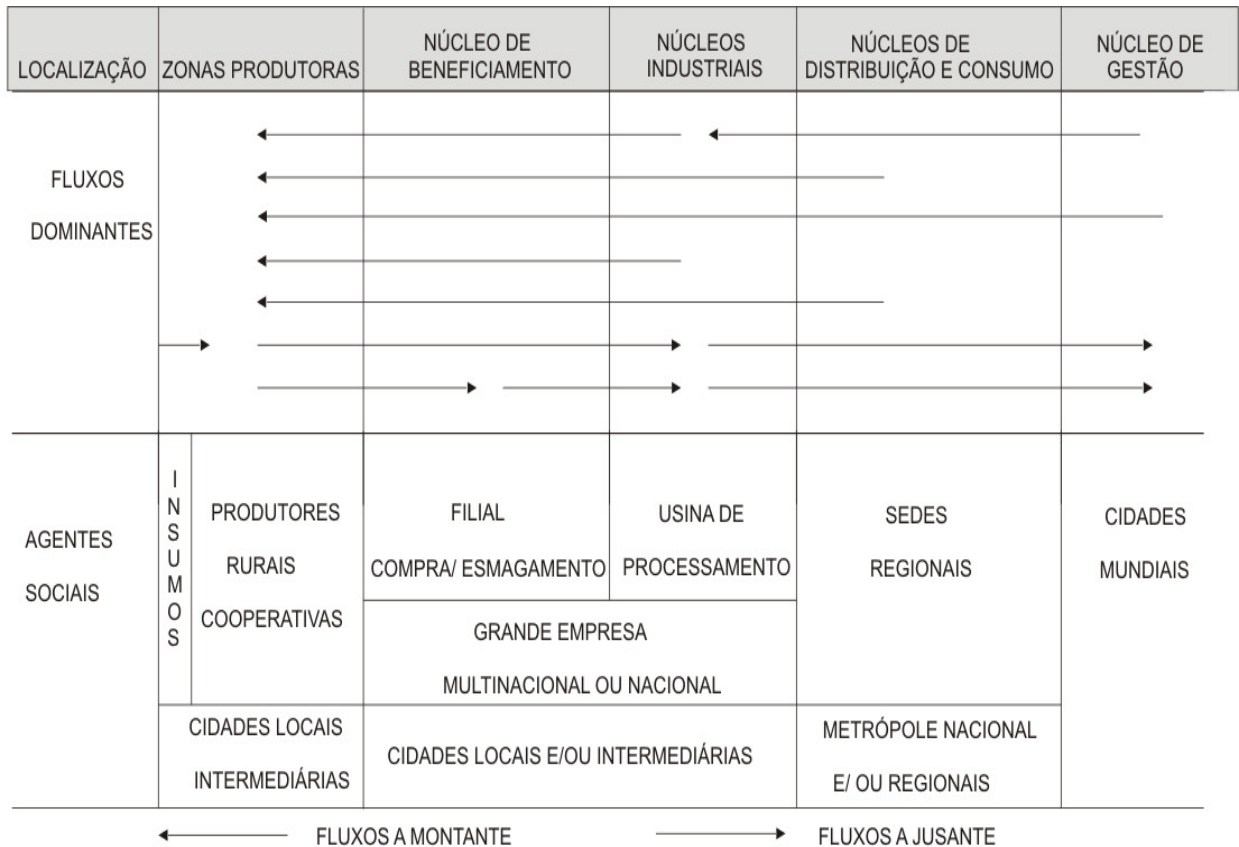


Figura 2 – Esquema das interações no Complexo Agroindustrial Soja.
Fonte: Marafon, 1998, p. 55.

No momento em que o agricultor toma a decisão de plantar soja, adquire os insumos necessários, realizando financiamento ou não, após faz a colheita da soja. A partir desse momento, os fluxos (à jusante) do Complexo Agroindustrial se direcionam das áreas de produção para as unidades de esmagamento e/ou processamento, comercialização e distribuição para o mercado interno ou externo. Quando ocorre o beneficiamento da soja, resulta o óleo bruto, o qual é transformado em óleo refinado para o consumo humano ou ainda é processado em outros produtos alimentícios e, o farelo que é o resíduo destinado para ração animal. (MARAFON, 1998).

O Complexo Agroindustrial Soja juntamente com a Indústria de Oleaginosas proporcionou maior integração entre a agricultura, através da utilização dos meios de produção gerados pela indústria à montante, como também pela implantação da indústria beneficiadora de soja.

Atualmente, a integração indústria-produtor de soja está em processo de crescimento, favorecida pelas descobertas da ciência relacionada à utilidade do óleo da soja, dentre elas a produção do biodiesel. Este, após processos de beneficiamento é adicionado ao combustível tradicional usado nos transportes e maquinários agrícolas, o qual está se destacando entre os recursos renováveis. O biodiesel veio fortalecer o mercado para a produção da soja, que está cada vez mais valorizado entre as *commodities* brasileiras. O fator preço da saca de soja faz com que os produtores reorganizem seus espaços produtivos substituindo, em parte, outros cultivos agrícolas pela soja, ou ampliando o plantio para novas áreas destinadas principalmente à criação de gado de corte.

2 A ORGANIZAÇÃO SOCIOECONÔMICA DO MUNICÍPIO DE JÚLIO DE CASTILHOS

O presente capítulo resgata a gênese, a evolução histórica e socioeconômica do município de Júlio de Castilhos. Demonstra a influência da agropecuária para o desenvolvimento e organização do seu espaço produtivo. Procurou-se, também, abordar a estrutura fundiária, a qual está relacionada à prática da pecuária e da agricultura com produção voltada para o mercado interno e externo.

2.1 A gênese do município de Júlio de Castilhos e a organização do seu espaço produtivo

A origem do município de Júlio de Castilhos tem como referencial a conquista das Missões. O marco histórico conferiu a esta unidade territorial características muito peculiares e que explicitam a atual organização do setor agropecuário do mesmo.

A conquista das Missões, inicialmente de domínio dos espanhóis e, posteriormente, tomada pelos portugueses no ano de 1801, foi um momento importante para a gênese do município de Júlio de Castilhos, sendo que a data marcou as duas fases da ocupação deste recorte espacial gaúcho (CESAR, 1979).

No período anterior a 1801, as terras que atualmente pertencem ao município castilhense, eram habitadas, pelos índios, pelos padres jesuítas e espanhóis. Os índios de Tapes ocuparam o local desde o início de 1600. Posteriormente, em torno de 1626, os jesuítas chegaram ao Município com a missão de catequizar o povo indígena. Os jesuítas fundaram algumas reduções, dentre elas a Redução de Nossa Senhora de Natividade, na qual atualmente encontra-se o município de Júlio de Castilhos (COSTA, 1991).

Os jesuítas além da criação de gado nas reduções buscavam catequizar os índios. Eles foram os principais responsáveis pela introdução do gado bovino na

Redução de Nossa Senhora de Natividade. Assim, os jesuítas também introduziram a atividade voltada para a economia pecuarista, a qual posteriormente, constituiu-se na base para a configuração da atividade rural do município em estudo.

Os primeiros bovinos, que deram origem a pecuária, na redução de Natividade eram oriundos da Argentina como destaca Costa, (1991, p. 34)

[...] foram trazidas de San Juan de Veras de las Sete Corrientes (hoje Corrientes, República da Argentina) 1500 cabeças de gado. Vieram para São Miguel, redução localizada à margem direita do Ibicuí, próximo a Vila de São Martinho (6º Distrito de Santa Maria). De São Miguel foram distribuídas 99 cabeças para cada redução. [...]. Essas 99 reses destinadas à Natividade formariam o primeiro rebanho. Início da pecuária na atual região castilhense.

Além do rebanho bovino, os jesuítas também trouxeram os primeiros equinos para o Estado gaúcho. Os cavalos vieram de Corrientes, na Argentina, contribuindo para a formação do primeiro rebanho equino castilhense, em 1634. Nos anos seguintes, introduziram os ovinos e os suínos de origem de Corrientes (Argentina), que compunham o menor rebanho da pecuária. A criação de gado foi a atividade em que os índios melhor se adaptaram (COSTA, 1991).

No entanto, houve um período em que a tranquilidade da redução de Natividade foi ameaçada pela passagem dos bandeirantes em busca de índios para serem vendidos para o trabalho nas lavouras e nos engenhos de açúcar nordestinos em São Vicente, devido à escassez de mão-de-obra. Além, dessas atividades, os índios eram capturados para fornecer mão-de-obra nas minas de ouro e pedras preciosas e, alguns serviam também para as guerrilhas. Foi através da expulsão dos jesuítas pelos bandeirantes que se extinguiu a redução de Natividade (COSTA, 1991).

Após a extinção do povoamento inicial, marcado pela redução, os jesuítas retornaram em 1657. O gado que havia permanecido, originou um rebanho significativo, denominado pelos jesuítas de “Vacaria do Mar”⁷. Pela grande procura às “vacarias” por parte dos jesuítas e espanhóis, os primeiros solicitaram e obtiveram do governo do Paraguai a doação de terras no vale do Uruguai, onde estabeleceram as primeiras estâncias de criação de gado (COSTA, 1991).

⁷ Existiram também outras vacarias, de acordo com Costa (1991) houve a segunda “Vacaria do Mar” e a “Vacaria dos Pinhais”, também criada pelos jesuítas no nordeste do Rio Grande do Sul. De acordo com Valverde (1985) na “Vacaria do Mar” os bovinos soltos pelos jesuítas reproduziram-se livremente, chegando a constituir rebanho superior a quatro milhões de cabeças.

As estâncias que se formaram, em Júlio de Castilhos, foram uma das primeiras formas de organização do espaço rural gaúcho e, que, até os dias atuais mantêm resquícios desta época histórica da formação e ocupação do Município, pois algumas fazendas ainda se denominam estâncias.

Para o historiador Costa (1991, p. 44) as extensões de terras que delimitariam o novo município abrangiam

A totalidade das terras do atual Município de Júlio de Castilhos e fizeram parte das estâncias dos povos de São Miguel e São Lourenço. Nos confins do Município, o rio Toropi, até a sua nascente próxima ao Aeroporto Intermunicipal, e o rio Ivaí, seriam divisas entre elas.

Pode-se constatar a abrangência das duas estâncias, das quais mais tarde originaria o Município, com o setor primário baseado na atividade pecuarista de criação extensiva.

Os jesuítas, além da introdução do gado bovino no Estado gaúcho, também foram responsáveis pela formação das estâncias de criação de gado. A outra fase, após a ocupação dos índios e jesuítas, ou seja, a chegada dos portugueses, dos paulistas e, dos açorianos, após 1881, contribuíram para a evolução histórica e socioeconômica do Município (COSTA, 1991).

Após Portugal ter incorporado o território espanhol, esse passou a ser denominado de “Províncias das Missões”. A partir desse momento inicia-se o “ciclo do tropeirismo” também denominado por alguns de “bandeirantismo pastoril” realizado pelos paulistas, provenientes do norte e pelos descendentes açorianos do leste (COSTA, 1991).

Nesse contexto, tem-se o início do povoamento e a criação de alguns municípios missioneiros conforme destaca Costa (1991, p. 61):

Através das serras do Mato Português e Mato Castelhana, grande massa populacional viria se acantonar em terras de planalto gaúcho, lançando a pedra fundamental de futuras cidades missioneiras como Passo Fundo, Cruz Alta, Vila Rica (Júlio de Castilhos atual), São Francisco de Assis, Soledade, Santiago e outras.

Em Júlio de Castilhos, podem ser encontrados alguns vestígios históricos que retratam a época missioneira como a Cruz em homenagem a Redução de Natividade de Nossa Senhora, símbolo deste período histórico. Existem também

algumas gravações em rochas, nas margens do rio Jacuí, na barragem de Itaúba e, alguns pedaços de cerâmicas (CORRÊA, 1975), (Fotografia 1).



Fotografia 1 - Cruz em homenagem a Redução de Natividade de Nossa Senhora, no município de Júlio de Castilhos/RS.

Fonte: Trabalho de campo, 2008.

Org.: CARGNIN, M., 2008.

A cruz é o símbolo das missões dos padres jesuítas em Júlio de Castilhos. Ela é o testemunho da redução denominada de Natividade de Nossa Senhora, fundada em 9 de setembro de 1633 pelo padre Pedro Alvarez. A Redução de Natividade foi o primeiro núcleo populacional organizado social e economicamente do Município.

Também, contribuiu para o povoamento do município Castilhense os paulistas, provenientes da Província de São Vicente, atual estado de São Paulo. Da mesma forma, fixaram povoamento em Júlio de Castilhos os fazendeiros paranaenses que eram paulistas conforme destaca Costa (1991, p. 61) “Foi assim que os paulistas de outrora, tropeiros ou muladeiros, chegaram ao Rio Grande. Esse foi também o caminho seguido pelos primeiros povoadores da região que iria constituir o futuro município de Júlio de Castilhos”.

Além disso, as famílias paulistas também contribuíram para o desenvolvimento da pecuária no território Castilhense. Para Moreira (2008, p. 16)

Essas famílias tinham a finalidade de povoar e colonizar o sul do vasto território brasileiro e, também, praticar uma pecuária, pois havia milhares de cabeças de gado bovino que ficaram desgarrados das grandes estâncias dos Sete Povos das Missões, após sua destruição pelas Guerras Guaraníticas e invasões dos bandeirantes.

Além da contribuição dos jesuítas e dos paulistas para o desenvolvimento da atividade pecuarista do Município, os imigrantes açorianos vieram com o objetivo de implantar a agricultura, que inicialmente era de caráter familiar através dos cultivos de subsistência dentre eles o trigo e o milho. Atualmente a agricultura representa a maior fonte de renda, para os agricultores e para o município, em curto prazo, diferentemente da pecuária, pois esta demanda de tempo maior e investimentos diferenciados para o seu retorno financeiro.

O atual Município emancipou-se em 1891, pelo decreto nº 7 de 20 de novembro de 1889 com a denominação de Vila Rica, pertencendo anteriormente ao município de São Martinho da Serra, que por sua vez pertencia ao município de Cruz Alta. O início da administração Castilhense era composta por duas comissões com cinco pessoas, após, em fins de 1892 foi nomeado o primeiro intendente (prefeito) provisório, Gonçalo Soares da Silva. Em fins de 1896 houve a primeira eleição do Município, sendo eleito prefeito o Capitão Luiz Gonzaga de Azevedo. A partir de 1905, em homenagem ao político Júlio de Castilhos nascido no município de Vila Rica, o novo município passou a denominar-se Júlio de Castilhos (COSTA, 1991).

Júlio de Castilhos, município com destaque no setor agropecuário, o qual sempre constituiu a base econômica, desde a sua gênese. Aliadas a essa característica, inicialmente, desenvolveram-se equipamentos comerciais ligados direta ou indiretamente a essa atividade. Surgiram então, as primeiras indústrias e o comércio local, por exemplo, a Salsicharia Ortiz & Cia, fundada em 1917; o Curtume Serrano (1918); o Moinho (1921) que era o engenho para beneficiamento de arroz e de trigo.

As charqueadas também fizeram parte da formação socioespacial e econômica do município, como a charqueada São João (1922) que constituiu a primeira grande indústria e comercialização local de charque. Também se fizeram

presente no Município a charqueada União (1924), a charqueada São José (1925) e, a charqueada São Lourenço (1933), (COSTA, 1991).

Atualmente o Município encontra-se organizado político-administrativamente em três distritos com as seguintes localidades. O primeiro distrito (Sede, Val de Serra, Guassupi, Portão, Ramada, Invernadinha, Rincão dos Silveiras, São João do Barro Preto, Caneleira, Cerrito, Passo dos Buracos, Santo Inácio, Céu Azul, Japepó, Rincão do Ivaí, Rincão dos Pinheiros, Rincão do Palma, Rincão dos Pachecos, Durasnal, Itaroquei, Santa Júlia, Lagoão e Alvorada); o segundo distrito (Três Mártires e Colônias Novas) e o terceiro distrito (São João dos Mellos, Santa Terezinha, Santo Antão, Pedras Brancas e Boa Esperança), todas as localidades, com exceção da sede no primeiro distrito, são rurais (EMATER/ASCAR JÚLIO DE CASTILHOS, 2004).

No que diz respeito à localização, o município de Júlio de Castilhos situa-se na latitude de 29°13'37" sul e na longitude de 53°40'54" oeste, com altitude média no centro do perímetro urbano de 513 m do nível do mar, estabelecido no Planalto Meridional ao sul de Cruz Alta e, ao norte de Santa Maria (IBGE, 2006), (Mapa 1).

A área territorial que compõe o atual município de Júlio de Castilhos é de 1964,09 km², desta área 14,5 km² compreende a área urbana, e 1949,59 km² destina-se a área rural, correspondendo a 99,27% da área total municipal, ou seja, é saliente a dimensão do espaço rural em relação ao urbano (MOREIRA, 2008).

Com base nestes dados e no número de localidades rurais que compõem os distritos pode-se inferir que o município apresenta embasamento econômico nas atividades agropecuárias, as quais apresentam sua origem anterior a sua fundação.

Em relação ao total de população residente no Município, este é composto por 19 541 habitantes em suas distintas etnias. A população de Júlio de Castilhos nas últimas décadas apresentou significativo decréscimo. Este, é consequência do desmembramento de dois distritos, o de Pinhal Grande e de Quevedos no ano de 1992, perfazendo uma redução total de 5415 pessoas (EMATER/ASCAR JÚLIO DE CASTILHOS, 2004).

Quanto a distribuição da população, esta se encontra concentrada no meio urbano, além disso, no meio rural está ocorrendo um fenômeno que quase não é considerado, e que se repete em vários municípios gaúchos. Este se refere aos baixos índices de permanência da população feminina no meio rural. De acordo com a EMATER/ASCAR JÚLIO DE CASTILHOS (2004, p. 13)

O cenário evolutivo da população rural do estado e município mostra um fenômeno conhecido, porém pouco considerado nas intervenções de planejamento e ação das políticas públicas: a crescente “masculinização” do ambiente rural, [...], o fenômeno em si é conhecido e decorre, dentre outras causas, por ser a agricultura uma atividade considerada tipicamente “masculina”. De forma não exclusiva, dado existirem outros fatores, tais aspectos são preponderantes na tendência da população feminina buscar qualificação e trabalho em outras atividades não-agrícolas, o que contribui significativamente para a redução de sua presença nos ambientes rurais.

Em relação à organização fundiária, a referência histórica do local, hoje ocupado por Júlio de Castilhos e, também por alguns municípios vizinhos, está atrelada à doação de grandes extensões de terras, as sesmarias. O primeiro morador com a concessão de sesmaria foi o paulista José de Quevedo de Macedo, no ano de 1831. Após essa, outras sesmarias foram doadas principalmente a militares ou, então, a pessoas de posse, geralmente a tropeiros como gratificação dos serviços prestados (COSTA, 1991).

Júlio de Castilhos, inserido nesse contexto histórico de distribuição de terras através das sesmarias, apresenta características intrínsecas a este período, dentre elas a matriz produtiva tradicional, baseada na pecuária bovina inicialmente e, posteriormente, através da lavoura empresarial representada principalmente pelo cultivo do binômio trigo-soja. Ambas as atividades praticadas em grande escala, ou seja, em médios e grandes estabelecimentos.

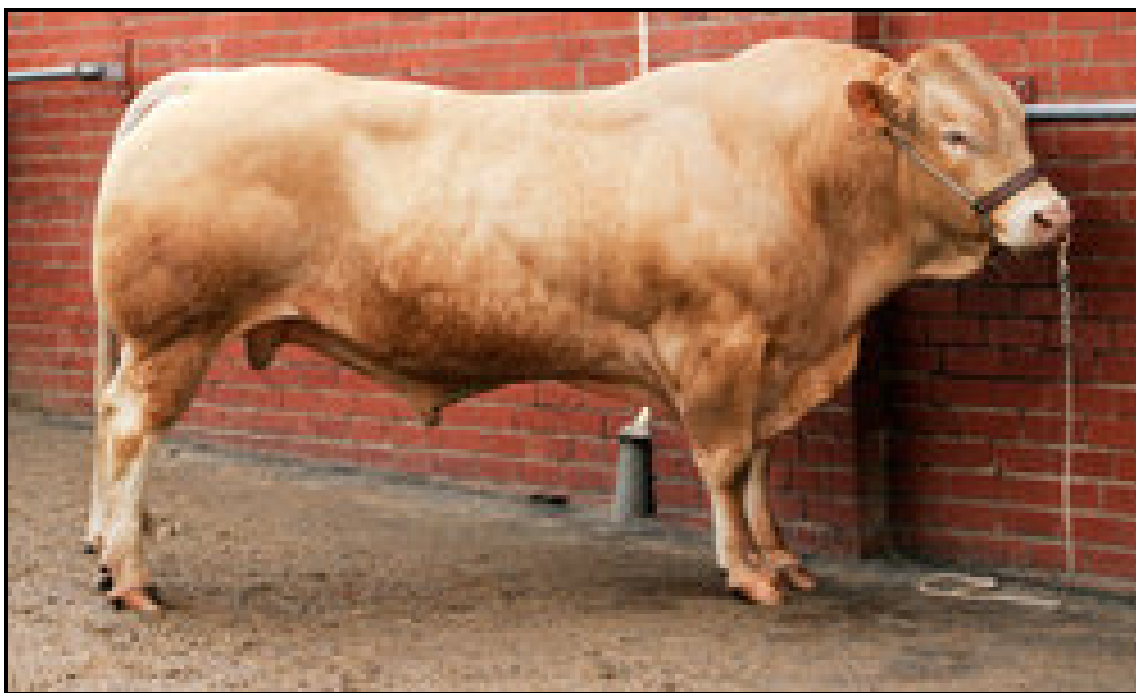
Entretanto, destacava-se que nas últimas décadas o espaço rural do Município passou por transformações expressivas tanto no que diz respeito a estrutura fundiária quanto as atividades praticadas pelos agropecuaristas. Houve fragmentação parcial das áreas destinadas a criação extensiva de gado, a qual forçou uma reestruturação produtiva que se deve principalmente a três fatores, conforme destaca Moreira (2008, p. 18 - 19) “Em geral, houveram três formas de ocupação dessas áreas, um através do arrendamento, o outro da compra e venda das propriedades e, no terceiro caso, pela desapropriação realizada pelo Instituto de Colonização e Reforma Agrária[...].”

A subutilização das terras da pecuária praticada de forma extensiva característica do latifúndio pastoril despertou a atenção do Movimento dos Sem Terra (MST). Devido a característica da pecuária praticada em grandes extensões de terra, Júlio de Castilhos tornou-se palco de invasões dos integrantes do MST. Neste sentido, houveram algumas desapropriações, as quais originaram três

assentamentos rurais no município ampliando, através destes, a exploração da terra pela agricultura familiar.

Tendo em vista o caráter pecuarista de Júlio de Castilhos, fazendeiros através de cruzamentos de bovinos de raças européias, nasceu o primeiro boi charolês mocho⁸ do Brasil em uma das fazendas do Município, (Fotografia 2).

A partir deste fato e, devido a grande criação de bovinos desta raça, Júlio de Castilhos passou a ser chamado de capital brasileira do gado Charolês. Paralelamente a este momento de prosperidade da pecuária local a Cooperativa Regional Castilhense de Carnes teve e tem a sua importância na economia local/regional. Ela foi, a responsável pela inserção do gado da raça charolês no mercado internacional, devido à demanda da carne desta raça bovina no mercado europeu. (SARTORI, 1998).



Fotografia 2 – Reprodutor bovino da raça charolês.

Fonte: Trabalho de campo, 2008.

Org.: CARGNIN, M., 2008.

⁸ Gado da raça Charolês o qual com seu desenvolvimento não têm o crescimento dos chifres espontaneamente.

Apesar de todo o crescimento econômico com as exportações e o consumo interno da carne, a Cooperativa Castilhense de Carnes, na década de 90, juntamente com outros vinte e cinco frigoríficos gaúchos entraram em crise, devido às fraudes, aumento da carga tributária e, principalmente, em decorrência do enfraquecimento da demanda no mercado (SARTORI, 1998).

A crise dos frigoríficos continuava. Assim, em 2008, a Cooperativa de Carnes Castilhense decretou falência, repercutindo na economia local, tornando-se também um problema social para o município. Entretanto, no ano de 2009 ela foi reaberta visando revitalizar o setor pecuarista local/regional.

Por outro lado, o município castilhense está inserido no cenário gaúcho, o qual se configura como um território extremamente diversificado e heterogêneo, considerando as condições locais, advindas de suas características étnicas, climáticas, edáficos, os aspectos socioeconômicos e, pelo padrão tecnológico, entre outras particularidades.

A presença no Rio Grande do Sul de diferenciados tipos de solo juntamente com o clima, favoreceu o cultivo de diferentes tipos de produtos agrícolas. No planalto gaúcho, onde está situado o município de Júlio de Castilhos, pelas suas características físicas, dentre elas a forma do relevo com a presença da terra roxa, juntamente com o clima favoreceram o plantio da soja, trigo, milho, entre outros produtos agrícolas.

No que se refere à contribuição pluviométrica para a agropecuária do município, Moreira (2008, p.17) salienta que “[...] são bem distribuídas durante o ano [...]” e, o escoamento da chuva é facilitado pela canalização de duas bacias hidrográficas, as quais permitem um solo bem drenado, característica importante para o desenvolvimento da agricultura.

Além da contribuição climática e de topografia ao desenvolvimento da agropecuária, a boa drenagem das águas também favorece as atividades rurais. Dessa forma, Moreira (2008, p.17) destaca duas bacias hidrográficas uma “Ao leste, as águas pertencem à bacia do Ivaí, afluente do rio Jacuí, o qual deságua na Lagoa dos Patos; e as águas ao oeste, dirigem-se ao rio Toropí, afluente do rio Ibicuí, pertencente a bacia do rio Uruguai que irá desaguar no Estuário do Prata”.

Os fatores físicos aliados aos fatores técnicos, juntamente com a modernização da agricultura, contribuíram para a grande expansão da agricultura, conferindo à mesma características empresariais. Paralelamente, a essa

organização do setor produtivo surgiram estruturas de suporte, como as cooperativas de recebimento e comercialização de grãos, para comportar a grande produção agrícola do município. As cooperativas surgiram pela demanda criada através do aumento da produção e também para garantir preços melhores aos produtores rurais, como afirma Brum (1988, p. 110)

A necessidade sentida pelos produtores, de um lado, e o estímulo dado pelo governo, levaram os granjeiros (triticultores) a criarem as primeiras 20 cooperativas tritícolas, em 1957. [...]. Estas cooperativas apresentaram rápido crescimento, pressionada pela lavoura de trigo e, mais tarde, também e, principalmente da soja.

Além disso, as cooperativas fazem parte da estrutura que deram suporte para a expansão da soja, após o trigo, o que para Heidrich (2000, p. 94)

O sistema cooperativista também foi responsável pela associação com sucesso, da produção de trigo e de soja. Em função da queda na produção tritícola a partir de 1957, o Banco do Brasil passou a conceder crédito de custeio da produção numa espécie de operação casada, condicionando-o à implantação de um cultivo de verão.

No contexto do crescimento da triticultura no município castilhense, é fundada a Cooperativa Tritícola Júlio de Castilhos Ltda, hoje denominada de Cooperativa Agropecuária Júlio de Castilhos (COTRIJUC). Esta cooperativa surgiu em virtude da grande produção de trigo no local, por isso sua denominação tritícola e, que, posteriormente, receberia também outros produtos agrícolas como a soja, o milho, o trigo, entre outros. Assim, conforme Michelin (2006, p. 14)

A Cooperativa Tritícola Júlio de Castilhos Ltda., é uma cooperativa agropecuária, entidade de capital fechado, que teve sua fundação a 12 de março de 1950, na cidade de Júlio de Castilhos-RS, por iniciativa de 24 produtores rurais que visavam armazenar e comercializar a produção agrícola de forma cooperativada.

Posteriormente, inseriram-se no espaço castilhense filiais de outras cooperativas e empresas de recebimento de grãos de capital privado.

Com a expansão do agronegócio gaúcho, principalmente o da soja, a organização ganhou porte, aumentou a área de abrangência, estendendo suas atividades na região central do Estado do Rio Grande do Sul, nos municípios de

Pinhal Grande, Ivorá, Itaara, São Martinho da Serra e Quevedos (MICHELON, 2006).

Atualmente a soja ganha destaque no município, sendo um agente dinamizador da economia, geradora de divisas, assumindo papel importante no processo de acumulação de capitais e exportação de grãos.

A produção de soja no município, assim como a produzida em todo o Brasil, é destinada ao consumo interno, ou então, é exportada para a China, Holanda, Alemanha, Espanha, entre outros países (MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, 2007).

O cultivo da soja representa uma importante atividade para a economia de Júlio de Castilhos. Sua produção, inserida nos moldes da tecnologia de ponta e, sua consequente industrialização garante o desenvolvimento econômico do produtor e de sua família e dinamiza a economia local/regional. Atualmente, os produtos da soja têm adquirido grande valor comercial no mercado, e vem conquistando gradativamente o paladar do consumidor. Além do tradicional óleo de soja, ampliou-se a gama de produtos alimentícios derivados desta leguminosa como, por exemplo, o extrato de soja (mais conhecido por leite de soja), proteína texturizada (carne de soja) sendo considerada uma das grandes fontes de proteína vegetal, o tofú (queijo de soja), a lecitina de soja usada na composição de uma vasta variedade de produtos alimentícios, desde chocolates à bolachas, entre outros derivados.

Paralelamente, a soja conquistou mercado na produção de óleo para uso na forma de combustível, para motores que anteriormente utilizavam apenas combustíveis de origem fóssil, sendo mais conhecido por biodiesel e, portanto menos poluente que o tradicional óleo diesel. Além disso, é considerado um biocombustível renovável e que agride menos o meio ambiente.

A possibilidade de produção em grande escala do biodiesel pode impulsionar o aumento da área de soja no Município e, conseqüentemente, no Estado, uma vez que já está em funcionamento uma indústria de beneficiamento de biodiesel em Passo Fundo e outras em fase de implantação em vários municípios gaúchos. A introdução dessas indústrias de beneficiamento de soja pode provocar a diminuição da área destinada à criação de bovinos, através do incentivo à produção de soja.

Esse fato pode influenciar na diminuição do rebanho bovino Castilhense, ou então, os pecuaristas poderão aderir ao sistema de criação intensivo com amplo uso

de ração para a criação e engorda, aliado ao melhoramento genético, que visa diminuir o tempo para o abate.

Nesse contexto, a produção de soja tende a se expandir no município de Júlio de Castilhos, apesar de a atividade estar vulnerável as condições climáticas que são as responsáveis pelas oscilações na produtividade e, conseqüentemente na produção. Além disso, a variação de preços pode provocar certa estagnação da economia local e regional. Por outro lado, a super safra pode representar desenvolvimento local, contribuindo com o maior poder de compra dos proprietários o que reflete no crescimento do comércio e do setor industrial do município.

3 A REORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO PRODUTIVO DE JÚLIO DE CASTILHOS

O capítulo aborda a organização do espaço produtivo do município de Júlio de Castilhos subsidiado pelas informações obtidas no trabalho de campo, ou seja, através das entrevistas que constam na atividade prática da pesquisa. O mesmo explicita o marco temporal da inserção da cultura da soja no Município, bem como, sua expansão através da lavoura empresarial. Para melhor compreender a reorganização dessa unidade territorial, procurou-se destacar as transformações socioeconômicas e espaciais no Município após a inserção da lavoura de soja e à sua relação com a evolução da atividade pecuarista.

3.1 Agropecuária de Júlio de Castilhos e as transformações decorrentes da origem e expansão da lavoura empresarial da soja

A organização do espaço produtivo agropecuário ocorre geralmente impulsionada por um conjunto de elementos e de fatores históricos e socioeconômicos, os quais fazem parte de um conjunto de atividades que contribuem para o desenvolvimento desse segmento. Paralelamente, os fatores políticos e econômicos pautados pelo mercado internacional, interferem direta ou indiretamente na estruturação da agropecuária enquanto atividade econômica.

Esses fatores refletem no setor primário e, por vezes, o direcionam, exercendo importante papel no processo de decisão dos agropecuaristas, no que diz respeito, a escolha do tipo de atividade a serem priorizadas nos seus investimentos, ou seja, a agricultura ou a pecuária.

Júlio de Castilhos com relação à sua estrutura fundiária historicamente foi organizado através dos grandes estabelecimentos agropecuários, tendo como atividade tradicional a pecuária. Da sua gênese, através da distribuição das sesmarias, até a atualidade, o município passou por transformações no que se

refere ao tamanho das propriedades e os tipos de atividades praticadas pelos agropecuaristas.

Em relação ao tamanho dos estabelecimentos agropecuários dos cinquenta produtores entrevistados, quinze estabelecimentos, ou seja, 30% estão classificados nos grupos de área total, que variam de 500 a 2500 ha e, 64%, possuem estabelecimentos rurais com áreas menores de 500 ha. Esses dados demonstram que houve uma reorganização na estrutura fundiária dos estabelecimentos agropecuários, considerando a origem histórica de concentração de terras no Município. Tal fato é consequência da diminuição da área destinada à pecuária devido à expansão da lavoura empresarial da soja. Essa situação forçou a fragmentação parcial da dimensão dos estabelecimentos agropecuários, pois alguns proprietários arrendam parte de suas terras para as lavouras temporárias (Tabela 3).

Tabela 3 – Total de estabelecimentos agropecuários pesquisados de acordo com os grupos de área total em Júlio de Castilhos/RS.

Grupos de área total (ha)	Número de estabelecimentos agropecuários	%
10 – 50	2	4
50 – 100	4	8
100 – 200	5	10
200 – 500	21	42
500 – 1000	9	18
1000 – 2500	6	12
Total	50	100

Fonte: Trabalho de campo, 2008.
Org.: CARGNIN, M.

Aliado também a estes fatores, o Município foi alvo de pressões dos movimentos sociais como o MST, os quais lutam pelo acesso e pelo cumprimento da função social da terra. Buscando atender em parte, a essas reivindicações foram criados três assentamentos no Município, os quais foram responsáveis, em parte, pela fragmentação da dimensão dos mesmos.

Percebe-se também que, além dos proprietários dos estabelecimentos agropecuários residentes no Município, 6% são arrendatários e não residentes em Júlio de Castilhos. Estes atuam apenas como arrendatários de terras, para a atividade agrícola no período de verão e inverno, ou para pecuária, nos meses de inverno complementando a lavoura de verão.

Pode-se constatar que entre os produtores entrevistados, 46% possuem mais de uma propriedade localizada em Júlio de Castilhos ou em outros municípios e, 54% possuem apenas uma propriedade. A este fato atribui-se a nova dinâmica econômica provocada pela inserção da lavoura de soja, a qual possibilitou maior circulação de capital no Município, permitindo, aos produtores rurais, a ampliação do estabelecimento via compra de terras (Gráfico 2).

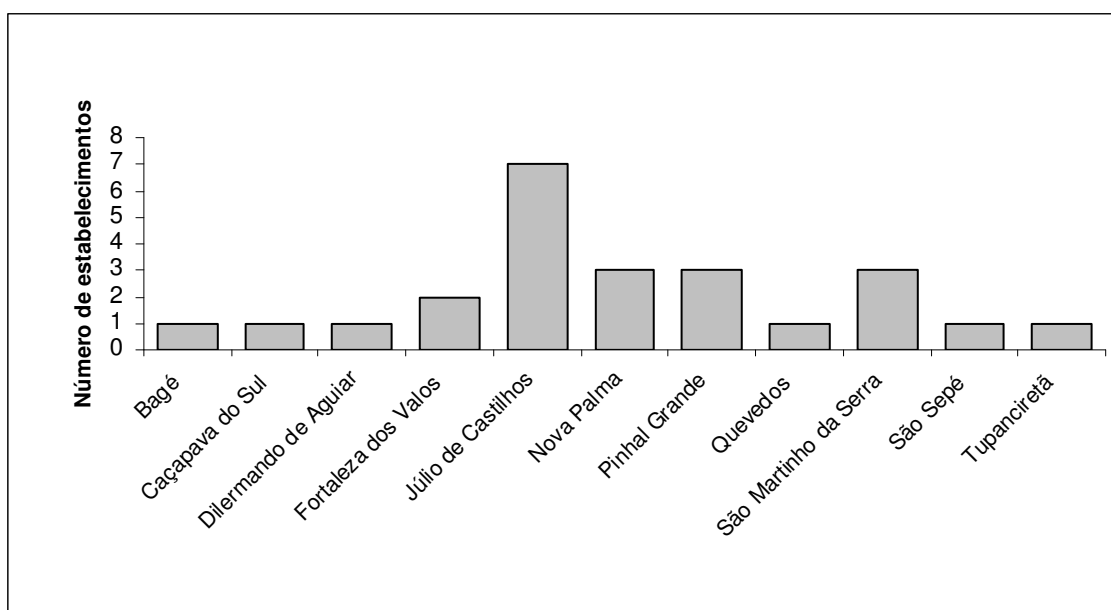


Gráfico 2 – Número de produtores entrevistados que possuem estabelecimentos agropecuários em outros municípios.

Fonte: Trabalho de campo, 2008.

Org.: CARGNIN, M.

Infere-se que, com a diminuição das áreas destinadas para a pecuária no Município, os castilhenses estão adquirindo terras em outros municípios. Alguns situados na Campanha Gaúcha, como exemplo de Bagé e Caçapava do Sul. A maior parte das propriedades foi adquirida, através da compra ou arrendamento, fora de Júlio de Castilhos sendo as mesmas utilizadas para a atividade econômica

predominante baseada na criação de gado. Estas se constituem em áreas que concentram as matrizes que darão origem em grande parte do gado de engorda no Município em análise (Gráfico 2).

Os produtores rurais de Júlio de Castilhos investem também na expansão de terras através da compra das mesmas em municípios próximos como Fortaleza dos Valos, Quevedos, São Martinho da Serra e Tupanciretã, as quais são utilizadas para a lavoura empresarial de soja. Salienta-se que os produtores entrevistados, possuem mais de uma propriedade localizada em Júlio de Castilhos e também residem no mesmo, a aquisição da outra, se destina para a expansão da lavoura de soja. Já os produtores que possuem terras e residem em outros municípios como em Pinhal Grande, Nova Palma, entre outros, se deslocam destes para Júlio de Castilhos também com a finalidade de ampliar a lavoura de soja através da compra ou arrendamento das mesmas (Gráfico 2).

No que se refere à organização e o gerenciamento dos trabalhos nos estabelecimentos agropecuários as responsabilidades em administrar são divididas entre o proprietário, o arrendatário e o capataz. Assim, o maior percentual, ou seja, 92% dos estabelecimentos são administrados pelos proprietários, 6% pelos arrendatários e, apenas 2%, é dirigido pelo capataz (Tabela 4).

Tabela 4 – Dados comparativos da condição do responsável pela administração e exploração dos estabelecimentos agropecuários pesquisados em Júlio de Castilhos/RS.

Condição do responsável	Quem administra o estabelecimento (%)	Quem explora o estabelecimento (%)
Proprietário	92	76
Arrendatário	6	6
Proprietário/Arrendatário	0	16
Capataz	2	0
Proprietário/Parceiro na lavoura	0	2
Total	100	100

Fonte: Trabalho de campo, 2008.
Org.: CARGNIN, M.

Destaca-se que 76% dos estabelecimentos são explorados pelos proprietários. Entretanto, o grande diferencial está na expansão da categoria arrendatários na exploração e administração dos estabelecimentos agropecuários no Município. Os pecuaristas preferem arrendar parte de seus campos, por que através dessa sistemática é possível ampliar a sua renda, via arrendamento e, ainda, continuar desenvolvendo a criação de gado (Tabela 4).

A forma de aquisição das terras dos estabelecimentos agropecuários demonstra que um percentual dos entrevistados herdou total ou em parte as terras que possuem atualmente. Da amostragem de cinquenta produtores, quinze, ou seja, 30% dos estabelecimentos agropecuários de Júlio de Castilhos foram adquiridos parcialmente por herança e/ou compra. Somente por herança catorze produtores obtiveram seus estabelecimentos, os quais mantém na atualidade, e dezoito produtores rurais obtiveram seus estabelecimentos através da compra. Destaca-se que, a forma de aquisição do estabelecimento agropecuário através da compra representa o maior percentual, demonstrando a reorganização fundiária local (Tabela 5).

Tabela 5 – Formas de aquisição dos estabelecimentos agropecuários pesquisados em Júlio de Castilhos/RS.

Forma de aquisição do estabelecimento agropecuário	Número de estabelecimentos	%
Compra/Herança	15	30
Compra	18	36
Herança	14	28
Arrendatário	3	6

Fonte – Trabalho de campo, 2008.
Org.: CARGNIN, M.

Salienta-se que grande parte dos agropecuaristas, proprietários de estabelecimentos agropecuários por herança apresentam grau de parentesco com os antigos proprietários de sesmarias. Tal fato evidencia a influência histórica na titularidade da terra no Município. Por outro lado, os que adquiriram terras, grande

parte deles são de municípios com predominância de pequenos estabelecimentos, que buscaram ampliar suas propriedades e se inserir na lavoura empresarial da soja.

Apesar da maioria dos estabelecimentos resultarem de herança ou da compra de terras, a aquisição de estabelecimento para exploração, na forma de arrendamento, é uma situação recente. O arrendamento de terras surgiu de forma mais expressiva a partir da presença da lavoura empresarial da soja no Município. Por um longo período de tempo, em Júlio de Castilhos, a atividade tradicional foi a pecuária e, o pecuarista, dificilmente arrendava as suas terras. Nesse sentido, o arrendamento passou a ser uma situação nova para ele, mas uma sistemática utilizada pelo agricultor, que na sua maioria, não são detentores da terra, mas a utiliza para a agricultura via arrendamento, ou quando disponível no mercado opta por comprá-las.

Outro fato a ser ressaltado é que a hereditariedade do título de terras é um legado histórico no Município desde a época em que as mesmas eram doadas pelo sistema de sesmarias. Assim, na medida em que ocorria a divisão das terras, por herança, os filhos dos fazendeiros, que geralmente saíam de casa para estudar não deram continuidade às atividades do campo e, então, as arrendavam ou vendiam. Entretanto, alguns dos herdeiros mantiveram as atividades pecuaristas deixando a responsabilidade de administrá-las ao capataz. Existem casos em que os herdeiros venderam as terras para investir nos centros urbanos.

Entre os entrevistados que fizeram aquisição de terras através da compra, 26% dos antigos proprietários continuam residindo no município e, 36%, venderam suas terras dirigindo-se para outros municípios gaúchos ou, então, para outros estados para desenvolver atividades ligadas ao setor primário (TRABALHO DE CAMPO, 2008).

Ao vender em parte ou toda a propriedade os antigos proprietários em sua grande maioria, 66%, continuaram no estado do Rio Grande do Sul nos municípios de Bagé, Cruz Alta, Erechim, Estrela, Ibirubá, Palmeira das Missões, Pelotas, Porto Alegre, Santa Maria, Tupanciretã e Júlio de Castilhos. Entretanto o maior índice de proprietários permaneceu em Júlio de Castilhos. Alguns agregaram áreas aos estabelecimentos junto aos municípios citados ou foram para outros estados brasileiros, entre eles Santa Catarina com 4% e Mato Grosso com 2%. O restante,

28% dos proprietários continuaram na atividade agropecuária em Júlio de Castilhos uma vez que os estabelecimentos são próprios, adquiridos através de herança.

Os motivos da reorganização da estrutura fundiária são diversos. Considera-se, desde a expansão dos estabelecimentos através da compra de áreas próximas devido ao esgotamento da fronteira agrícola no Estado gaúcho, até a sua utilização para o pagamento de dívidas contraídas através de investimentos ou financiamentos realizados como forma de permanecerem na atividade agropecuária.

A maioria dos pecuaristas castilhenses, para se manterem na atividade, procura estabelecer novas formas de utilização das terras de seus estabelecimentos com o intuito de maximizar os rendimentos. Uma das alternativas é o arrendamento e/ou parceria na lavoura temporária da soja, geralmente no período de verão. No inverno, alguns proprietários utilizam a lavoura com pastagem para concluir o processo de engorda dos bovinos sendo essa sistemática bastante utilizada, pois ela acelera o ciclo da pecuária.

Da amostragem pesquisada na forma de ocupação da área dos estabelecimentos agropecuários em percentual de lavoura (que corresponde aos cultivos agrícolas) e percentual de pecuária (campo nativo) com proprietário, arrendatário e parceiro obtiveram-se os dados que compõe a tabela 6. Dos entrevistados, a parceria na agricultura foi constatada em apenas um estabelecimento agropecuário, correspondendo a essa forma de condição de trabalho com 25% da utilização da lavoura temporária para soja na propriedade. Cabe ressaltar que, dos estabelecimentos agropecuários com pecuária, três produtores rurais não trabalham diretamente com a atividade agrícola, somente com pecuária, sendo que suas lavouras são arrendadas para terceiros nos meses de verão. Além disso, cinco estabelecimentos trabalham somente com pecuária de invernada, ou seja, de engorda do gado, apenas no período de inverno em áreas de lavoura temporária. E, seis entrevistados não possuem pecuária em suas propriedades, realizando apenas atividades agrícolas.

Através dos dados da tabela 6, percebe-se que ocorre uma inversão no percentual do grau de utilização das terras de acordo com a condição do declarante e do tipo de atividade, ou seja, a agricultura está presente na maior parte dos estabelecimentos agropecuários e ocupa os maiores percentuais de área.

Os maiores percentuais para a lavoura cultivada encontram-se nos grupos de área total entre 60 a 80% e 80 a 100% da utilização da área do estabelecimento

agropecuário para a agricultura. Isto significa que a lavoura temporária compõe a maior parte dos estabelecimentos de Júlio de Castilhos e, do mesmo modo, predominam as lavouras cultivadas pelos proprietários. Em contrapartida, para os estabelecimentos que realizam a pecuária, seja em campo nativo ou, em áreas de lavoura em determinada época do ano, o maior número, quatorze encontram-se nos grupos de área total de menor grau de utilização da área, ou seja, entre 0 a 20% da propriedade e se destinam para a atividade da pecuária (Tabela 6).

Tabela 6 – Condição do declarante por tipo de atividade em Júlio de Castilhos/RS.

Grau de utilização do estabelecimento agropecuário	Número de estabelecimentos com lavoura cultivada pelo proprietário	%	Número de estabelecimentos com lavoura cultivada pelo arrendatário	%	Número de estabelecimentos agropecuários com pecuária	%
0 – 20%	1	2	0	0	14	28
20 – 40%	8	16	2	4	11	22
40 – 60%	9	18	1	2	9	18
60 – 80%	15	30	4	8	5	10
80 – 100%	14	28	4	8	2	4
Total	47	94	11	22	41	82

Fonte – Trabalho de campo, 2008.
Org.: CARGNIN, M.

Percebe-se que houve uma diminuição das áreas destinadas para a pecuária em consequência do aumento gradual das lavouras, as quais pressionaram as áreas de campo nativo. Tal expansão se tornou possível devido às potencialidades físico/natural, através do relevo favorável, o qual possibilitou a inserção da mecanização na maior parte do Município. Há que se considerar, também, o total de onze estabelecimentos agropecuários, nos quais a lavoura é cultivada pelo arrendatário nos meses de verão e, no inverno, a exploração da mesma retorna para o proprietário, o qual as utiliza para engorda do gado. Esta é uma prática que está se tornando comum no Município.

Se por um lado, a exploração do estabelecimento agropecuário é realizada, na maior parte pelos proprietários, por outro, o local de residência da maioria desses, não é a sede da propriedade na zona rural, pois em muitos casos, os proprietários residem em outros municípios. Dos proprietários residentes em Júlio de Castilhos, 58%, encontram-se na zona urbana, retornando para a cidade após o trabalho diário ou permanecendo na propriedade periodicamente para acompanhar o andamento das atividades rurais. Essa dinâmica iniciou-se com os fazendeiros e acentuou-se com os empresários rurais da soja. Dessa forma, o espaço urbano também se alterou, pois é frequente a busca por moradias, na cidade, para alugar, ou, então, para construção de casas próprias. Percebe-se, que essa nova reestruturação produtiva alterou o design urbano, pois se visualiza, no espaço urbano do município, a expansão do mercado imobiliário através da construção de prédios e casas mais modernas, resultante principalmente da procura dos mesmos pelos empresários rurais da soja que buscam novas alternativas de residências e confortos e não apenas investirem em terras como é característico dos pecuaristas (Tabela 7).

Tabela 7 – Local de residência dos proprietários de estabelecimentos agropecuários entrevistados de Júlio de Castilhos/RS.

Município	Urbano (%)	Rural (%)
Santa Maria	4	0
Nova Palma	4	4
Júlio de Castilhos	58	24
Itaara	2	0
São Martinho da Serra	0	4
Total	68	32

Fonte – Trabalho de campo, 2008.
Org.: CARGNIN, M.

Apesar da maioria dos proprietários dos estabelecimentos agropecuários declararem ter profissão de produtor rural com dedicação para a agropecuária, 68%

dos entrevistados responderam que, o local de moradia concentra-se na área urbana do Município (Tabela 7).

Esta prática, do proprietário rural possuir mais de um estabelecimento agropecuário em municípios diferentes, e residir na cidade é uma situação frequente, resultante da modernização tecnológica dos equipamentos, insumos agrícolas, mudança nas práticas agrícolas, evolução dos transportes, avanço da comunicação, principalmente através do telefone e da internet. Essas inovações técnicas possibilitam, ao agricultor e ao pecuarista, residir em locais mais distantes da propriedade e manter periodicamente o controle das atividades rurais.

Por outro lado, alguns proprietários mantêm as atividades rurais, mas possuem outras atividades no espaço urbano. Dentre esses, destacam-se os que se dedicam à atividade comercial, abrangendo 10% dos entrevistados e, os profissionais liberais com 8% do total. Os que se dedicam à atividade comercial desenvolvem atividades como de supermercado, produtos agropecuários, posto de combustível e recebimento de produtos agrícolas. Já, os proprietários que exercem atividades como profissionais liberais destacam-se os da área de assessoria agrícola, diretor de cooperativa agropecuária, setor de insumos agrícolas e conselheiro bancário (Gráfico 3).

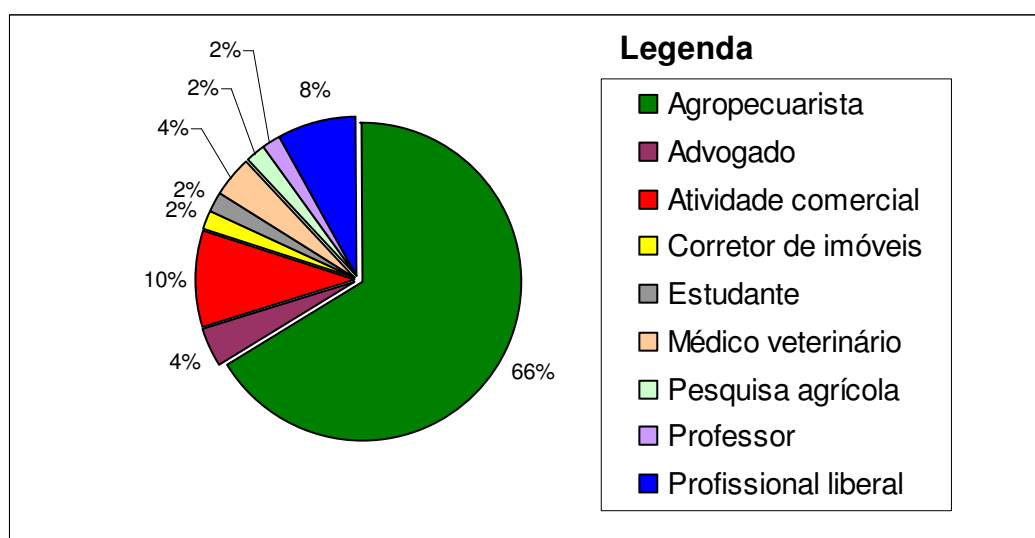


Gráfico 3 - Outra profissão do proprietário de estabelecimento agropecuário entrevistado de Júlio de Castilhos/RS.

Fonte: Trabalho de campo, 2008.

Org.: CARGNIN, M.

Outras profissões também fazem parte das atividades paralelas à atividade rural dentre elas destacam-se as de advogado, corretor de imóveis, estudante, médico veterinário, pesquisa agrícola e professor. O maior percentual corresponde aos proprietários que se dedicam apenas à atividade agropecuária com 66% do total da amostragem (Gráfico 3).

Salienta-se que os proprietários de estabelecimentos agropecuários, em sua maioria, exercem outras profissões, mas estão relacionadas com a atividade rural. Esse fato demonstra a característica do Município, ou seja, essencialmente baseado no setor primário sendo que o espaço urbano complementa e fornece suporte para que o mesmo se desenvolva.

Quanto ao local de moradia, há que se considerar que 52% dos proprietários de estabelecimentos agropecuários não residem na propriedade e contratam mão-de-obra assalariada para conduzirem as rotinas de trabalho. Já a condição de parceiros na lavoura temporária, que residem na propriedade de parceria, corresponde a apenas 4%. Em 12% dos estabelecimentos, os proprietários não residem nos estabelecimentos rurais e não contratam mão-de-obra. Além disso, em 32% dos estabelecimentos os proprietários e empregados residem nos mesmos e, são os responsáveis por desenvolverem os trabalhos rurais (TRABALHO DE CAMPO, 2008).

A maioria dos proprietários que exercem apenas a atividade agropecuária acompanha os trabalhos diariamente em todas as etapas, desde o plantio até a colheita. Considerando que, grande parte dos mesmos não residem na propriedade, o acompanhamento das atividades agrícolas ocorre, na maioria das vezes, por telefone. Essa tecnologia possibilitou realizar duas atividades distintas, ou seja, uma no meio urbano e outra no rural (Tabela 8).

Atualmente, a agropecuária no Município é organizada e administrada de maneiras distintas. Além do proprietário, o arrendatário também passou a explorar a atividade agropecuária e, em alguns casos, a administrar o estabelecimento. Os arrendatários, em sua maior parte exercem outra profissão e, também, residem em municípios próximos como Santa Maria, Nova Palma, Itaara e São Martinho da Serra. Salienta-se que um número significativo de arrendatários reside em Júlio de Castilhos agregando áreas da pecuária para expandir a lavoura de soja através do arrendamento.

Tabela 8 – Forma de acompanhamento dos trabalhos nos estabelecimentos agropecuários pelo proprietário em Júlio de Castilhos/RS.

Período de administração dos trabalhos no estabelecimento agropecuário pelo proprietário	Número de produtores
Diariamente	36
1 a 3 vezes por semana	7
4 a 6 vezes por semana	3
Plantio e colheita	4
Total	50

Fonte: Trabalho de campo, 2008.
Org.: CARGNIN, M.

As áreas exploradas por produtores rurais, através do arrendamento de terra apresentam dimensões que variam de 50 a 1500 ha. Dos entrevistados que são arrendatários 94%, declararam que essas áreas são destinadas para a lavoura comercial de soja no período de verão e, no inverno, utilizadas com outras culturas. Assim, tem-se para cada período, duas situações distintas. O arrendatário planta trigo e aveia e/ou azevém para a obtenção de sementes no inverno. Ou, a lavoura após a semeadura da aveia ou azevém ou ambas, é devolvida ao proprietário para realizar a pecuária de engorda. Tal sistemática visa ampliar o retorno econômico através da redução de custos.

Salienta-se que apenas 6% dos entrevistados arrendam áreas para a pecuária na modalidade campo. As dimensões de área para esta modalidade de atividade variam de 200 a 500 ha e são destinados, para abrigar o gado no período de verão aguardando novamente a pastagem da lavoura no inverno. Para comportar o grande plantel bovino em áreas de campo, sem prejudicar a produção do rebanho, o pecuarista tem investido na melhoria das pastagens no campo nativo, o qual passou a ser trabalhado de forma mais intensiva. Essa nova forma de conduzir à pecuária, com melhoramento do pasto no campo nativo, assim como o uso da ração e outras técnicas modernas foi adotada pelos proprietários rurais na busca de

manter o padrão de qualidade da mesma, caracterizando a verticalização da pecuária.

É importante destacar que houve a valorização da terra em consequência da expansão da lavoura empresarial da soja, visando à demanda no mercado nacional e internacional. Isso repercutiu nos valores atribuídos ao hectare de área para compra e, também, para o arrendamento.

No que diz respeito aos contratos de arrendamento constatou-se predomínio significativo com contratos escritos e registrados. Quanto ao período dos mesmos, estes têm vigência de 4 a 6 anos (Tabela 9).

Considerando as formas de pagamento constatou-se que as mesmas são realizadas de duas maneiras. No arrendamento para pecuária, o valor a ser pago é calculado considerando a quadra de campo com pagamento em dinheiro avaliado por peso de boi vivo, ou seja, um hectare é pago por um valor atualizado no mercado correspondente ao quilograma de boi vivo. Por outro lado, para o cultivo de soja, o arrendamento tem por base o hectare cultivado, no qual se faz o pagamento através de sacas de soja. Em alguns casos devem ser cumpridas outras obrigações pelo arrendatário como deixar a terra com pastagem plantada para o proprietário. Os valores pagos por hectare cultivado variam de 5 a 12 sacas de soja ao ano (para o ano de 2008). Destaca-se que esta quantidade é variável e depende dos acordos realizados entre ambos verbalmente ou em contrato.

Tabela 9 - Número e duração dos contratos de arrendamentos em Júlio de Castilhos/RS.

Tempo em anos	Modalidade de contratos de arrendamentos			
	Verbal		Escrito	
	Nº	%	Nº	%
1 – 3	0	0	4	8
4 – 6	2	4	23	46
Indeterminado	3	6	0	0

Fonte: Trabalho de campo, 2008.
Org.: CARGNIN, M.

No que diz respeito à presença das cooperativas essas exercem papel fundamental para a agropecuária e para a economia local. Enfatiza-se que a maioria dos entrevistados está associado a uma ou mais cooperativa. Dentre as cooperativas e empresas agropecuárias de capital privado, foi indicado, pelos entrevistados, a Cooperativa Agropecuária Júlio Castilhos (COTRIJUC); a Cooperativa Agrícola Mista Nova Palma (CAMNPAL); a Cooperativa Tritícola de Ijuí (COTRIJUÍ); a Cooperativa Agrícola Mista General Osório (COTRIBÁ); o Sistema de Crédito Cooperativo (SICREDI); a Cooperativa Agrícola Tupanciretã (Agropan); e a Agropecuária de recebimento de grãos (Agrodeltha). Estas exercem papel decisivo no processo de armazenamento e industrialização dos grãos produzidos em Júlio de Castilhos.

Além das cooperativas os proprietários são sócios de Sindicatos Rurais. Esses auxiliam o produtor rural na organização das reivindicações dos agricultores e pecuaristas, objetivando a ampliação de recursos e políticas de preços para a agropecuária do município. Entre eles se destaca o Sindicato Rural de Júlio de Castilhos, o qual concentra os proprietários e o Sindicato dos Trabalhadores Rurais. Apenas um pequeno percentual, dos entrevistados, não é sócio de algum sindicato. É importante destacar que os produtores rurais da pecuária leiteira também estão se organizando através do Núcleo dos Produtores de Leite de Júlio de Castilhos. Eles buscam através dessa associação reivindicar melhores preços e ampliar o mercado visando maior crescimento para a atividade no município.

O desenvolvimento das atividades dos dois principais segmentos produtivos do município, ou seja, a lavoura empresarial da soja e a pecuária, necessitam de mão-de-obra diferenciadas o que pode ser explicado pelas distintas formas em que o espaço de produção está organizado.

Nesse sentido, a composição da mão-de-obra é, predominantemente, permanente. No entanto, a mesma é utilizada de forma diferenciada, pois 72% a contratam para trabalhos que visam atender a pecuária e a agricultura simultaneamente e, apenas 14% contratam trabalhadores permanentes para trabalhos referentes somente à pecuária. Os restantes 14% não possuem empregados permanentes (TRABALHO DE CAMPO, 2008).

Considerando a mão-de-obra temporária a mesma é contratada principalmente para as atividades agrícolas sendo utilizada como complementação também na pecuária. Enfatiza-se que 60% dos produtores agropecuaristas

contratam mão-de-obra temporária para trabalhos predominantemente agrícolas, estendendo-se para o manejo da pecuária nos períodos em que não ocorrem as atividades na lavoura. Dos entrevistados, 6% contratam trabalhadores temporários para a pecuária e manejo do gado e 34% dos proprietários não contratam mão-de-obra (TRABALHO DE CAMPO, 2008).

A mão-de-obra temporária, geralmente, é contratada para as atividades agrícolas. Os trabalhadores são contratados para desenvolverem as atividades no período de plantio em distintas épocas do ano. No período de inverno, para o plantio do trigo e, no período de verão, para o cultivo da soja e milho. Normalmente eles retornam a serem contratados para o período da colheita das respectivas culturas. Essa prática é comum e contribui para manter o emprego em determinadas épocas do ano no Município, pois a maioria da mão-de-obra temporária provém da área urbana ou de municípios vizinhos.

Dos entrevistados agropecuaristas, a mão-de-obra permanente contabilizou o maior número de contratos, em média três empregados permanentes e dois temporários por estabelecimento agropecuário. No que se refere à mão-de-obra familiar em média uma pessoa é envolvida nas atividades rurais por estabelecimento, tendo como a tarefa principal a administrar os trabalhos direta ou indiretamente (Tabela 10).

Tabela 10 – Composição da Mão-de-obra que trabalha nos estabelecimentos agropecuários pesquisados em Júlio de Castilhos/RS.

Tipo de Mão-de-obra	Número de pessoas	Percentual (%)	Média de pessoas ocupadas por estabelecimento
Familiar	76	22,61	1,52
Assalariada temporária	109	32,44	2,18
Assalariada permanente	151	44,95	3,02
Total	336	100	6,72

Fonte: Trabalho de campo, 2008.
Org.: CARGNIN, M.

O grande percentual de empregados permanentes deve-se ao tipo de atividade realizada nos estabelecimentos, pois a maioria deles faz o consórcio da pecuária com a agricultura. Dessa forma, os empregados são contratados para executarem essas duas atividades.

O baixo número de familiares envolvidos na agropecuária explica-se pelo acesso a modernização agrícola, o que permite, ao proprietário, possuir outra profissão e administrar, à distância os trabalhos rurais. Essa forma de conduzir a atividade rural possibilita aos filhos dedicarem-se aos estudos, o que gera significativa imigração de jovens e, conseqüentemente envelhecimento da população no campo, uma vez que raramente os mesmos voltam para o meio rural.

No que diz respeito ao pagamento da mão-de-obra este é realizado pelo proprietário mensalmente e diretamente ao assalariado. A remuneração é variável de acordo com o tipo de atividade desenvolvida. Os valores pagos à mão-de-obra temporária e permanente variam de 1 a 3,5 salários mínimos nacionais (R\$ 465,00). A mão-de-obra dos diaristas é paga em valores que variam de R\$ 20,00 a R\$ 50,00 reais por dia de trabalho, dependendo do tipo de serviço realizado. Para os assalariados permanentes, ou seja, aqueles que residem no estabelecimento agropecuário, alguns, dependendo do contrato, além do pagamento é permitido cultivar produtos de subsistência e uma pequena pecuária (TRABALHO DE CAMPO, 2008).

Destaca-se que a forma de contrato estabelecida entre empregador e empregados é variável. A maioria deles é realizada por escrito e registrada, ou seja, os assalariados possuem carteira assinada e, portanto, usufruem de todos os direitos estabelecidos pelas leis trabalhistas. Entretanto, em alguns casos, os contratos são de forma verbal. Esses geralmente ocorrem com as contratações por dia de trabalho.

Quanto à procedência da mão-de-obra, esta é predominantemente do espaço urbano de Júlio de Castilhos correspondendo a 80%. A mão-de-obra vinda dos municípios vizinhos corresponde a 8% e, 12% são provenientes de outros municípios como Cruz Alta, São Martinho da Serra, São Pedro do Sul, Nova Palma e Faxinal do Soturno. Soma-se também a esse percentual os proprietários que não tem empregados. A demanda por mão-de-obra temporária é maior na época do

plântio e colheita da lavoura de soja e milho no verão e trigo no inverno (TRABALHO DE CAMPO, 2008).

Na agricultura utiliza-se tanto a mão-de-obra permanente quanto a temporária. Esta é mais significativa em número de contratações para as atividades de plântio e colheita, as quais são praticadas o ano todo, pois os períodos de entressafas são relativamente curtos. Na pecuária predomina os empregados permanentes, no entanto, em determinadas épocas do ano também é contratada a mão-de-obra temporária. Constatou-se, também, que há relações entre o tipo e o número de mão-de-obra, permanente ou temporária, com a atividade desenvolvida e a dimensão dos estabelecimentos agropecuários (Tabela 11).

Tabela 11: Comparativo do tipo de mão-de-obra para cada grupo de área total em Júlio de Castilhos/RS.

Grupos de área total em hectares	Efetivo de mão-de-obra temporária	Efetivo de mão-de-obra permanente
50 a 100	12	7
100 a 200	8	12
200 a 500	50	61
500 a 1000	21	28
1000 a 2500	14	32
Total	109	145

Fonte: Trabalho de campo, 2008.
Org.: CARGNIN, M.

Observando-se a tabela 11, pode-se constatar que nos estabelecimentos por grupo de área total de 200 a 500 hectares esses apresentam demanda significativa de mão-de-obra, tanto temporária quanto permanente. Os proprietários que se enquadram nessa dimensão de estabelecimento geralmente apresentam significativo rebanho de pecuária, o qual, em sua maioria, criado em áreas de arrendamento e ao mesmo tempo tem na sua propriedade a presença da agricultura. Tal fato demonstra que é a partir dessa dimensão de área que a lavoura empresarial se consolida no Município, uma vez que o número significativo de mão-de-obra temporária empregada está relacionado à agricultura. Esta é contratada nos

períodos de plantio e colheita, e que também demanda de mão-de-obra mais qualificada, pois os maquinários estão cada vez mais sofisticados. Já os empregados permanentes são necessários para o trabalho tanto na pecuária como para a agricultura.

Para os estabelecimentos com área superior a 500 hectares a demanda por mão-de-obra temporária é inferior a permanente, pois nesses a pecuária ainda é a atividade predominante. No entanto, em alguns estabelecimentos a lavoura de soja é desenvolvida paralelamente necessitando desses empregados temporários nas épocas de plantio e colheita (Tabela 11).

Nos estabelecimentos com áreas inferiores a 200 hectares, justifica-se a demanda de mão-de-obra, tanto temporária quanto permanente, devido ao acréscimo de áreas via arrendamento de outras propriedades, para a pecuária e para a agricultura. Além disso, nesses estabelecimentos também existe a criação de gado leiteiro, a qual se tem necessidade de empregados permanentes (Tabela 11).

Salienta-se que os produtores rurais que compõem o seu estabelecimento somente via arrendamento são os que menos contratam mão-de-obra temporária e permanente, para conduzirem a agricultura e a pecuária, pois nesses há significativa participação dos familiares nos trabalhos.

O arrendamento de terras possibilitou a ampliação da lavoura empresarial em áreas de campo nativo. Através dessa prática a pecuária tem decrescido em efetivo de animais, no entanto, o pecuarista aderiu as inovações técnicas para manter-se na atividade.

Por razões históricas Júlio de Castilhos desde a sua origem tem como principal atividade a pecuária. Esta com o decorrer do tempo evoluiu em efetivo de animais como também em melhoramento da qualidade do rebanho. Atualmente, está ocorrendo a inserção da pecuária em moldes produtivos modernos. Entre esses se destacam cruzamentos com novas raças e melhoramento da alimentação dos animais com pastagens provenientes da lavoura nos períodos de entressafra ou do próprio campo nativo.

A lavoura consorciada com a pecuária está presente em 90% dos estabelecimentos agropecuários de Júlio de Castilhos. Destaca-se que apenas 10% dos proprietários praticam a agricultura anualmente com culturas e em épocas distintas. Dos estabelecimentos com presença da pecuária consorciada com agricultura obteve-se um grande percentual destes, em que a pecuária ocorre

apenas na entressafra da lavoura de soja, ou seja, no período de inverno onde estão plantadas as pastagens (TRABALHO DE CAMPO, 2008).

Os motivos pela opção de consorciar a pecuária com a agricultura derivam principalmente dos benefícios econômicos dessa prática. Dentre as razões apresentadas pelos entrevistados pode-se destacar que esta sistemática visa à complementação e garantia de renda nas atividades agropecuárias, ou seja, uma atividade complementa a outra. Paralelamente, ocorre o melhor aproveitamento da propriedade, pois o relevo permite a existência de áreas agricultáveis e outras não. Esta integração possibilita, também, a diminuição dos custos com os equipamentos e torna o uso mais intensivo da mão-de-obra, além de acelerar o ciclo da pecuária, uma vez que se faz o uso da pastagem plantada.

Para os estabelecimentos que optaram em realizar somente agricultura estes, o fazem por considerarem que a pecuária está se tornando inviável economicamente. Entre os fatores decisivos que levaram muitos produtores a se dedicarem somente à prática agrícola estão a fertilidade do solo e a não compactação do mesmo, devido as técnicas usadas tornando-o mais produtivo.

A prática da rotação de culturas, ou seja, a rotatividade de tipos de cultivos agrícolas em áreas e épocas distintas durante um período de tempo é bastante comum para os agricultores castilhenses. No entanto, o tempo de troca de área entre uma cultura e outra é bastante prolongado, sendo comum, na lavoura de soja, a qual é plantada na mesma área, em grande parte dos estabelecimentos, por um período superior a 10 anos, pois não buscam inserir outro tipo de cultura devido ao valor comercial da soja (Tabela 12).

Com relação ao sistema de rotação de culturas embora muitos agricultores cultivem alternadamente e no mesmo ano, produtos diferentes como soja, milho, sorgo no período de verão e no inverno trigo, aveia, azevém entre outros, considerou-se essa prática como rotação de culturas com mesma produção. Para que seja considerada uma rotação de culturas também deve haver a troca periódica de um tipo de cultura de mesma época em distintas áreas.

Os produtos agrícolas mais cultivados e utilizados para a rotação de culturas, para o período de inverno é o trigo, a cevada, canola e o nabo forrageiro. A aveia e o azevém normalmente são cultivados nos estabelecimentos onde ocorrem as invernações para a pecuária ou, para comporem a camada de palha para posterior plantio da soja. Já para o período de verão a soja abrange as maiores áreas,

juntamente com o milho, o sorgo forrageiro, o feijão e o milho. Como a pecuária leiteira, em Júlio de Castilhos, é bastante expressiva, é comum a presença de pastagem tanto no período de inverno quanto no de verão.

Tabela 12 – Tempo de uso contínuo da terra e rotação de cultivos nas lavouras temporárias em Júlio de Castilhos/RS.

Uso contínuo com lavouras		
Tempo em anos	N° de estabelecimentos	%
Todos os anos	8	16
0 – 3	17	34
3 – 6	19	38
6 – 9	3	6
9 – 12	3	6

Fonte: Trabalho de campo, 2008.
Org.: CARGNIN, M.

A adoção da rotação de culturas é uma prática intensa nas diferentes épocas do ano com um tipo de cultivo contínuo na mesma área de até seis anos, mas o cultivo da soja é predominante para a maioria dos agricultores.

O município, por um longo período teve na atividade pecuarista com base na criação de gado bovino de forma extensiva, com ciclo completo, a principal atividade econômica. Essa prática modificou-se com o avanço das lavouras temporárias. O consórcio da lavoura com a pecuária é uma possibilidade que visa a aceleração do ciclo da pecuária. No entanto, tem sido uma prática cada vez menos aceita pelos agricultores, pois dependendo do grau de utilização da lavoura pela pecuária, ocorre a compactação do solo.

No que diz respeito à utilização das terras pode-se constatar que a maioria dos proprietários rurais destina de 50 a 80% do estabelecimento para as lavouras temporárias. Este fato demonstra a expansão de área para a lavoura da soja. Por outro lado, a maior parte dos entrevistados destacou que reservam para o campo nativo de 0 a 20% da propriedade. Para o município, em que a pecuária até então, era a principal atividade econômica percebe-se que está ocorrendo uma

reorganização do seu espaço produtivo. Essa reestruturação produtiva está relacionada ao retorno econômico mais rápido proporcionado pela lavoura empresarial da soja (Tabela 13).

Tabela 13 – Tipo de utilização das terras nos estabelecimentos agropecuários pesquisados em Júlio de Castilhos/RS.

% do estabelecimento Agropecuário	Número de estabelecimentos com:				
	Lavoura Temporária	Campo	Pastagem Plantada	Mata Plantada	Terras Inaproveitadas
0 – 20	1	34	12	50	45
20 – 50	12	10	22	0	5
50 – 80	26	12	13	0	0
80 – 100	11	0	3	0	0

Fonte: Trabalho de campo, 2008.
Org.: CARGNIN, M.

Salienta-se que 44% dos proprietários entrevistados destinam de 20 a 50% das lavouras para o plantio de pastagens, para formação da camada de palha para o plantio direto da próxima safra ou, para a pecuária de engorda (Tabela 13).

Em relação às matas plantadas, buscou-se verificar se os proprietários investiam em reflorestamento. Constatou-se que 100% deles reservam um pequeno percentual de suas terras para essa finalidade. Isso demonstra que os proprietários estão cientes dos problemas ambientais destinando áreas para o reflorestamento em seus estabelecimentos, uma vez que o código florestal brasileiro exige que vinte por cento da propriedade rural em áreas de campos em qualquer região do país seja destinada a preservação florestal (Tabela 13).

Através dos dados dos censos agropecuários de 1940 até 2006 percebe-se a evolução do rebanho bovino do município (Gráfico 4).

Para se compreender a evolução do efetivo da pecuária de Júlio de Castilhos buscou-se resgatar fatos que ocorreram no decorrer da escala temporal selecionada, ou seja, no período de 1940 a 2006. Dentre eles, destaca-se que as sucessivas crises econômicas ocorridas na década de 30, levaram ao fechamento e

falência de diversos frigoríficos. Este fato gerou crise neste setor econômico, a qual refletiu gradativamente na atividade pecuarista, levando a diminuição da criação de gado da década de 40 a 60 (Gráfico 4).



Gráfico 4 - Efetivo de bovinos no município de Júlio de Castilhos no período de 1940 a 2006.

Fonte: Censo econômico do IBGE de 1940, censo agrícola de 1950 e 1960, censo agropecuário de 1970, 1975, 1980, 1985, 1995/96 e 2006.

Org.: CARGNIN, M., 2008.

Já a partir da década de 70 a pecuária aumenta em relação à década de 60 e, se mantém constante até 1985, mas com um rebanho bastante elevado (Gráfico 4). Atribui-se a esse crescimento e posterior estabilização da pecuária local, proporcionado pelo crescimento do mercado da carne, bem como, a maior oferta de pastagens aos bovinos disponibilizadas pela lavoura temporária em expansão, apesar da diminuição da área com campo nativo.

A partir de 1985 a pecuária de bovinos diminuiu o seu efetivo. Tal fato é reflexo das oscilações do preço do boi vivo, aliado, ao surto de febre aftosa que tem afetado o mercado da carne no Brasil e no exterior. Acrescenta-se, também, que a valorização da soja no mercado internacional favoreceu a expansão das áreas de agricultura sobre as áreas de campo nativo forçando a diminuição da pecuária e/ou sua reestruturação espacial (Gráfico 4).

Salienta-se que a pecuária, apesar de diminuir a área de criação de animais aumentou o efetivo e a qualidade do rebanho, pois seu consórcio com a lavoura de

soja possibilitou aumento na oferta de suprimento alimentar para o gado através das pastagens nos meses de inverno, período de maior escassez de pasto no campo.

A lavoura de soja tem seu início, em meados da década de 60, quando registrados os primeiros dados em relação à produção do grão, em Júlio de Castilhos. Assim, a década de 60 configura-se como o marco da inserção da cultura da soja comercial no município de Júlio de Castilhos. No entanto, isso não significa que anterior a esse período já era realizado o plantio dessa leguminosa para a alimentação de animais e, em algumas lavouras a mesma era plantada em caráter experimental.

A Fundação Estadual de Pesquisa Agropecuária (FEPAGRO), na década de 50 desenvolvia pesquisas de variedades de soja que fossem adequadas as condições edáficas do Município. Dessa forma, as primeiras lavouras de soja foram inseridas pela FEPAGRO, a qual procurava incentivar os proprietários a plantar a mesma buscando diversificar a produção agrícola que se consolidava através do trigo. No entanto, a triticultura por ser uma cultura agrícola bastante instável, característica do inverno necessitava de uma cultura complementar para o período de verão. Tal fato tornaria a atividade agrícola mais rentável e atraente para os agricultores. A soja que expandia-se no mercado externo passou a despertar interesse dos agricultores. Além disso, a topografia do município propiciava a mecanização desta lavoura. Consolidando-se assim o binômio trigo/soja.

Atualmente a Fundação Centro de Experimentação e Pesquisa (FUNDACEP) localizada em Cruz Alta e a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, situada no município de Passo Fundo (EMBRAPA Trigo) com pesquisas de melhoramento de sementes contribuem para a expansão de áreas destinadas à lavoura empresarial de soja. Desta forma, através dos avanços da biotecnologia são lançados no mercado, as sementes geneticamente modificadas, ou seja, as sementes transgênicas, fazem com que as lavouras de sojas transgênicas tenham aumento significativo no estado gaúcho e no Município.

A expansão ou redução das áreas da cultura temporária de soja estão ligadas aos condicionantes climáticos e de mercados. É importante assinalar que a atividade agrícola é vulnerável a uma série de fatores, os quais podem favorecer ou dificultar o seu desenvolvimento, dentre eles citam-se: as alterações nas condições do tempo, a oscilação dos preços no mercado e a proliferação de pragas. A interferência do tempo ocorre de forma bastante intensa manifestando-se através das secas ou

excesso de chuvas, considerando que esses fatores são decisivos na quantidade e qualidade da produção agrícola.

Para o período de 1960 a 1980 tem-se uma produtividade que varia de 16 a 25 sacas de soja por hectare, já a partir de 1985 há um aumento, chegando a produtividade de 30 sacas por hectare. O incremento na produtividade após 1985 deve-se a inserção do plantio direto, o qual diminui as perdas da camada de solo agricultável, aumentando a sua fertilidade.

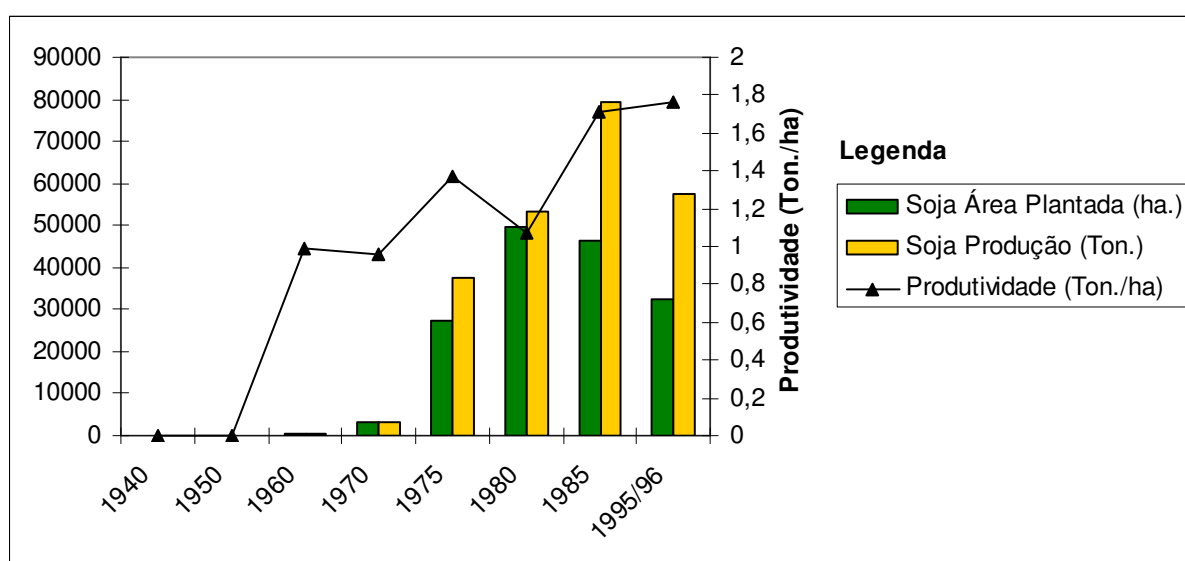


Gráfico 5 – Evolução da área plantada e produção de soja no município de Júlio de Castilhos/RS.

Fonte: Censo econômico do IBGE de 1940, censo agrícola de 1950 e 1960, censo agropecuário de 1970, 1975, 1980, 1985 e 1995/96.

Org.: CARGNIN, M., 2008.

No período de 1940 a 1950 a soja ainda não era cultivada no município. Já a partir de 1960, inicia-se o plantio de soja ainda em caráter experimental pela Fundação Estadual de Pesquisas Agropecuárias. No quinquênio de 1975 - 1980, a lavoura de soja, gradativamente, se expande em Júlio de Castilhos, desenvolvendo-se, paralelamente, a lavoura de trigo, que era, até então, o principal cultivo agrícola. Além disso, o transporte ferroviário nesse período, com vagões para grãos, favoreceu o escoamento da produção agrícola do município. No período compreendido entre os anos de 1985 e 1995 ocorre decréscimo na área de lavoura de soja, devido principalmente as oscilações no preço do grão no mercado

internacional. No entanto, nesse período a produção aumentou, mediante o uso de tecnologias modernas, apesar do período de 95 ser marcado por estiagens, as quais afetaram diretamente as áreas destinadas a lavoura da soja (Gráfico 5).

Além dos dados fornecidos pelos censos agropecuários do IBGE, buscou-se dados da FEE, os quais demonstram informações mais atuais no que se refere a evolução da lavoura de soja em Júlio de Castilhos. Nesta perspectiva, pode-se dizer que nos últimos dez anos houve um aumento significativo e constante da área destinada a lavoura de soja. Isso revela que as áreas destinadas ao campo nativo estão cedendo espaço para esta lavoura. Destaca-se que a área plantada de soja tem aumentado gradativamente, no entanto, a sua produtividade, apresenta variações devido as oscilações climáticas, através de períodos de estiagens ou excesso de chuvas (Gráfico 6). Para o referido período anteriormente, destacado no gráfico 6, observa-se que a produtividade teve aumento significativo em relação aos períodos anteriores a 1995/96.

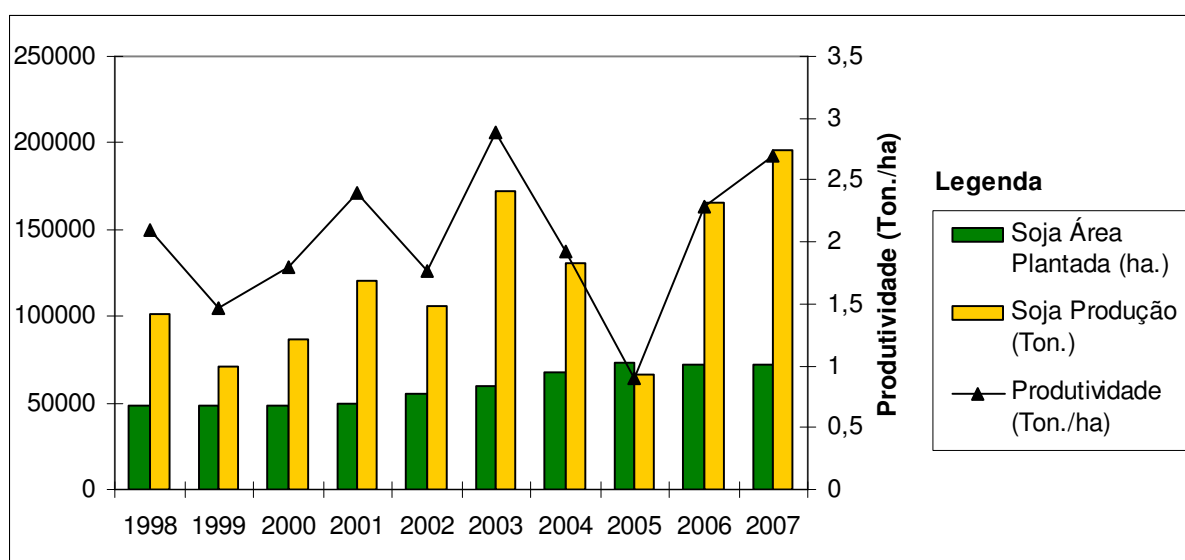


Gráfico 6 – Evolução da área plantada e produção de soja de 1998 a 2007, em Júlio de Castilhos/RS.

Fonte: Banco de dados da FEE de 1998 a 2007.

Org.: CARGNIN, M., 2008.

Considerando as informações coletadas no trabalho de campo, os entrevistados ressaltaram que a soja era cultivada desde 1964 no município. Entretanto, o maior número de proprietários enfatizou que começaram a cultivar,

essa leguminosa, nos períodos de 1974-1983 e 1994-2003 (Tabela 14). O primeiro período coincide com o avanço desta cultura, através da modernização da agricultura no Estado gaúcho via uso de fertilizantes, agroquímicos e mecanização das lavouras. O processo de modernização iniciou no estado gaúcho com a Revolução Verde e através deste passou a utilizar, em larga escala, os agrotóxicos. No decorrer do tempo o aumento das pragas e o surgimento de novas doenças nas lavouras provocaram a ampliação no consumo de inseticidas, herbicidas entre outros agroquímicos. O uso de agrotóxicos nas lavouras de soja, trigo, milho, aveia, cevada, citricultura entre outras culturas é comum no Município.

O segundo período de 1994 – 2003, a expansão da soja é decorrente da utilização, pelos proprietários, da técnica do plantio direto (Tabela 14). Essa começou a ser difundida na década de 80 e utilizada de forma intensiva a partir da década de 90, a qual permitiu também aumentar a área destinada para a lavoura empresarial. Para a efetivação da lavoura temporária com o sistema plantio direto tem-se o uso intenso da mecanização.

Tabela 14 – Período de início do plantio de soja pelos produtores entrevistados no município de Júlio de Castilhos/RS.

Período de início	Número de estabelecimentos agropecuários		
	Soja	Milho	Trigo
1964 – 1973	6	3	5
1974 – 1983	15	6	6
1984 – 1993	7	11	7
1994 – 2003	13	13	13
2004 – 2007	1	4	3

Fonte: Trabalho de campo, 2008.
Org.: CARGNIN, M.

Além da lavoura da soja, são plantadas outras culturas, as quais são representativas para a economia do município, como o trigo e o milho (Tabela 14). A aveia, o azevém e o feijão também estão presentes no espaço produtivo do município em análise. A cevada, o girassol, a canola (a partir do ano 2000) e

fruticultura (1990) estão sendo cultivadas mais recentemente devido a integração direta da indústria com o produtor rural com maiores garantias de mercado.

A integração produtor rural/indústria está baseada na realização de contratos da indústria diretamente com o agricultor. Esta é responsável pelo fornecimento dos insumos, sementes, assistência técnica e compra da produção. O produtor é responsável pelo plantio, manejo adequado e entrega da produção. Essa forma de integração é semelhante a que ocorre com as indústrias de fumo situadas no Vale do Rio Pardo, a qual fornece aos agricultores um pacote tecnológico, assistência técnica e a compra da produção. Em Júlio de Castilhos a integração é feita com produtores de cevada, girassol e canola através da qual existem garantias de mercado para a sua produção.

Vários fatores que motivaram os produtores rurais a iniciarem o plantio de soja, dentre eles, o mais citado está relacionado ao retorno financeiro rápido que esta atividade econômica proporciona, apesar da grande vulnerabilidade as variações climáticas. Além disso, com a lavoura de soja é possível ter melhor aproveitamento econômico dos estabelecimentos agropecuários, pois a topografia do município disponibiliza terras aptas para a agricultura mecanizada. Essa oferta de terras apropriadas para o cultivo da soja aliados as perspectivas de mercado constituem a razão principal do aumento da área de soja no município (Fotografia 2).

Na fotografia 2, a imagem A demonstra a lavoura de soja em fase de desenvolvimento e na imagem B está representado o plantio direto da soja na palha, sendo que através desse sistema é possível melhorar a produtividade do solo.

Outros motivos citados para o plantio da soja estão relacionados a diversificação de atividades. Esta possibilita a rotação de culturas com objetivo de melhoramento do solo através da inserção de culturas específicas os quais aumentam a massa verde no solo, sendo que a mesma pode ser utilizada também na integração com a pecuária no período de entressafra.



Fotografia 3 – (A) Lavoura de soja em fase de desenvolvimento. (B) Sistema plantio direto da soja em Júlio de Castilhos/RS.

Fonte: Trabalho de campo, 2008.

Org.: CARGNIN, M.

Atrelado aos fatores físicos e os econômicos percebe-se que a atividade agrícola se torna mais viável no município. Acrescenta-se a esses a expansão da cultura de soja e a permanência da pecuária tradicional, são atividades que muitos produtores castilhenses herdaram e permaneceram, devido as perspectivas de mercado e a visão expansionista da lavoura, uma vez que a soja destaca-se no Brasil tanto para o suprimento alimentar humano quanto para animal.

Alguns produtores rurais enfatizaram que deixaram de plantar, por um determinado período as culturas de trigo e milho por considerarem culturas de alto risco sendo mais vulneráveis as variações climáticas e pelas grandes oscilações de mercado (Fotografia 3).

Salienta-se que para 56% dos entrevistados a soja transgênica foi fator decisivo na ampliação da área plantada com esta cultura, pois melhorou as condições de cultivo, bem como o controle dos invasores. Com o plantio de transgênicos, aliados a técnica do plantio direto houve redução de custos na lavoura, contribuindo para a expansão de áreas de cultivo.

Para os entrevistados que mencionaram o fato da soja transgênica não ter influenciado no aumento da área cultivada, suas opiniões convergem na direção do

plantio direto, o qual tem direcionado a ampliação das áreas de lavoura, mediante a redução do manejo em comparação a lavoura cultivada no sistema convencional. Com o plantio direto houve modificações na contratação de mão-de-obra na lavoura, pois com a redução do manejo com o solo e maior mecanização tem refletido na diminuição de empregos.



Fotografia 4 – Lavoura de trigo pronta para colheita no município de Júlio de Castilhos/RS.
Fonte: Trabalho de campo, 2008.
Org.: CARGNIN, M.

Quanto à renda gerada pela produção da lavoura de soja, a maioria dos proprietários enfatizaram que a mesma é investida nas propriedades em Júlio de Castilhos visando a manutenção das atividades agropecuárias e o melhoramento de tecnologias com o intuito de expandir a produção. Ela também é utilizada na aquisição de maquinários mais modernos, compra de terras, correção de solo, melhoramento da infra-estrutura como instalações de silos e armazéns para acondicionar sementes e equipamentos agrícolas. Paralelamente ela permite, aos proprietários, investirem na educação superior de seus filhos e deles próprios e na manutenção dos empregados.

Para os proprietários que moram e possuem estabelecimentos fora do município de Júlio de Castilhos os investimentos são aplicados em diferentes propriedades, os quais, em alguns casos, são direcionados para outros municípios.

Além do retorno da renda em forma de melhoramento das condições de trabalho na propriedade, o comércio da cidade também se beneficia, pois no município, a economia oscila de acordo com o desenvolvimento da atividade agropecuária.

Para 82% dos entrevistados a falta de chuva por períodos prolongados, interfere, no desenvolvimento das lavouras periodicamente causando perdas econômicas que refletem na economia do município. Essa situação demonstra a falta de investimentos em técnicas que minimizam os efeitos das estiagens através da irrigação das lavouras. A minoria dos estabelecimentos agropecuários do município dispõem da irrigação, pois esta demanda de grande quantidade de recursos financeiros para a sua implantação. Foram citados, pela maioria dos entrevistados, o ano de 1998 e o período de 2003 a 2006 nos quais as secas trouxeram prejuízos significativos para a lavoura de soja. Por outro lado, o excesso de chuva também afeta negativamente a agricultura, principalmente a do trigo e as pastagens no inverno (TRABALHO DE CAMPO, 2008).

A falta de amparo governamental através de políticas agrícolas adequadas que atendam as necessidades agropecuárias foi amplamente mencionado entre os produtores. A deficiência de políticas de garantias de preços e seguro aos produtos agrícolas é um fator que influencia na decisão do tipo de cultivo a ser investido. Os preços dos produtos agrícolas apresentam grandes variações cíclicas, às vezes, em um curto período de tempo. Assim, ocorrem mudanças nos tipos de culturas agrícolas plantadas pelos produtores rurais de um ano para outro, isso ocorre, em parte, pela dependência brasileira ao mercado externo.

Paralelamente, outros argumentos foram citados pelos agricultores no que diz respeito a situação atual da agricultura. Citam-se, entre eles a proliferação de pragas, como a ferrugem asiática e a lagarta. Essas têm a possibilidade de serem controladas através do uso de agroquímicos adequados.

No que se refere à área destinada para as culturas temporárias o maior número de produtores reservam de 50 a 100% do estabelecimento agropecuário para a lavoura comercial de soja. Da amostragem de 50 produtores rurais, 44 tem na lavoura empresarial de soja a principal atividade econômica no período de verão e,

nos meses de inverno, a maioria deles dividem as terras para os cultivos de trigo, aveia/azevém, canola ou cevada (Tabela 15).

Tabela 15 - Proporção da área de acordo com o tipo de cultura para a lavoura temporária no município de Júlio de Castilhos/RS.

% de área do estabelecimento	Número de estabelecimentos com lavoura temporária							
	Soja	Trigo	Milho	Aveia	Sorgo Forrageiro	Girassol	Cevada	Milheto
0 – 20	1	7	30	4	0	1	3	1
20 – 50	12	16	4	21	0	0	0	0
50 – 80	17	3	0	10	2	0	0	0
80 – 100	13	2	0	3	0	0	0	0

Fonte: Trabalho de campo, 2008.
Org.: CARGNIN, M.

Dos entrevistados apenas seis produtores rurais dedicam-se a pecuária de campo nativo. No entanto, esses produtores arrendam as mesmas nos meses de verão para o cultivo da soja e retornam a explorá-las nos meses de inverno com pastagem para a criação de gado. Dessa forma, é possível continuar na atividade pecuarista, suprir a falta de alimentação para o gado, no inverno, e manter uma renda extra nos meses de verão.

A pecuária de corte sempre foi a atividade tradicional no município e ocupava grandes extensões de terra. No entanto, a pecuária de leite está presente no município há mais de vinte anos, desenvolvendo-se paralelamente a pecuária de corte, mas em pequenos estabelecimentos agropecuários. Atualmente esta atividade, está sendo retomada através do aumento do seu potencial produtivo. A reestruturação da bacia leiteira, no município, ocorre devido à revitalização de indústrias lácteas impulsionada pela importância desta atividade na região e, também pela grande demanda no mercado. Para dar suporte à produção de leite os produtores investem na melhoria da alimentação do gado através do plantio de aveia, milho, milheto e sorgo forrageiro. Algumas dessas culturas servem como

pasto verde e, outras, como o milho e o sorgo são destinadas para a produção da silagem⁹, a qual é acondicionada em silos do tipo trincheira (Tabela 15).

Dos produtores entrevistados, vinte e oito deles, ou seja, em torno de 50% dos mesmos apresentam um efetivo de bovinos com até 300 cabeças. Alguns desses agropecuaristas desenvolvem pecuária de subsistência, ou seja, aquela que se destina para o consumo do proprietário e de sua família, sendo apenas o excedente comercializado (Tabela 16).

Tabela 16 – Efetivo da pecuária de bovinos e ovinos nos estabelecimentos agropecuários pesquisados em Júlio de Castilhos/RS.

Número de Cabeças	N° de estabelecimentos agropecuários com bovinos	N° de estabelecimentos agropecuários com ovinos
0 – 300	28	21
300 – 600	9	1
600 – 900	3	0
900 – 1200	1	0
1200 – 1500	0	0
1500 – 1800	2	0

Fonte: Trabalho de campo, 2008.
Org.: CARGNIN, M.

Salienta-se que alguns agropecuaristas desenvolvem a pecuária como uma atividade secundária para explorar mais intensamente a lavoura em determinadas épocas do ano. Dos entrevistados sete produtores rurais não desenvolvem a criação de gado em seu estabelecimento priorizando e modernizando somente a atividade agrícola, via produção da soja.

Existem também no município, outras formas de utilização das terras. Nesse sentido, tem-se a presença de criadores de gado, embora em pequeno número, que se dedicam somente para a atividade pecuarista, deixando a agricultura para o arrendatário. Eles ainda que em minoria, procuram alternativas para modernizar a

⁹ Espécie de ração feita da planta inteira do milho ainda verde, acondicionada em lona impermeável, a qual passa por um processo de fermentação e, posteriormente, serve de alimentação para o gado.

criação de gado através do melhoramento genético e da inserção de novas raças. A integração com a agricultura também faz parte desse processo, pois acelerou o ciclo da pecuária, uma vez que houve redução de áreas para esta atividade sendo necessário que os pecuaristas procurassem técnicas mais modernas para compensar a cessão de áreas para agricultura via arrendamento (Fotografia 4).

Entre as raças de bovinos existentes no município destacam-se a criação de gado misto, sem raça definida, com 32%; a raça Red Angus e Holandês com 18%; Aberdeen com 8%; charolês com 6% e Santa Gertrudes, Hereford abaixo de 5%. Pode-se afirmar que está havendo a introdução de novas raças à pecuária objetivando a melhoria da qualidade da mesma, pois a pecuária, a exemplo da agricultura, busca novas formas de aumentar a produção. Constata-se que houve diminuição dos bovinos da raça charolês, devido à inserção de outras raças destinadas a pecuária de corte obtendo maior aceitação da carne no mercado e também da pecuária de leite como da raça holandês.

Dentre os entrevistados, constatou-se que a criação de ovinos concentra-se em 22 estabelecimentos, sendo que apenas um estabelecimento possui um rebanho acima de 300 cabeças (Tabela 16).

No que se refere à criação de ovinos, esta já teve maior relevância econômica. A criação de ovelhas era relevante para a produção de lã. No entanto, com a substituição do fio natural pelo sintético, essa atividade passou a ter caráter secundário para a economia local e a ovinocultura passou a ser destinada para a produção de carne para a subsistência nos estabelecimentos rurais, ou então, se destina para o abastecimento do mercado regional.

No Município as raças de ovinos mais criadas são a Texel, Ile de France, Corriedale, Suffolk e Ideal. A maioria dessas raças fornece maior qualidade para a carne ovina e garantem a especialização da criação de acordo com os objetivos do produtor rural em investir em determinadas raças.

A criação de equinos, esta é pouco expressiva devido à diminuição do efetivo da pecuária bovina, uma vez que o cavalo sempre foi utilizado para auxiliar no manejo da pecuária e, por tradição, para participar em eventos competitivos como o rodeio¹⁰. Atualmente, os estabelecimentos com maior criação de gado mantêm um

¹⁰ O rodeio é uma competição esportiva de montaria com animais de diversas idades e espécies. Para essa prática são utilizados bovinos e eqüinos, tem-se como exemplo a montaria em cavalo e touro ainda não domesticados.

rebanho de equinos significativo. Cita-se como exemplo que o estabelecimento castilhense com maior efetivo de equinos é o que também apresenta o maior efetivo de bovinos, possuindo 80 cabeças para auxiliar nos trabalhos da pecuária com 1700 cabeças de bovinos. Entre os equinos a raça crioula é encontrada em 56% dos estabelecimentos agropecuários de Júlio de Castilhos. Destaca-se, também a presença do cavalo de raça mista, o qual é utilizado nos trabalhos do campo.



Fotografia 5 – (C) Lavoura de soja colhida com pastagem em desenvolvimento, (D) Ilhas de campo nativo com pecuária de corte em Júlio de Castilhos/RS.

Fonte: Trabalho de campo, 2008.

Org.: CARGNIN, M.

Destaca-se que a metade dos agropecuaristas entrevistados buscam aperfeiçoar a capacidade genética do rebanho, principalmente do bovino e do eqüino com técnicas modernas de produção através da inseminação artificial e, 30% com a inserção de novas raças. A inseminação é um procedimento bastante utilizado na pecuária leiteira, dispensando a aquisição do reprodutor que geralmente tem um custo elevado. Os criadores de gado de corte também estão aderindo à inseminação buscando o melhoramento da pecuária.

No que diz respeito a pecuária constatou-se também que além do aumento da área de pastagens na lavoura está ocorrendo o melhoramento dos campos nativos

através do plantio da aveia e azevém, além do cultivo de gramíneas que auxiliam na complementação da alimentação dos rebanhos.

Salienta-se que os produtores rurais entrevistados não consideram o seu estabelecimento agropecuário uma cabanha. No entanto, existem algumas cabanhas em Júlio de Castilhos, as quais desenvolvem a pecuária com técnicas modernas de produção e, são responsáveis pela criação desde as matrizes até a comercialização de bovinos de qualidade. Algumas possuem inclusive selo de qualidade para a carne vendida para o mercado interno e externo. Nestas cabanhas¹¹, desenvolve-se pecuária de gado charolês com elevada qualidade, dentre eles animais campeões em feiras agropecuárias. Além da pecuária, nestes estabelecimentos a lavoura empresarial de soja, tem se consorciado com a criação de gado.

O uso da ração na forma convencional industrializada, o feno e a silagem também são bastante frequentes, pois se encontram em 46% dos estabelecimentos. Essas são utilizadas principalmente para a pecuária leiteira, no período de desmame dos terneiros e para complementação da alimentação das vacas em lactação e para o gado de corte na fase de engorda. É comum a utilização na composição da ração de resíduos resultantes da classificação das sementes de soja, milho e trigo que não apresentam a qualidade exigida pelo mercado. A cana-de-açúcar também é utilizada na suplementação da alimentação dos animais.

Paralelamente a inserção da lavoura empresarial da soja, houve a busca por equipamentos mais modernos para acompanhar a evolução da modernização da agricultura. A expansão do mercado para a lavoura da soja tem permitido, aos agropecuaristas, modernizar a frota de seus equipamentos agrícolas, principalmente tratores e colheitadeiras através da adaptação dos maquinários usados com cabine ou através da compra de maquinários mais modernos.

Em Júlio de Castilhos o aumento do uso dos equipamentos agrícolas, pode ser percebido mediante a expansão da lavoura de soja. A frota de tratores sem cabine no município ainda é maior do que os equipados com cabine. A opção de equipamentos agrícolas mais modernos, por exemplo, a cabine com ar condicionado, está pautada na melhoria nas condições de trabalho no campo. Para

¹¹ Cabanha é a denominação geralmente usada no interior do Sul do Brasil para estabelecimento agropecuário de médio ou grande porte destinada a criação de animais (bovinos, equinos, ovinos, entre outros) buscando principalmente melhoramento genético para manter padrão de qualidade dos rebanhos (<http://dicionario.babylon.com/cabanha>).

as colheitadeiras agrícolas verifica-se que o processo de substituição dos modelos antigos por novos é mais rápido. Esse processo de modernização é visível, pois o número de colheitadeiras com cabine é aproximadamente 3 vezes maior que as sem cabine (Tabela 17).

A aquisição de colheitadeiras agrícolas com cabine foi possível devido às políticas de financiamentos e a possibilidade de inserção da soja no mercado nacional e internacional. Outras tecnologias modernas foram incorporadas nos trabalhos agrícolas como a cabine nos equipamentos para a pulverização de agrotóxicos necessários para a proteção da saúde do trabalhador rural, pois cada vez mais são utilizados os agroquímicos. Os equipamentos que os produtores rurais utilizam para a pulverização de agrotóxicos são: o trator sem cabine e jato em 17 estabelecimentos; o trator com cabine e jato em 6; o autopropelido em 18 e o avião agrícola em um estabelecimento

Tabela 17 – Equipamentos agrícolas nos estabelecimentos agropecuários pesquisados de Júlio de Castilhos/RS.

Equipamento agrícola	Total de equipamentos utilizados nos estabelecimentos	
	Com Cabine	Sem Cabine
Trator	19	139
Colheitadeira	58	16

Fonte: Trabalho de campo, 2008.
Org.: CARGNIN, M.

Para a aplicação dos agrotóxicos a maioria dos proprietários faz uso do autopropelido¹². Este protege o operador da máquina, contra a contaminação direta, dos agrotóxicos, mas é necessária a utilização de alguns Equipamentos de Proteção Individual (EPI) ¹³. Por outro lado, existem proprietários que utilizam o trator sem cabine, o qual expõe intensamente o trabalhador à contaminação pelos agrotóxicos que são utilizados na atividade agrícola. Da mesma forma, em alguns

¹² Equipamento agrícola fechado com cabine com condicionador de ar interno, no qual vem acoplado um tanque com capacidade variada, utilizado para a pulverização de agroquímicos em lavouras.

¹³ Os EPIs são equipamentos de proteção individual para o trabalhador rural ao manejar com agrotóxicos na atividade agrícola, que consiste no uso de botas, chapéu, luvas, macacão e máscara.

estabelecimentos agropecuários faz-se o uso do trator com cabine e jato e, para lavouras com dimensão maior o avião agrícola.

Com o aumento das áreas de lavoura comercial foi necessária a ampliação e modernização dos maquinários agrícolas utilizados para o manejo das diferentes culturas. Além dessas modificações, as condições de trabalho no espaço rural também foram reestruturadas, sendo necessária a qualificação da mão-de-obra, tanto a temporária quanto a permanente, para manejar equipamentos agrícolas mais sofisticados, como colheitadeiras computadorizadas, tratores com GPS e outros acessórios mais modernos. Muitos produtores rurais exigem do trabalhador a ser contratado o ensino médio completo e/ou com curso técnico em agropecuária. Tal fato é reflexo da modernização dos equipamentos agropecuários que os mesmos deverão utilizar.

Com a reestruturação da antiga escola agrícola, em 2008, atualmente denominada Unidade de Ensino Descentralizada de Júlio de Castilhos (UNED), ligada ao Instituto Federal Farroupilha, com alguns cursos técnicos voltados para a atividade rural, se ampliará a qualificação da mão-de-obra rural, uma vez que a mesma passará a formar técnicos que atuarão também na atividade agropecuária.

A lavoura empresarial além da modernização de maquinários agrícolas, os quais fornecem suporte diretamente nas atividades, exigiu também reestruturação na infra-estrutura para o armazenamento e transporte da produção. Para comportar a produção agrícola foi alterada a dinâmica rural com investimentos na construção e ampliação de silos nos próprios estabelecimentos. Essa nova organização no espaço rural permitiu, que alguns estabelecimentos realizassem posteriormente a entrega da produção nas cooperativas ou, diretamente no porto de Rio Grande para a exportação.

Destaca-se que muitos dos proprietários de estabelecimentos possuem armazenamento próprio do tipo armazém acondicionado para guardar a produção embalada em sacas. Também a presença dos silos aéreos do tipo metálico atualmente faz parte da nova paisagem do espaço rural do município (Fotografia 5).

As estruturas de armazenamento durante a maior parte do ano servem para acondicionar sementes para o próximo plantio. Os grãos para a indústria são depositados em cooperativas ou unidades de recebimento particulares.



Fotografia 6 – Silo metálico para armazenamento da produção agrícola em estabelecimento agropecuário em Júlio de Castilhos/RS.
Fonte: Trabalho de campo, 2008.
Org.: CARGNIN, M.

A produção de grande parte dos estabelecimentos agropecuários é transportada para as cooperativas agrícolas de recebimento de grãos. Essas dispõem de infra-estrutura para armazenar grande parte da produção. Além do recebimento dos grãos, as cooperativas são responsáveis pelo armazenamento, comercialização e transporte dos mesmos.

O uso intensivo do solo juntamente com os agroquímicos provoca esgotamento dos nutrientes necessários para o desenvolvimento das culturas agrícolas. Para melhorar a fertilidade do solo faz-se necessário a utilização de adubos e corretivos.

Os produtores rurais entrevistados afirmaram que fazem uso de adubos químicos anualmente para os diferentes cultivos. Já a utilização de corretivos para o solo são aplicados periodicamente variando de 3 a 8 anos com quantidade aplicada entre 2 e 6 toneladas por hectare. Essas medidas oscilam de acordo com a análise de solo em laboratório (TRABALHO DE CAMPO, 2008).

Para dar suporte às inovações tecnológicas e para o desenvolvimento da lavoura empresarial da soja, os agropecuaristas buscam apoio através dos financiamentos. Dos cinquenta estabelecimentos amostrados, quarenta e um, ou

seja, 82% fazem financiamento, sendo que alguns o fazem há mais de 30 anos (Tabela 18). Entretanto, 18% não fazem financiamento e, para dinamizar as lavouras e investimentos em infra-estrutura na propriedade utilizam recursos próprios, que são gerados através da lavoura temporária principalmente com a produção da soja em consórcio com a pecuária.

Tabela 18 – Tempo de início da realização de financiamentos nos estabelecimentos agropecuários pesquisados em Júlio de Castilhos/RS.

Tempo de financiamento em anos	Número de estabelecimentos	%
0 – 10	12	24
10 – 20	23	46
20 – 30	4	8
Mais de 30	2	4
Total	41	82

Fonte: Trabalho de campo, 2008.
Org.: CARGNIN, M.

O valor financiado, no ano de 2007, pelos agropecuaristas variam de R\$ 7.000,00 até R\$ 1,2 milhões. Os financiamentos são destinados para custeio anual da lavoura temporária, divididos nas duas principais safras do ano, no período de verão para a lavoura de soja e do milho e, no inverno, para suprir as despesas da lavoura de trigo, cevada entre outros cultivos. O financiamento de custeio (compra de insumos industriais) geralmente é realizado para a safra de inverno e a de verão (TRABALHO DE CAMPO, 2008).

No que diz respeito ao tempo dos financiamentos, estes geralmente tem vigência de 3 a 6 anos e destinam-se para quitar os parcelamentos, objetivando custear os investimentos na propriedade em infra-estrutura como a construção de armazéns, silos, melhoria dos equipamentos agrícolas através da aquisição de novos equipamentos ou adaptações às antigas máquinas, entre outros fins.

A maioria dos agropecuaristas afirmaram que utilizam diversas modalidades de financiamentos, os quais se constituem em linhas de crédito com juros inferiores

aos vigentes no mercado. Salienda-se que os mesmos são bastante elevados se considerarmos a instabilidade econômica da lavoura temporária. Para alguns agropecuaristas as linhas de crédito são restritas devido as exigências impostas pelas redes bancárias, uma vez que tais exigências servem de garantias para quitar os empréstimos contraídos.

De modo geral, o crédito rural disponibilizado através das distintas linhas de financiamento com juros mais baixos, é o único incentivo do poder público para a implantação da lavoura temporária. A falta de política agrícola sólida de garantia do preço mínimo, pré-definido, antes da implantação a lavoura para a comercialização da produção, além das insuficientes garantias acionadas através de seguro prejuízo impede o crescimento maior da agricultura.

Pode-se considerar que além da diminuição das linhas de créditos para a agropecuária, em relação há vinte anos atrás, estas estão cada vez mais disponíveis nos bancos privados e com menor participação dos públicos. Isto se deve a diminuição das políticas agrícolas pelo governo federal para a agropecuária. Paralelamente os bancos privados oferecem garantias aos produtores rurais para a realização dos financiamentos.

Para a pecuária os financiamentos são quase inexistentes com poucas linhas de crédito, e muitas exigências para a sua realização. Alguns agropecuaristas foram categóricos em afirmar que “não existe política para a pecuária”. Outros enfatizaram que há liberação de financiamentos, em menor proporção que para agricultura, mas estes estão direcionados para o custeio da pecuária como a manutenção das instalações, retenção de matrizes e aquisição de reprodutores e para a pecuária leiteira.

As feiras agropecuárias são importantes, pois servem de “vitruine” para o setor rural, permitindo ao produtor realizar, além da compra e a venda de bovinos com melhoramento genético a aquisição de equipamentos agrícolas modernos. A rastreabilidade dos bovinos poderia ser um incentivo para os pecuaristas, entretanto a burocracia para os mesmos se inserirem nesse sistema está dificultando a sua efetivação. Além disso, não há uma diferenciação significativa de preços entre o bovino rastreado e o não rastreado.

Salienda-se que além das restrições exigidas pelas políticas de crédito para a pecuária, a mesma enfrenta dificuldades pela constante interferência dos fatores climáticos através de secas que diminuem a disponibilidade de pasto no campo.

Também as epidemias de aftosa e as oscilações cíclicas dos preços do boi vivo ou da carne, são fatores a serem considerados. Estes têm provocado a diminuição do efetivo das matrizes e, conseqüentemente, do rebanho bovino do município.

A combinação dos fatores relacionados à política agropecuária, econômicos e climáticos, favoreceu a maior integração da agricultura com a pecuária, pois através desse sistema há a possibilidade de minimizar os prejuízos derivados das variações do clima e das oscilações de mercado.

Para a maioria dos proprietários rurais essa integração proporciona retorno financeiro mais garantido, pois a diversificação das atividades é uma alternativa para eles se manterem e ou superarem as oscilações decorrentes dos mercados nacional e internacional. O retorno financeiro da pecuária é mais lento, ao contrário da agricultura temporária que a cada seis meses tem a possibilidade de entrada de recursos. Apesar da atividade agrícola ser mais vulnerável as oscilações climáticas que a pecuária, por razões econômicas a agricultura detém maior importância, pois a mesma possibilita retornos econômicos mais rápidos ao produtor rural.

No que diz respeito ao consórcio da agricultura com a pecuária os produtores rurais entrevistados, em sua maioria, consideram uma união viável, pois uma atividade complementa a outra. Com a lavoura empresarial, a complementação da alimentação dos bovinos via pastagem, foi possível acelerar o ciclo da pecuária. Por outro lado, alguns agricultores discordam dessa prática, pois a presença da pecuária na lavoura gera compactação do solo diminuindo a sua capacidade produtiva pela diminuição da resistência as secas. A compactação do solo é causada pela lotação excessiva de gado na lavoura temporária de solos argilosos. O gado quando não retirado das lavouras nos dias de chuvas, causa a compactação do solo, diminuindo a sua permeabilidade e, conseqüentemente, a capacidade produtiva.

Desse modo, a falta de perspectivas de políticas de garantia de preços, a valorização da soja no grupo das *commodities* comercializadas no mercado internacional provocou acentuado aumento das lavouras de soja, as quais forçaram a diminuição das áreas utilizadas pela pecuária.

O consórcio entre agricultura e a pecuária é realizado por 96% dos produtores rurais entrevistados incluindo também os pecuaristas e arrendatários. Apenas 4% dos produtores permanecem apenas com a agricultura em seus estabelecimentos agropecuários. Afirmando que dessa forma a lavoura tem maior rentabilidade por não haver compactação do solo.

Para trinta e quatro estabelecimentos, ou seja, 68% dos produtores rurais que fazem o consórcio da agricultura com a pecuária foi destacado que ocorre a diminuição de área de campo nos últimos cinco anos. Os principais motivos deste decréscimo de campo nativo para a implantação da lavoura temporária devem-se a valorização econômica da soja no mercado internacional e a necessidade de ampliar a disponibilidade de alimentos para o gado nos períodos de falta de pasto (Tabela 19).

Tabela 19 – Dados do grau de redução da área de campo nativo no período de 5 a 10 anos recentes em Júlio de Castilhos/RS.

Grau de diminuição de área de campo (%)	Número de estabelecimentos	% de estabelecimentos
0 – 20	9	18
20 – 40	7	14
40 – 60	8	16
60 – 80	9	18
Mais de 80	1	2
Não houve diminuição de áreas de pecuária	10	20
Não tem campo em Júlio de Castilhos	6	12

Fonte: Trabalho de campo, 2008.
Org.: CARGNIN, M.

O percentual de redução da área de campo nativo para a agricultura varia de 10% até 85% do total de área do estabelecimento agropecuário no período de 5 a 10 anos (Tabela 19). Conforme um produtor rural entrevistado a diminuição das áreas de campo são motivadas pela rentabilidade econômica. E salienta que “reduziu 71% do campo para aumentar a lavoura pela rentabilidade, por que quem é pecuarista depende da agricultura e o inverso não”. Outro produtor afirmou que “reduziu área de campo porque a soja estava em alta e o preço do gado em baixa e, era mais rentável arrendar a lavoura” (TRABALHO DE CAMPO, 2008).

Dessa forma, percebe-se que a organização do espaço rural segue a orientação econômica, ou seja, a escolha da atividade predominante (agricultura ou pecuária) será aquela que proporcionar maior rentabilidade em menor prazo. No município castilhense, a lavoura de soja apresenta-se como o principal agente dinamizador da economia, pois os diversos segmentos de atividades do município desenvolvem-se em torno da economia agropecuária.

Os produtores rurais que optaram em não reduzir área de campo permanecem com a atividade agrícola, entretanto, aumentaram o uso de tecnologias para maximizar a produção e, conseqüentemente, a rentabilidade econômica da lavoura.

No que diz respeito ao rebanho ovino, este apresentou oscilações do efetivo do rebanho a longo do tempo. Em algumas propriedades, houve diminuição de 10 a 100% do rebanho, considerando-se que os ovinos geralmente são criados nas mesmas áreas de campo dos bovinos.

Com a diminuição da área de campo houve a redução do rebanho bovino que varia de 10 a 100% em catorze estabelecimentos, sendo que alguns terminaram com a criação de gado e passaram a se dedicar somente a agricultura ou arrendaram os campos para os mesmos. Por outro lado, vinte e nove produtores não reduziram o efetivo de bovinos, mesmo com a diminuição de área de campo (TRABALHO DE CAMPO, 2008).

Para alguns produtores o rebanho bovino se manteve constante e, para outros, houve aumento, que oscilou de 1 a 50%. Isso se tornou possível através do consórcio da pecuária com a agricultura, o qual aumentou a disponibilidade de alimento nas épocas de maior necessidade. Assim, aumentou a oferta de pastagens para a pecuária, as quais são utilizadas principalmente no processo de engorda de animais o que tem favorecido para muitos produtores manter o efetivo do rebanho em áreas menores de campo nativo no verão e, no inverno, nas lavouras de aveia e azevém (TRABALHO DE CAMPO, 2008).

Paralelamente a lavoura de pastagem, vinte e seis produtores entrevistados passaram a fazer o uso da ração para complementar a alimentação no processo de desmame e engorda dos bovinos. Como a pecuária está se tornando mais intensiva, seja a de corte ou leiteira, o uso da ração, industrializada ou proveniente do próprio estabelecimento, está sendo uma prática frequente. No que diz respeito a pecuária de leite, esta é utilizada para a alimentação das vacas e terneiras, considerando que

este segmento está em processo de reestruturação e expansão no município (TRABALHO DE CAMPO, 2008).

Para dar suporte ao desenvolvimento técnico no espaço agropecuário do município de Júlio de Castilhos, os produtores entrevistados afirmaram que todos têm acesso a assistência técnica para a agricultura e pecuária. Esta é disponibilizada pelas cooperativas ou empresas privadas através de serviços de veterinários, agrônomos, técnicos agrícolas entre outros profissionais que auxiliam no aperfeiçoamento das técnicas empregadas no processo produtivo. Para alguns não é necessário buscar assistência técnica, pois, o proprietário tem a formação profissional adequada para orientar as atividades no seu estabelecimento.

Em Júlio de Castilhos a assistência técnica para a maioria dos agropecuaristas é fornecida por cooperativas como a COTRIJUC através da GETAGRI Assessoria Agrícola, a CAMNPAL e, por empresas agropecuárias privadas como a Padoin, a Agroshearer, a Agrodelta e também pelo serviço público representado pela EMATER Ascar/RS.

Para a maioria dos produtores rurais a assistência técnica para a agricultura é utilizada praticamente o ano todo, desde o plantio até a colheita de cada safra. Os técnicos acompanham o desenvolvimento da planta e detectam o surgimento das doenças e pragas, orientando o tratamento correto. Para a pecuária a utilização da assistência é esporádica. Esta ocorre geralmente quando o produtor rural necessitar fazer inseminação para a pecuária de leite, ou então, em caso de doenças e/ou orientação no período da vacinação.

Considerando as características físicas do município, a técnica disponível e a demanda no mercado internacional, buscou-se respostas em relação às perspectivas para a lavoura empresarial da soja e para a pecuária. Indagou-se aos produtores sobre as novas cadeias produtivas que poderão desenvolver-se no município.

Dos cinquenta produtores entrevistados, trinta e seis consideram que a lavoura de soja continuará expandindo-se em áreas destinadas à pecuária. Alguns enfatizaram que haverá uma expansão limitada, devido aos condicionantes naturais que em determinadas áreas do município não possibilitam o uso da mecanização (TRABALHO DE CAMPO, 2008).

Para elucidar as tendências para o desenvolvimento da lavoura empresarial da soja, em Júlio de Castilhos, selecionou-se o depoimento de dez produtores rurais

(representados por letras de A a J), os quais desenvolvem as atividades de pecuária e de agricultura em seus estabelecimentos (Quadro 3).

Entrevistado/ Produtor Rural	Depoimentos dos produtores rurais favoráveis a expansão da lavoura de soja
A	A cultura da soja pela influência do mercado externo e pela transgenia, já diminuiu área da pecuária, pois a lavoura de soja gera renda mais rapidamente que a pecuária. A pecuária extensiva diminuiu. Está em expansão a pecuária de leite por concentrar um grande número de animais em menor área.
B	A lavoura de soja vai ter incremento significativo em função da importância da proteína, mas não em área de pecuária, pois é criada em áreas menos nobres. Esse aumento será devido ao aumento de tecnologia, implicando em um aumento vertical da produção tanto na agricultura como na pecuária (produção maior em espaço menor). A pecuária está sendo melhorada pelo investimento em qualidade, mas o município não perdeu a vocação pela pecuária. Está também ocorrendo uma verticalização da agricultura pelo aumento em tecnologia/informação no aumento de produtividade, no entanto, o maior lucro desse aumento da produção agropecuária está ficando nas mãos das multinacionais.
C	Ampliação de área da lavoura de soja. A tendência é que acabe a pecuária de cria e continue a pecuária de engorda no inverno pelo alto valor do hectare de terra no município. A expansão da pecuária de leite devido a grande demanda mundial de alimentos e a instalação de indústrias processadoras de leite próximo, é um incentivo. A pecuária leiteira é uma atividade diversificadora, mas tem falta de mão-de-obra qualificada.
D	A tendência é aumentar a área de lavoura de soja pelo incentivo dos preços. A agricultura de precisão que proporciona aumento de produção, diminuição de desperdício de insumos. A pecuária melhorou com o uso das pastagens.
E	Ainda tem áreas para ampliar a lavoura para soja no município. Ocorre a transformação da pecuária de corte para a pecuária de leite, pois esta pode ser feita mais intensiva e por ser uma atividade com alguma segurança e renda mensal.
F	Expansão da lavoura de soja, que sempre será um cultivo de primeira opção. Na pecuária tanto a de leite quanto a de corte está em

	expansão por ser uma questão cultural do município.
G	Já teve um grande aumento das lavouras em áreas de campo e ainda vai aumentar nas áreas com aptidão para agricultura. Pecuária está aumentando, principalmente a de leite. A pecuária ficará em áreas com topografia que não permite exploração agrícola e também nos banhados. Em expansão a pecuária de leite, pois melhorou o preço e está organizada através do Núcleo de Produtores de Pecuária de Leite.
H	Ampliação de áreas para a lavoura de soja, manter investimento em soja. Não acredita que vai diminuir a pecuária porque tem área que não são aptas para agricultura onde é criado gado.
I	Para a agricultura tem área razoável para expandir. Para a pecuária a tendência é diminuir ainda mais, apesar de estar mais evoluída.
J	Tem como expandir a lavoura de soja, tudo vai depender do preço no mercado. A pecuária vai diminuir pela oscilação dos preços e a concorrência com o biodiesel. Cadeia produtiva do leite em expansão pelo incentivo com industrialização próxima ao município.

Quadro 3 – Depoimentos de produtores rurais entrevistados favoráveis à expansão da lavoura empresarial da soja no município de Júlio de Castilhos/RS.

Fonte: Trabalho de campo, 2008.

Org.: CARGNIN, M.

Pelo exposto no quadro 3 percebe-se que, a expansão da agricultura, através da lavoura empresarial, em áreas de campo nativo é motivada pela valorização do grão no mercado internacional. Acredita-se que com o melhoramento e/ou aperfeiçoamento das técnicas e, a adesão gradativa da agricultura de precisão inicia-se o processo de verticalização da agricultura no município. Essa consiste na utilização de técnicas que proporcionam maior produtividade para a lavoura através da distribuição necessária de fertilizantes e defensivos agrícolas.

Com base nos depoimentos dos produtores constatou-se que eles têm perspectivas de ampliar as áreas e, também, a produtividade para a lavoura empresarial da soja. As áreas de campo com relevo favorável para a agricultura poderão ser transformadas em lavouras, destinando a pecuária à áreas mais íngremes e com limitações para a agricultura mecanizada. A pecuária de leite está em expansão no município por concentrar grande quantidade de animais em menor área e por ser uma criação mais intensiva. Dessa forma, parte do efetivo da pecuária

abrange a pecuária de leite o que tem refletido positivamente para o desenvolvimento econômico do município (Quadro 3).

Alguns produtores destacaram que as áreas de expansão da lavoura de soja já estão se esgotando no município. Tal fato implicará na estabilização da área plantada, mas com possibilidades de investimentos que visem o aumento da produtividade. Com a cedência das áreas de campo para a lavoura de soja houve aumento da oferta de pastagem. Assim, a pecuária também busca novas alternativas modernizando-se e reduzindo o tempo para o abate. Se por um lado a pecuária de corte perdeu áreas de campo, por outro, se tornou mais intensiva beneficiando-se também da lavoura em períodos de menor disponibilidade de pasto no campo nativo (Quadro 4).

Entrevistado/ Produtor Rural	Depoimentos dos produtores rurais favoráveis à estabilização da lavoura de soja
L	A área destinada para lavoura de soja não tem muito que expandir por esgotamento de áreas e ainda tem a diversificação de culturas como o milho. Com a pecuária acredita que pode haver diminuição, porém, mais reduzida devido ao aumento do custo da manutenção da lavoura e aumento do preço do gado.
M	A tendência de crescimento em área de forma mais limitada em função de pouco espaço disponível. O aumento da lavoura vai empurrar a pecuária para áreas menores diminuindo o rebanho. A pecuária de leite em expansão, pelo preço e proximidades com indústrias.
N	O que tinha que expandir com a lavoura de soja em área que era da pecuária já se expandiu o máximo. A pecuária se modernizou através do melhoramento de campo com pastagens, genética e medicamentos.
O	Já se esgotou áreas de campo para plantio de soja. A pecuária está se modificando, cada pecuarista com sua realidade. Com a entrada da agricultura se modificou, melhorou o município e também obrigou a pecuária a melhorar, gerou empregos.
P	Não tem mais áreas para o cultivo de soja no município e para a pecuária também ocorre o mesmo. A pecuária de leite está se expandindo.
Q	As áreas já estão limitadas para a lavoura. Há uma expansão da pecuária leiteira, fruticultura com novas variedades de citrus (laranja sem semente) ainda com poucos produtores e falta assistência técnica. A pecuária se modernizou.
R	Tem pouco o que aumentar a lavoura, áreas estão limitadas. A pecuária depende

	do preço, com o aumento do preço a tendência é aumentar.
S	Existem muito poucas áreas para expandir a agricultura. A tendência é que as áreas que são aptas para a agricultura (com uso de mecanização) se transformem em lavouras e o restante fique para a pecuária. A pecuária melhora em função dos investimentos em pastagem (verão e inverno) na região. Está em expansão a pecuária de leite pela pastagem cultivada. Aliada aos avanços tecnológicos soma-se a questão cultural para a pecuária.
T	Já tem poucas áreas para expandir a lavoura. A pecuária de leite está em expansão tomando lugar do gado de corte, também pela renda mensal e melhora do preço.
U	Áreas esgotadas para lavoura de soja, o produtor procura fazer safrinhas para alternar culturas. Pode crescer a criação de suínos com a reforma da Cooperativa Castilhense de Carnes e a produção de laranja, que já tem propriedades produzindo e vendendo para SP.

Quadro 4 - Depoimentos de produtores rurais entrevistados favoráveis a estabilização da lavoura empresarial da soja no município de Júlio de Castilhos/RS.

Fonte: Trabalho de campo, 2008.

Org.: CARGNIN, M.

Pode-se dizer, então que as modificações na agropecuária castilhense são decorrentes da dinâmica da economia nacional e internacional que movimentam o agronegócio gaúcho. Para atender as novas demandas do mercado reestruturam-se as cadeias produtivas antigas ou inserem-se novas para fornecer fluidez à economia. A tradicional atividade pecuarista modernizou-se e busca a competitividade, forçada pela agricultura empresarial, a qual pressionou a diminuição das áreas de campo. A agricultura, através da lavoura empresarial da soja, desenvolve-se através de alto padrão tecnológico sendo uma das exigências ao produtor rural, para o mesmo, se manter na atividade e acompanhar a concorrência no agronegócio.

É importante enfatizar que, os produtores rurais acreditam que a reestruturação da cadeia produtiva da pecuária leiteira tornou-se uma realidade para Júlio de Castilhos incentivada pela instalação, próxima ao Município, de indústrias processadoras de derivados do leite. A instalação em Cruz Alta da indústria de beneficiamento do leite da Cooperativa Central Gaúcha Ltda (CCGL) proporcionou maior valorização da pecuária leiteira para os municípios limítrofes. Da mesma forma, poderá haver a revitalização parcial da pecuária de corte, através da valorização da carne no mercado internacional e, pela retomada da compra de

carnes no Município pela Cooperativa Castilhense Regional de Carnes, tendo em vista a sua reestruturação no ano de 2009.

Paralelamente, a revitalização e estímulo a cadeia da pecuária leiteira está se inserindo, no Município, novas cadeias produtivas como a da canola, cevada, girassol, laranja e da cana-de-açúcar. No entanto, os produtores foram categóricos ao destacarem que essas cadeias produtivas em estruturação, além da resistência de alguns proprietários em aceitar novos tipos de cultivos por questão de tradição (pecuária), há dificuldade de mercado e de assistência técnica adequada.

Os produtores acreditam que não haverá mudança significativa de tipos de cultivos diferentes em relação às culturas tradicionais (soja, trigo e milho), mas a utilização de novas variedades das culturas agrícolas já existentes aliado ao uso de técnicas mais modernas visando o aumento da produtividade.

Dessa forma, a reorganização do espaço agropecuário segue a orientação econômica, impulsionando o desenvolvimento das atividades rurais, através da maior ou menor valorização comercial, das mesmas, no mercado local, regional, nacional e internacional. No entanto, os aspectos culturais locais interferem impedindo que atividades tradicionais desapareçam, como a pecuária, que se inseriu na gênese de formação do Estado gaúcho, principalmente na Metade Sul, expandindo-se para a região central até municípios como Júlio de Castilhos, onde tornou-se tradicional. Por conseguinte, podemos dizer que, a tradição atrela-se a novas atividades que se inserem no espaço agropecuário local, dinamizando a economia e aperfeiçoando as atividades já existentes.

3.2 As modificações em Júlio de Castilhos decorrentes da cadeia produtiva da soja sob a perspectiva de entidades administrativas

As modificações que ocorrem em Júlio de Castilhos são decorrentes de fatores políticos, econômicos e sociais, os quais reestruturam o espaço produtivo modificando a paisagem através da ação desses agentes, sendo o ator econômico o maior responsável por tais dinâmicas espacial.

Na visão das entidades administrativas¹⁴ foi unânime a afirmação da concepção de que a agricultura é a atividade predominante no Município, por razões econômicas. Esta se inseriu em áreas da pecuária, pois a rentabilidade da agricultura é superior e com retorno mais rápido com a lavoura de soja. Esta desde o seu plantio até a colheita permite retorno econômico no prazo de seis meses. Enquanto, que para o pecuarista desde o nascimento do boi até a sua venda o tempo é bem superior, em média 18 meses. Esse fato, aliado aos fatores de adequação climática para a agricultura e topografia que permite a mecanização é demonstrada na decisão dos agropecuaristas em ampliar as áreas agrícolas (TRABALHO DE CAMPO, 2008).

De acordo com um entrevistado de determinada entidade “[...] foi assim que 90% das áreas de campo se transformaram em lavoura. O mercado mundial impulsionou esse processo, através da disponibilidade de grande linha de crédito que implicou na inflação dos arrendamentos, o qual era inicialmente de sete sacas de soja por hectare e passou para quinze sacas por hectare.” Além do aumento exagerado dos arrendamentos, do mesmo modo houve inflação do preço do hectare de terra, com maior valorização para áreas agricultáveis com mecanização (TRABALHO DE CAMPO, 2008).

Mesmo o Município sendo tradicionalmente pecuarista e inicialmente oferecendo resistência a entrada da lavoura de soja, esta conquistou o maior espaço agricultável, o qual se reflete na economia local/regional. O município, na visão de alguns entrevistados se tornou essencialmente agrícola. Como exemplo, cita-se a COTRIJUC – a qual recebe a maior produção de grãos local e, movimenta 70% da renda total do município.

Outro entrevistado destaca que já havia cultivo de soja a partir de “[...] fins da década de 1950 e início de 60 e, na década de 70, foi o auge, com grande aporte de recursos da FEPAGRO, EMATER na “operação tatu” (investimento pesado na correção de solo, terraceamento, dentre outros). Entrou como opção de renda, existia mercado e isto incentivou a criação de cooperativas, como opção de plantar no verão, pois no inverno era plantado o trigo” (TRABALHO DE CAMPO, 2008).

¹⁴ As entidades administrativas que contribuíram para a leitura da reorganização espacial de Júlio de Castilhos são: EMATER/Ascar, COTRIJUC – Cooperativa Agropecuária, CAMNPAL, Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Júlio de Castilhos, Sindicato Rural de Júlio de Castilhos, Secretaria da Agricultura Municipal, Inspetoria Veterinária de Júlio de Castilhos, Agrodelta e FEPAGRO.

A cultura de soja começou a conquistar espaço significativo no município na década de 70, como alternativa para complementar a cultura do trigo através dos incentivos via financiamentos (binômio trigo x soja). Nesse período, década de 70, a triticultura castilhense atravessava momento de frustração de safra, a lavoura de soja surgiu como alternativa para o período de verão. Posteriormente, a soja tornou-se a principal atividade agrícola pelo rápido retorno econômico e por ser menos suscetível às instabilidades climáticas e de mercado e o trigo relegado como a lavoura secundária do município.

Do mesmo modo que se consolidou o binômio trigo-soja, o consórcio agricultura e pecuária também apresentam bases sólidas. No entanto, essa parceria modificou a proporção das atividades, pois Júlio de Castilhos deixou de ser referência em criação de bovinos passando a caracterizar-se como município invernador da pecuária de corte nas lavouras temporárias. Essa transformação foi motivada pela expansão da lavoura empresarial de soja, que passou a disponibilizar parcialmente as lavouras para a fase de engorda de gado em determinadas épocas do ano, por exemplo, no inverno.

Na visão de outro entrevistado, “A agricultura está se modernizando, paralelamente está ocorrendo um fenômeno novo que é a profissionalização dos agricultores, os quais estão mais atentos as novas tecnologias e informações. Através dessas consolidou-se o sistema de plantio direto. Houve investimentos em armazenagem na propriedade, modernização do parque de máquinas, aumento dos índices de produtividade, assim, a agricultura mudou a estrutura do município da atividade pecuarista para a agrícola” (TRABALHO DE CAMPO, 2008).

A profissionalização dos agricultores é um fator determinante e resultante das exigências implícitas pelo mercado externo, ou seja, não é suficiente apenas alta produtividade, mas esta deverá apresentar qualidade para que a agropecuária consiga competir no mercado internacional. Assim, a profissionalização dos agropecuaristas se estende desde a qualificação pessoal universitária e técnica dos mesmos, observado nas afirmações dos produtores, até a busca por informação e orientação técnica específica, e na modernização dos implementos agrícolas utilizados nos estabelecimentos.

Recentemente, os produtores têm buscado inserir gradativamente, nos seus estabelecimentos, a agricultura de precisão, a qual visa maximizar os investimentos nos insumos agrícolas evitando o desperdício e perdas econômicas (Fotografia 5).

A agricultura de precisão consiste em um novo sistema técnico constituído de computadores, sensores e satélites para aplicar em quantidade exata fertilizantes, defensivos e água. É a difusão por pontos e manchas em um novo meio geográfico rural, caracterizado pela presença de seus conteúdos de técnica, ciência e informação. Muda a composição técnica das áreas rurais e altera ao mesmo tempo, a sua organização socioespacial impulsionada pelas novas biotecnologias (ARAÚJO; MAGNOLI, 2005).

A tecnologia utilizada, em algumas propriedades são de última geração. Os dois recortes de imagens demonstradas, na fotografia 5, evidenciam o nível técnico dos equipamentos utilizados pela COTRIJUC para assistência dos produtores . Após realizado o mapeamento da área, a mesma orienta o produtor na distribuição de fertilizantes ou corretivos nas quantidades necessárias para cada particularidade de solo na sua propriedade.



Fotografia 7 – (E) Trator com distribuidor de fertilizantes agrícolas para agricultura de precisão, (F e G) aparelhos acoplados ao trator que direcionam a distribuição dos insumos agrícolas.
Fonte: Trabalho de campo, 2008.
Org.: CARGNIN, M.

Outro fato a ser destacado é que a maioria dos entrevistados, das entidades administrativas enfatizaram que a lavoura empresarial da soja ocupa espaço da

pecuária extensiva e, ao mesmo tempo, revitalizou o município. Foi unânime a afirmação de que houve redução de áreas para a pecuária. E esta para manter o seu efetivo de rebanhos necessitou modernizar-se, ou então, buscam alternativa através da reestruturação via pecuária leiteira.

As transformações no espaço rural forçaram a reorganização da distribuição da mão-de-obra permanente e temporária. Para alguns entrevistados a mão-de-obra permanente diminuiu, considerando que a agricultura modernizou-se. Por outro lado, houve aumento de empregados permanentes em estabelecimentos urbanos ligados diretamente a atividade agrícola, por exemplo, nos armazéns de grãos e de insumos. A afirmação desses entrevistados pode ser reforçada com os dados do IBGE, os quais demonstram a diminuição da mão-de-obra permanente e temporária em determinados períodos em Júlio de Castilhos.

No período de 1940 a 1985 houve crescimento do número de empregados permanentes, com exceção do período de 60 e 75 quando ocorreu um decréscimo dos mesmos. O ano de 1995 apresentou diminuição significativa nos empregos permanentes em relação às duas últimas décadas, devido ao grande número de estabelecimentos que aderiram ao sistema plantio direto, com maquinários modernos o que dispensou parte dos empregados permanentes. O decréscimo no número de pessoas ocupadas nas atividades rurais é consequência da intensa mecanização da lavoura e diminuição da pecuária, necessitando menos mão-de-obra. Com a expansão da agricultura em detrimento da pecuária a redução da mão-de-obra permanente foi mais brusca em relação à temporária.

As transformações no município acompanham as alterações ocorridas no espaço rural. Dessa forma, a reestruturação das infra-estruturas foram necessárias para dar suporte ao desenvolvimento rural. É visível, no município, o aumento das unidades de recebimento de grãos (cooperativas e particulares), silos nos estabelecimentos agropecuários e, também a melhoria da conservação das estradas. Na zona urbana as modificações podem ser percebidas na ampliação e fortalecimento do comércio e, conseqüentemente, da economia do município.

As atividades desenvolvidas no espaço urbano estão diretamente envolvidas com a produção agropecuária, pois a cidade é dependente economicamente do setor primário, o qual é responsável pela geração de grande parte dos recursos existentes no município. O desenvolvimento da economia urbana é resultante do sucesso ou fracasso das atividades no espaço rural.

Considerando-se que a relação de reciprocidade entre os dois segmentos produtivos, espaço rural e urbano é, também, estabelecida pela oferta de mão-de-obra, a qual às vezes não possui a qualificação que demanda na lavoura empresarial tecnificada e na pecuária leiteira.

Tabela 20 – Tipo de mão-de-obra utilizados nos estabelecimentos agropecuários no Rio Grande do Sul e Júlio de Castilhos/RS.

Pessoal Ocupado por Categoria (n° de pessoas)		Período							
		1940	1950	1960	1970	1975	1980	1985	1995/96
RS	Empregado Permanente	-	46098	56847	63573	87963	111030	122640	105738
	Empregado Temporário	-	107889	119211	49468	84019	113879	106365	64605
	Parceiro	-	-	-	12862	12541	14217	8144	13559
	Familiar	788850	869173	1136360	572904	1702714	1502023	1492886	1180224
Júlio de Castilhos	Empregado Permanente	590	505	311	536	326	1043	1054	731
	Empregado Temporário	-	613	148	308	692	564	554	339
	Parceiro	-	-	-	16	23	92	37	10
	Familiar	4084	5704	6800	5026	6655	6809	5958	2474

Fonte: Censo econômico do IBGE de 1940, censo agrícola de 1950 e 1960, censo agropecuário de 1970, 1975, 1980, 1985 e 1995/96.

Org.: CARGNIN, M.

Outro entrevistado comenta que no que diz respeito a lavoura da soja “A euforia é grande por parte dos agricultores, ainda tem áreas para a expansão da lavoura empresarial da soja, mas são limitadas”. Pode ser considerado que o momento atual representa o “ciclo da soja” com grandes resultados de produção de grãos devido a demanda para a extração de biocombustíveis no Brasil.

A visão dos entrevistados, enfatizando a expansão da lavoura empresarial de soja, também está de acordo com o depoimento do entrevistado anterior, considerando que com a utilização das áreas aptas para a agricultura (com uso de

mecanização) os espaços remanescentes continuem com a pecuária. Desta forma, em períodos em que há frustração na lavoura de soja, a pecuária contribui como complemento econômico.

Percebe-se, atualmente, no espaço agropecuário castilhense o crescimento da pecuária leiteira. Isto foi amplamente mencionado pelos produtores rurais. Esta já se fez presente em períodos anteriores, mas com menor representatividade econômica para o mercado local. A revitalização da bacia leiteira surge como uma cadeia produtiva que dinamiza a economia local.

A pecuária de corte e de leite coexistem há anos no município, entretanto houve redução da pecuária de corte. Já a pecuária leiteira teve significativo crescimento, sendo que esse tipo de criação requer menor área, configurando uma pecuária intensiva, sendo motivada pela inserção de novas indústrias de leite, por exemplo, a CCGL instalada em Cruz Alta (Fotografia 6).



Fotografia 8 – Indústria de recebimento e processamento de leite da CCGL em Cruz Alta/RS.
Fonte: CCGL, 2008.
Org.: CARGNIN, M.

A reestruturação ou inserção de novas cadeias produtivas no espaço agropecuário geralmente são motivadas pelo fator econômico, o qual pode ter efeito

de atração ou repulsão na determinação das atividades dominantes. Nesse contexto, a agricultura com base na lavoura empresarial de soja é o agente propulsor da agropecuária de Júlio de Castilhos.

Nesse cenário da sojicultura no município, o cultivo da citricultura através da produção de laranja está sendo retomado. Paralelamente, a canola, a cevada e o girassol também estão conquistando espaços gradativamente. Ressalta-se que a falta de mercado garantido e de assistência técnica adequada, fez com que estas culturas adquirissem pouca credibilidade e adesão, entre os produtores rurais. Alia-se, também, a estes fatores, a instabilidade dos retornos econômicos. Alguns desses cultivos foram deixados de ser plantados pelos agricultores por frustrações de safra e reduzida rentabilidade.

O papel desenvolvido pelas cooperativas agrícolas é fundamental, pois é através das mesmas que se iniciou o recebimento e comercialização da produção agrícola. Por meio delas o agronegócio brasileiro conquista novos mercados nacionais e internacionais.

Desse modo, a maior parte da produção agrícola castilhense é depositada nas cooperativas do município e, também nas empresas agropecuárias privadas. A principal cooperativa do município, COTRIJUC, foi fundada em 1950, época em que a triticultura era significativa economicamente. Na atualidade ela é responsável pelo recebimento da maior parte da produção de soja no município. As cooperativas e empresas agropecuárias são agentes dinamizadores para a economia local, pois oferece suporte ao agronegócio, um dos elementos básicos para manter a cadeia produtiva da soja (Fotografia 7).

Dentre os motivos da instalação das cooperativas e empresas agropecuárias em Júlio de Castilhos foi enfatizada, por um dos entrevistados, que a revitalização das mesmas foi devido a oportunidade de negócio que elas possibilitam, considerando a produção agrícola local. Desse modo, as mesmas buscam expandir a área de atuação em recebimentos de grãos. Considerando a importância das cooperativas, elas exercem papel decisivo também como entidade organizada, sendo que é através delas que os produtores rurais conseguem melhores preços pela produção agrícola depositadas nelas, além de garantia de negócio e armazenagem dos produtos.



Fotografia 9 – Sede da Cooperativa Agropecuária Júlio de Castilhos, no município de Júlio de Castilhos/RS.

Fonte: www.cotrijuc.com.br, 2008.

Org.: CARGNIN, M.

O maior percentual de empresas agropecuárias privadas é de sócio-fundadores (agropecuaristas) do Município, os quais se dedicaram a atividade por possuírem formação técnica específica como técnicos agrícolas, agrônomos, veterinários, entre outros profissionais.

A instalação das empresas agropecuárias e cooperativas ampliou a demanda por mão-de-obra permanente, especializada ou não. Salienta-se que, em época de plantio e na safra as contratações temporárias se ampliam. As empresas agropecuárias privadas amostradas empregam, em média, de 12 a 14 pessoas com trabalho permanente. De acordo com os representantes de cooperativas, estas possuem de 200 a 260 postos de trabalho permanentes. Tal fato reestruturou as relações de trabalho no município considerando que aumentou a demanda de mão-de-obra em estabelecimentos agropecuários e da mesma forma no espaço urbano em estabelecimentos que fornecem assistência a atividade rural (TRABALHO DE CAMPO, 2008).

Dentre as principais atribuições das cooperativas e empresas agropecuárias está a geração de postos de trabalho diretos e indiretos, da infra-estrutura de silos para armazenamento e comercialização de grãos. Além disso, elas trabalham como

facilitadoras ao acesso de insumos agrícolas, oferecendo qualificação aos funcionários, buscando inovações tecnológicas e apóiam a organização de feiras locais/regionais visando o desenvolvimento da agropecuária de Júlio de Castilhos.

Para os representantes das cooperativas e empresas agropecuárias a soja assume o maior volume de produção depositada dos produtores rurais e, conseqüentemente também consideram o setor de comercialização de grãos o mais importante pela certeza de liquidez do negócio.

As cooperativas além do recebimento da produção da soja, do milho e do trigo recebem em menor percentual produtos como aveia e feijão preto. A produção de soja entregue nas cooperativas destina-se a exportação principalmente para a China e países da União Européia. O trigo e o milho são responsáveis por abastecer o mercado interno na produção de farinhas e ração. Uma das cooperativas, a COTRIJUC, faz coleta e transporte de leite nos estabelecimentos agropecuários de Júlio de Castilhos até a unidade de processamento em Cruz Alta.

Os representantes das cooperativas e empresas agropecuárias amostradas destacaram que a expansão da atividade agrícola, foi favorecida pela potencialidade natural e pelo mercado internacional. O resultado dessa reorganização econômica foi o aumento significativo de renda que circula no município, concentrando no espaço rural a geração do maior Produto Interno Bruto (PIB) em relação ao setor urbano. Conseqüentemente, o desenvolvimento da agricultura se reflete no espaço urbano com aperfeiçoamento das infra-estruturas de suporte à agricultura, geração de posto de trabalho e, do bem estar da população. Houve fortalecimento no comércio agrícola e não-agrícola com ampliação das inovações tecnológicas.

Com o desenvolvimento expressivo da agricultura, tornou-se rotineira a presença de empresas multinacionais para o fornecimento de insumos agrícolas para as cooperativas e as empresas agropecuárias. As principais empresas que fornecem insumos para os empreendimentos agropecuários são: Bunge, Piratini, Syngenta, Monsanto, Bayer, Milenia, Basf, Nufarm, Yara, Mosaic, Roulier que compõem o conjunto de empreendimentos nacionais e multinacionais responsáveis pelo fornecimento de insumos, através de seus representantes, para o desenvolvimento e manejo da agropecuária local, cada uma com sua especialidade. Estas empresas não estão localizadas em Júlio de Castilhos, mas fornecem os seus produtos para cooperativas e empresas privadas, as quais repassam, aos

produtores, os insumos agrícolas que os agropecuaristas necessitam para desenvolver suas atividades.

Dentre as empresas multinacionais mencionadas, a Nufarm S/A¹⁵ foi a selecionada para fornecer informações sobre suas contribuições para o desenvolvimento da agropecuária de Júlio de Castilhos. As filiais da Nufarm S/A no Brasil empregam 360 funcionários, sendo a maioria com formação técnica específica. As vendas de insumos para Júlio de Castilhos (especialmente herbicidas, fungicidas e inseticidas com apenas um produto para a pecuária) da empresa destinam-se a agricultura (TRABALHO DE CAMPO, 2008).

Destaca-se a informação de um entrevistado, o qual enfatiza que a demanda por insumos agrícolas no município de Júlio de Castilhos “A partir de 2005 a empresa teve um aumento de 200%, maior demanda pela empresa ter condições de venda de produtos para a lavoura de soja. Este aumento também se deve pelo trabalho em conjunto das equipes entre a fábrica, distribuidores e vendedores e, o principal motivador desse crescimento foi o aumento do valor comercial da soja” (TRABALHO DE CAMPO, 2008).

Também foi mencionado que a expansão da lavoura de soja é decorrente do aumento do consumo de alimentos pela população mundial, principalmente pela demanda da proteína da soja na alimentação humana. O entrevistado salientou que o desenvolvimento da lavoura empresarial da soja em Júlio de Castilhos apresenta áreas bastante limitadas e a pecuária vai continuar nos espaços que não podem ser utilizados pela agricultura mecanizada. Outras culturas temporárias relativamente novas se inseriram na agricultura com pouca aceitação dos produtores, por exemplo, o girassol e a canola. Além disso, são culturas mais vulneráveis as instabilidades climáticas e de mercado.

Como se pode perceber a inserção da lavoura de soja no espaço agropecuário gerou uma nova dinâmica no Município, reorganizando-o ao longo do tempo. As transformações iniciaram-se pela reorganização da agricultura e pecuária.

¹⁵ Foi fundada em 1950 em Melbourne na Austrália por Max Frender, possui filiais em mais de 100 países com o fornecimento de insumos para produtos agrícolas. Atualmente adquiriu a empresa de capital brasileiro AGRIPÉC Química S/A no ano de 2008 com mais de 45 anos de mercado. Hoje é a oitava (8ª) empresa mundial de produtos fitossanitários. Possui filiais no Brasil, em São Paulo, com 4 centros de distribuição nacional. A sede apresenta área industrial de 161 mil m² e área construída de 1 mil m². Os insumos agrícolas desta empresa chegam até Júlio de Castilhos através dos fornecedores que vendem para as cooperativas e, através destas que os produtores rurais os adquirem.

Aprimorou-se a infra-estrutura para fornecer suporte a essa nova dinâmica, via melhoramento de estradas para facilitar os transportes, uma vez que, o maior escoamento da produção local ocorre por rodovias, e apenas um pequeno percentual é realizado por via férrea. A ampliação de silos na sede do município ou no próprio estabelecimento aumentou a capacidade de armazenamento de grãos. Como consequência do processo de reorganização espacial juntamente com a modernização na agropecuária a exigência por mão-de-obra mais qualificada também foi necessária.

Paralelamente, o espaço urbano também se reestruturou. Este tornou-se mais dinâmico com a inserção de estabelecimentos comerciais voltados para a agropecuária, também aumentou a presença de corretoras de imóveis rurais, as quais redirecionam a compra/venda de terras. O granjeiro passa a estar mais presente, sendo que anteriormente predominava, no meio rural, o pecuarista. A paisagem rural se transforma. Onde a pecuária era hegemônica, nos grandes estabelecimentos, atualmente esses ainda continuam, mas com um cenário transformado através da sojicultura consorciada com a pecuária.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O espaço rural de Júlio de Castilhos desde a sua gênese apresenta como característica marcante, na sua estrutura fundiária, os grandes estabelecimentos agropecuários, herança das sesmarias, tendo como atividade primordial a pecuária. Desde sua emancipação política até a atualidade, o município passou por significativas reorganizações espaciais, tanto no que se refere ao tamanho dos estabelecimentos rurais, quanto pelo tipo de atividades praticadas nos mesmos.

A estrutura das atividades pecuaristas e agrícolas, as relações de trabalho, tendo por base a demanda de mão-de-obra temporária e permanente e os instrumentos de trabalho, foram agregadas em bases produtivas e técnicas mais consentâneas a realidade. As mesmas foram assimiladas, no decorrer do tempo, atendendo as culturas com bases empresariais impostas pelas exigências do mercado e do atual período técnico-científico-informacional que vivemos. Assim, percebe-se, no município, uma dicotomia produtiva (pecuária x agricultura), reflexo das distintas incorporações técnicas, na qual a lavoura empresarial da soja é o exemplo mais expressivo neste recorte espacial.

É importante destacar que as transformações, no setor produtivo de Júlio de Castilhos, ocorreram em parte, em consequência do fechamento da fronteira agrícola do Rio Grande do Sul, a partir da década de 50. Tal fato foi responsável por novos arranjos produtivos no Estado gaúcho, pois a falta de oferta de terras, no mercado, pressionou as áreas de pecuária a cederem seus espaços às lavouras empresariais, no caso específico dessa pesquisa, a da soja.

Nesse sentido, os agropecuaristas buscaram dinamizar a posse da terra mantendo o *status quo*, que a mesma lhe permite, arrendando uma parcela de seus campos nativos à agricultura. Tal sistemática é utilizada também para compensar a instabilidade econômica que a atividade pecuarista vem enfrentando nas últimas décadas. Ressalta-se que o fator econômico atua como agente transformador das atividades no espaço rural. Dessa forma, passa a ter maior destaque, ou seja, prevalece, no setor agropecuário, a atividade que proporcionar maior rentabilidade econômica e atender as demandas de mercado tanto em nível nacional quanto internacional.

Salienta-se que, em Júlio de Castilhos, tem-se, por um lado, a diminuição do efetivo da pecuária de ovinos, equinos e, principalmente, a de bovinos, enquanto que, por outro, houve o aumento gradativo das áreas destinadas à agricultura empresarial. Essas transformações no espaço rural ocorreram de forma mais acentuada, a partir da década de 90, como demonstra os dois últimos censos do IBGE de 1995/96 e 2006, respectivamente.

A lavoura comercial de soja, em Júlio de Castilhos, teve início na década de 60 em caráter experimental e, gradativamente, expandiu-se a partir de 1975, resultante da demanda e da valorização do grão no grupo das *commodities* brasileiras. Paralelamente, sua importância, nesse momento, também está ligada ao binômio “trigo-soja” que se constituía, no estado gaúcho, como a principal atividade econômica. Dessa forma, a agricultura no Município se expandiu através da lavoura temporária em moldes empresariais com a sua produção direcionada para o mercado regional, nacional e internacional.

Constatou-se, também, que a estrutura fundiária predominante, no município, é a dos médios e grandes estabelecimentos, ou seja, 64% dos estabelecimentos agropecuários com áreas menores de 500 ha, e 30% com áreas que variam de 500 a 2500 ha. São nesses estratos de áreas que a lavoura empresarial de soja está presente. Essa nova organização fundiária é consequência da diminuição da área destinada à pecuária devido à expansão da lavoura da soja. Essa situação forçou a fragmentação parcial da dimensão dos estabelecimentos agropecuários, pois a maioria dos pecuaristas arrenda parte de suas terras para as lavouras temporárias ou os mesmos estão se inserindo nas atividades agrícolas via cultura da soja.

Alguns fatores contribuíram para melhorar as potencialidades agrícolas do Município, entre eles citam-se: a disponibilidade de terras com relevo, que permite a mecanização, a inserção de tecnologias que foram sendo incorporadas à matriz produtiva bem como o melhoramento da infra-estrutura da malha viária para o escoamento da produção.

Outro fator relevante a ser considerado para a expansão agrícola, no município, é o papel fundamental das cooperativas. Essas são responsáveis pelo suporte técnico, armazenamento e comercialização da produção. As mesmas existem desde a implementação das lavouras de trigo no município até a atualidade, com a inserção da cultura da soja.

Infere-se também que as cooperativas de recebimento de produção e de crédito são agentes fundamentais para a expansão do agronegócio da soja, pois possibilitam o ingresso, ao mercado, da economia sojicultora de um grande número de produtores rurais locais.

Contribuíram, também, para dinamizar a inserção da agricultura nesse recorte espacial, a FEPAGRO, a FUNDACEP e a EMBRAPA soja de Passo Fundo. Esses órgãos são, na atualidade, os responsáveis pelo melhoramento de sementes para o cultivo local. Com a reestruturação da antiga escola agrícola, em 2008, denominada UNED, Júlio de Castilhos oferece cursos técnicos voltados para a agropecuária. Esses buscam incentivar a profissionalização, no setor agropecuário, uma vez que capacita os profissionais ligados a atividade rural.

Nesse contexto, a expansão das áreas de lavoura de soja tem sido em espaços agricultáveis anteriormente destinados à pecuária. Por ter seu espaço reduzido, a pecuária busca compensar a diminuição de áreas através da utilização de práticas mais modernas de produção como a melhoria na alimentação dos animais através da complementação com pastagens plantadas, utilização de rações, melhoramento genético entre outras.

Outra alternativa, utilizada pelos pecuaristas, atualmente foi potencializar a utilização dos espaços disponíveis para a criação de gado através da reestruturação da atividade leiteira. Essa tem contribuído para a manutenção do efetivo da pecuária bovina no município. Destaca-se que a pecuária de leite é uma atividade presente tanto nos pequenos quanto nos grandes estabelecimentos agropecuários, inclusive nos que, anteriormente, só se dedicavam a pecuária de corte. Esse resgate gradativo da cadeia produtiva do leite tem sido motivado pela ampliação da demanda nacional e mundial dos produtos derivados do leite.

Salienta-se que o efetivo da pecuária de corte oscila durante o ano, aumentando consideravelmente no período de inverno, atraída pela oferta das pastagens de aveia e azevém plantados através das lavouras temporárias. Já no período de verão, o gado é recolhido para o campo nativo e, para manter a qualidade do rebanho, alguns produtores rurais utilizam técnicas de melhoramento do campo com pastagens e complemento com ração. No entanto, a maior parte dos estabelecimentos agropecuários, no verão, desenvolve a cultura da soja.

É perceptível, no município, a mudança na paisagem rural, pois algumas fazendas com tradição em pecuária de corte preservam o nome, no entanto, grande

parte da sua área é destinada para a lavoura da soja. Assim, a maioria dos campos nativos aparece como “ilhas de pecuária” se comparadas à produção agrícola. Pode-se considerar que Júlio de Castilhos, na atualidade, deixou de ser base de criação de matrizes para a pecuária de corte para ser invernador, ou seja, grande parte da pecuária bovina de corte, presente na maioria dos estabelecimentos é proveniente de outros municípios.

Com a diminuição do campo nativo para a pecuária de corte, há uma redução da criação de gado desde as matrizes até a fase final com a engorda dos bovinos. Observou-se que a pecuária de corte está se tornando mais intensiva no consórcio com a agricultura, apresentando consideráveis retornos financeiros, mesmo com a redução do seu espaço e efetivo.

Esse novo redesenho da paisagem rural, percebido pela expansão da agricultura empresarial possibilitou a reestruturação e o fortalecimento da economia visando inserir o Município no desenvolvimento local/regional. É importante salientar que houve valorização da terra em consequência da expansão da lavoura da soja. Tal fato repercutiu nos valores atribuídos ao hectare de área para compra e, também, para o arrendamento. Paralelamente, a lavoura empresarial proporcionou a incorporação de um conjunto de inovações, entre elas, a modernização da agricultura que se concretiza através da intensa utilização de insumos, equipamentos agrícolas com alta tecnologia subsidiado pelo crédito agrícola.

Acrescenta-se também que a atuação de grandes empresas ligadas ao agronegócio da soja, como por exemplo, as multinacionais fornecedoras de fertilizantes, agrotóxicos e sementes transgênicas tornam o produtor rural dependente de seus produtos. Tal fato faz com que os empresários agrícolas busquem maximizar a produtividade de suas áreas.

Essa nova forma de conduzir a atividade agropecuária, em Júlio de Castilhos, pode ser percebida através da inserção de proprietários que além da administração das atividades do setor rural possuem outra profissão no espaço urbano. Assim, existe, no município, o granjeiro da soja, o qual trabalha somente com agricultura; o pecuarista que faz criação de gado e arrenda parte de suas terras para a lavoura de soja e, o agropecuarista que é proprietário do estabelecimento no qual se desenvolve a agricultura e a pecuária. Este geralmente exerce outras profissões liberais como advogado, médico veterinário, corretor de imóveis, entre outras, na cidade.

Pode-se dizer então, que a atual organização do espaço produtivo de Júlio de Castilhos ocorre através de diferentes segmentos produtivos, como na agricultura, principalmente, com a cultura da soja, do trigo, do milho entre outras. Paralelamente, desenvolve-se a cadeia produtiva da pecuária com a presença do gado de corte e do gado leiteiro. Essas cadeias produtivas complementam a mobilidade econômica do Município, pois o mesmo tem na atividade agropecuária a base da sua economia.

O desenvolvimento da agricultura local baseia-se na utilização das inovações técnica, científica e informacional, permitindo à mesma maior facilidade no manejo das culturas agrícolas, com redução de custos para a sua implantação e maior rapidez nos retornos financeiros. A modernização dos equipamentos agrícolas, as técnicas de plantio, adubação e correção do solo através da agricultura de precisão, aliado a profissionalização do agricultor explica os grandes avanços técnicos da agricultura em Júlio de Castilhos.

Para dar suporte a evolução da agricultura destaca-se a importância das políticas de crédito rural através das linhas de financiamentos e o apoio técnico prestado pelas cooperativas agropecuárias e empresas privadas presentes no Município.

Também as relações de trabalho foram reorganizadas no município. Com a expansão da agricultura, a força de trabalho se reestruturou, considerando que o tipo e a demanda de mão-de-obra estão vinculadas com a atividade desenvolvida no espaço rural. Verificou-se que a mão-de-obra permanente ainda é predominante, embora essa seja característica da pecuária e, na atualidade, predomina a agricultura, a qual contrata significativo número de mão-de-obra temporária. Esse fato é justificado pelo grande percentual de proprietários de estabelecimentos agropecuários que desenvolvem profissões liberais no espaço urbano de Júlio de Castilhos ou em outros municípios, os quais necessitam de funcionários permanentes para desenvolverem as atividades agropecuárias. A demanda por mão-de-obra temporária ocorre em determinadas épocas do ano, sendo maiores nos períodos de plantio e colheita da lavoura temporária da soja, do trigo e do milho.

Nesse contexto é que se delineia a tendência do setor primário em Júlio de Castilhos, representado pelo consórcio da pecuária com a agricultura. Essas duas atividades reorganizaram-se. A criação de bovinos de corte tornou-se mais intensiva e, paralelamente, resgatou a pecuária leiteira. Constatou-se que a agricultura, através da lavoura empresarial da soja, apresenta possibilidades de ampliação de

terras para cultivo, mesmo que em ritmo mais lento devido à restrição de áreas com topografia favorável à mecanização. Existe também a perspectiva de desenvolvimento de outras cultivares agrícolas como o girassol, a cevada e a canola. No entanto, essas culturas ainda demandam de aperfeiçoamento da assistência técnica aos produtores e de mercado para a sua produção.

Ressalta-se que embora a lavoura de soja tenha se expandido de forma expressiva conquistando espaços da pecuária e tornando a economia do município mais sólida, a pecuária continua a ser uma atividade significativa e busca se inserir em um processo gradativo de modernização. A lavoura da soja, atualmente como a atividade principal, reorganizou a economia local, tendo em vista a sua importância comercial inserindo o Município no mercado do agronegócio gaúcho, nacional e internacional.

Inferese-se que a tendência para o crescimento da agropecuária de Júlio de Castilhos está atrelada ao grau de desenvolvimento técnico que os produtores rurais utilizam para o desenvolvimento da agricultura e da pecuária, pois na medida em que, se expande a área de uma dessas atividades a outra passa a dispor de menor espaço tendo que recorrer aos processos técnicos para manter ou aumentar sua produção.

Pode-se afirmar também que as transformações no Município acompanham as alterações ocorridas no espaço rural. Como se pode perceber a lavoura de soja gerou nova dinâmica no Município, reorganizando-o no decorrer do tempo. Dessa forma, aprimorou-se a infra-estrutura para fornecer suporte a essa atividade, via melhoramento da malha viária através da conservação e/ou construção de estradas para facilitar os transportes, uma vez que, o maior escoamento da produção local ocorre por rodovias, e apenas um pequeno percentual é realizado por via férrea chegando até o porto de Rio Grande. A ampliação de silos, na sede do município ou no próprio estabelecimento, fez com que a capacidade de armazenamento de grãos aumentasse. Como consequência do processo de reorganização espacial juntamente com a modernização na agropecuária a exigência por mão-de-obra mais qualificada também foi necessária.

Dessa maneira, também o espaço urbano teve sua dinâmica alterada, pois ambos estão interligados. Ou seja, o aumento de renda gerado no setor rural implica, na sua maioria em investimentos no urbano.

Nesse contexto, o espaço urbano compõe a base de vinculação da agropecuária de Júlio de Castilhos ao Complexo Agroindustrial, pois é nesse espaço que ocorrem as negociações de aquisição de maquinários, de insumos agrícolas, e de crédito rural, também por outro lado, no urbano ocorre o armazenamento e venda da produção agrícola nas cooperativas e/ou empresas privadas para posterior encaminhamento dos grãos às indústrias de transformação.

Portanto, como principal agente da reorganização do espaço agropecuário local deve ser considerado o agronegócio, compondo o Complexo Agroindustrial da soja, os produtores rurais, a indústria a montante e a jusante, o sistema financeiro, as cooperativas e empresas agropecuárias privadas, que através de suas interações para a produção de soja foram os responsáveis por significativas mudanças econômicas, sociais e espaciais em Júlio de Castilhos. Assim, desde a inserção da cultura da soja no Município ocorreram reestruturações no setor rural, as quais são perceptíveis, na atualidade, principalmente através do processo de despecuarização espacial com ascensão da agricultura tecnificada através da lavoura empresarial.

REFERÊNCIAS

ANTONACCI, Maria Antonieta. **RS: As oposições & a revolução de 1923**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1981.

ANDRADE, Maria Margarida de. **Introdução à metodologia do trabalho científico: Elaboração de trabalhos na graduação**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1998.

ANDRADE, Manuel Correia de. **Agricultura & capitalismo**. São Paulo: HUCITEC, 1979.

ARAÚJO, Inês Lacerda. **Introdução à filosofia da Ciência**. 2. ed. Curitiba: Ed. da UFPR, 1998.

ARAÚJO, Paulo Fernando Cidade de; SCHUH, George Edward (Org.). **Desenvolvimento da Agricultura: Análise de Política Econômica**. São Paulo: Pioneira, 1975.

ARAÚJO, Regina; MAGNOLI, Demétrio. **Geografia: A construção do mundo**. São Paulo: Moderna, 2005.

ASSOCIAÇÃO RIO-GRANDENSE DE EMPREENDIMIENTOS DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL/ASSOCIAÇÃO SULINA DE CRÉDITOS E ASSISTÊNCIA RURAL. Elaboração: ARISTIMUNHA, Jorge; et al. **Resenha prospectiva do cenário rural no município de Júlio de Castilhos – RS: Alguns referenciais utilizados pela EMATER/RS**. Júlio de Castilhos: EMATER/RS-ASCAR, 2004.

BELLINASSO, Luciana. **Análise de mercado Complexo da soja**. 2002, 43f. Monografia (Especialização em Gestão Estratégica Empresarial) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2002.

BEZZI, Meri Lourdes. São Borja, **Transformações no Espaço Agropecuário: O Processo de Despecuarização**. 1985. 222f. Dissertação (Mestrado em Organização do Espaço) - Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 1985.

BEZZI, Meri Lourdes. et al. **RS: Uma Proposta de Regionalização considerando os Aspectos Geoeconômicos**. Relatório Técnico: Proade 2. Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria, 2006.

BENETTI, Maria Domingues. Reestruturação do agronegócio no Brasil e no Rio Grande do Sul nos anos 90: Concentração, centralização e desnacionalização do capital. In: Secretaria da Coordenação e do Planejamento. **Economia gaúcha e reestruturação nos anos 90**. Porto Alegre: FEE, 2000.

_____. **A origem e formação do cooperativismo empresarial no Rio Grande do Sul:** Uma análise do desenvolvimento da COTRIJUI, COTRISA e FECOTRIGO 1957/1980. Tese (Fundação de Economia e Estatística) 3. ed. Porto Alegre: FEE, 1992. Disponível em: <<http://www.fee.rs.gov.br/sitefee/download/teses>>. Acesso em: 10 mar. 2009.

BERGOLI, Bernardo Delfino. **Os condicionantes da (In)sustentabilidade do sistema de produção de soja no planalto gaúcho – um estudo exploratório.** 2002, 125f. Dissertação (Mestrado em Extensão rural) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2002.

BESKOW, Paulo Roberto. **O arrendamento capitalista na agricultura:** Evolução e situação atual da economia do arroz no Rio Grande do Sul. São Paulo: HUCITEC, 1986.

BOMBARDIERI, Gilberto. **A Nova “Revolução Verde” da agricultura – implicações político-sociais e ambientais no cultivo de plantas geneticamente modificadas.** 2000. 108f. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural). Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2000.

BRUM, Jacob Argemiro. **Modernização da agricultura:** trigo e soja. Ijuí: Vozes, 1988.

CARRION JÚNIOR, Francisco. M. **RS: Política Econômica e Alternativas.** Porto Alegre: Mercado Aberto, 1981.

_____. A economia do Rio Grande do Sul: Evolução recente In: DACANAL, José Hildebrando; GONZAGA, Sergius (Org.). **RS: Economia & política.** 2. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1979. p. 403 - 424.

CASTRO, Antonio Barros de. **Sete ensaios sobre a economia brasileira.** 3. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1977. 1 v.

CASTRO, Ana Célia. et al. O mercado de insumos modernos e máquinas. In: _____. **Evolução recente e situação atual da agricultura brasileira.** Brasília: Binagri, 1979. p. 141 – 163.

CASTRO, Antônio Maria Gomes. **Análise da competitividade de cadeias produtivas.** Manaus: EMBRAPA, Ago., 2000, Disponível em: <<http://www.temasemdebate.cnpm.embrapa.br/textos>>. Acesso em: 29 jan. 2008.

CASTANHO, Roberto Barbosa. **A influência da modernização agrícola no município de Palmeira das Missões – RS e, a consequente reestruturação de seu espaço agropecuário.** 2001, 77f. Monografia (Trabalho de Graduação em Geografia) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2001.

CERON, Antônio Olívio; GERARDI, Lúcia Helena de Oliveira. **Modernização da agricultura brasileira**: Transformações agrárias em um país em desenvolvimento. Rio Claro: UNESP, 1984. p. 1 - 34. (Datilografado)

CESAR, Guilhermino. Ocupação e diferenciação do espaço. In: DACANAL, José Hildebrando; GONZAGA, Sergius (Org.). **RS: Economia & política**. 2. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1979.

CONCEIÇÃO, Otavio Augusto Camargo. **A Expansão da Soja no Rio Grande do Sul (1950 – 75)**. Porto Alegre: FEE, 1984.

CONCEITO DE CABANHA. Disponível em: <<http://dicionario.babylon.com/cabanha>>. Acesso em: 12 out. 2009.

CORREA, Antonio. **O município de Júlio de Castilhos**. Santa Maria: Rainha, 1975.

CORRÊA, Roberto Lobato. **Região e organização do espacial**. 7. ed. São Paulo: Ática, 2003.

COSTA, Firmino. **História de Júlio de Castilhos**. Júlio de Castilhos: Prefeitura Municipal de Júlio de Castilhos, 1988.

_____. Terra de Vila Rica: **Contribuição ao estudo da história do município de Júlio de Castilhos**. Júlio de Castilhos: Prefeitura Municipal de Júlio de Castilhos, 1991.

COOPERATIVA TRITÍCOLA JÚLIO DE CASTILHOS. **Relatório de Gestão - COTRIJUC 2005**. Júlio de Castilhos, 2005.

DAVID, Cesar de; BEZZI, Meri Lourdes. Despecuarização espacial em Uruguaiana – RS: A cultura do arroz e a modernização da agricultura. **Geografia – ensino e pesquisa**. Santa Maria, n. 5, p. 70 – 107, dez, 1991.

DAVID, Cesar de. Consequências da modernização da agricultura no Rio Grande do Sul. **Geografia – Ensino e pesquisa**. Santa Maria, n. 10, p. 199 – 213, 1996.

_____. **O processo de despecuarização espacial em Uruguaiana – RS**. 92f. Monografia (Trabalho de Graduação em Geografia) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 1990.

_____. **O processo de modernização da agricultura e a constituição do complexo agroindustrial no município de Cruz Alta – RS**. 1992. 125f. Monografia (Especialização em Geociências) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 1992.

DELEVATI, Dionei Minuzzi. A agricultura familiar no Rio Grande do Sul. **Revista Redes**. Santa Cruz do Sul, v. 4, n. 3, p. 83 – 100, 1999.

DINIZ, José Alexandre Felizola. **Geografia da agricultura**. São Paulo: DIFEL, 1984.

EMPRESA BRASILEIRA DE PLANEJAMENTO AGROPECUÁRIO - CLIMA TEMPERADO. **Indicações técnicas para a cultura da soja no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina 2006/2007**. Pelotas: Embrapa Clima Temperado, 2006, Disponível em: <<http://www.cnpso.embrapa.br/index.php>> Acesso em: 29 Jan. 2008.

EMPRESA BRASILEIRA DE PLANEJAMENTO AGROPECUÁRIO - EMBRAPA Soja. **Transgênicos: Próximas Ondas**. Disponível em: <www.embrapa.gov.br> Acesso em: 29 jan., 2008.

FLIGENSPAN, Flávio Benevett (coord.); et al. **Economia gaúcha e reestruturação nos anos 90**. Porto Alegre: FEE, 2000.

FRAQUELLI, Jane Aita. **A lavoura capitalista de arroz e a crise de 1926: A ação do Estado e a criação do sindicato arroseiro**. In: DACANAL, José Hildebrando; GONZAGA, Sergius (Org.). **RS: Economia & política**. 2. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1979, p. 329 – 357.

FERREIRA, Darlene Aparecida de Oliveira. Geografia agrária no Brasil: conceitos e tempos. In: FERREIRA, Darlene Aparecida de Oliveira. **Mundo rural e Geografia agrária no Brasil: 1930 – 1990**. São Paulo: Ed. da UNESP, 2002.

_____. **Geografia agrária no Brasil: Conceituação e periodização**. Disponível em: <<http://www.estantevirtual.com.br>>. Acesso em: jul. 2007.

FERRO, Talita Luiza de Medeiros. **O setor primário de Santa Maria na perspectiva do rural: A reestruturação das atividades produtivas**. 2008. 118f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2008.

FORTES, Amyr Borges. **Compêndio de Geografia geral do Rio Grande do Sul**. 6. ed. Porto Alegre: Sulina, 1979.

FONTOURA, Luiz Fernando Mazzini. A produção social do espaço agrário. In: VERDUM, Roberto; BASSO, Luiz Alberto; SUERTEGARAY, Dirce Maria Antunes (Org.). **Rio Grande do Sul paisagens e territórios em transformação**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2004.

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA. **Anuário Estatístico do RS – 2001**. FEE: 2001, CD ROOM.

_____. **25 anos de economia gaúcha: A agricultura do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Ed. da FEE, v. 3, 1978.

_____. **A mecanização da agricultura do Rio Grande do Sul 1920 - 75.** Porto Alegre: FEE, 1979.

GONÇALVES NETO, Wenceslau. Estado e agricultura no Brasil: Política agrícola e modernização econômica brasileira 1960 – 1980. In: _____. **A modernização desigual: Duas décadas de privilegiamento na política agrícola.** São Paulo: Ed. HUCITEC, 1995, p. 141 – 225.

GUIMARÃES, Edilson. Secretaria de Política Agrícola – 15 anos formulando a política agrícola brasileira. In: **Revista de política agrícola** (Edição Especial). Brasília: Secretaria da política agrícola, ano XVI, Jul., 2007.

GUSMÃO, Rivaldo Pinto de. A expansão da agricultura e suas conseqüências no meio ambiente. In: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Brasil: Uma visão geográfica nos anos 80.** Rio de Janeiro: IBGE, 1988, p. 323 – 332.

GRANDO, Marines Zandavali (Coord.). **Agropecuária do Rio Grande do Sul. 1980 -1995 o caminho da eficiência?** Porto Alegre: FEE. 1997.

GRAZIANO NETO, Francisco. **A Questão Agrária e Ecologia: Crítica da moderna agricultura.** São Paulo: Brasiliense, 1982.

GRAZIANO DA SILVA, José. **A nova dinâmica da agricultura brasileira.** 2. ed. Campinas: UNICAMP, 1998.

_____. **Tecnologia e Agricultura Familiar.** Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1999.

HAESBAERT, Rogério da Costa. **RS: Latifúndio e identidade regional.** Porto Alegre: Mercado Aberto, 1998.

HASSLER, Márcio Luís. Passo Fundo/RS e a expansão da cultura da soja no Planalto rio-grandense. **Revista Perspectiva.** Erechim, v. 30, n. 109, p. 123 – 132, mar. 2006.

HEIDRICH, Álvaro Luiz. **Além do latifúndio: Geografia do interesse econômico gaúcho.** Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2000.

HESPANHOL, Antônio Nivaldo. Agricultura , desenvolvimento e sustentabilidade. In: MARAFON, Gláucio José; RUA, João; Ribeiro, Miguel Angelo. **Abordagens teórico-metodológicas em geografia agrária.** Rio de Janeiro: Ed. da UERJ. 2007, p.179 – 198.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Censo Agropecuário.** Disponível em: <www.ibge.gov.br/cidades@> Acesso em: set., 2006.

_____. **Censo agropecuário 2006:** Manual do recenseador. Rio de Janeiro: IBGE, 2007.

_____. **Censo agropecuário 1995/96:** Rio Grande do Sul. Rio de Janeiro: IBGE, 1998.

_____. **Censo agropecuário 1985:** Rio Grande do Sul. Rio de Janeiro: IBGE, 1991.

_____. **Censo agropecuário 1980:** Rio Grande do Sul. Rio de Janeiro: IBGE, 1984.

_____. **Censo agropecuário 1975:** Rio Grande do Sul. Rio de Janeiro: IBGE, 1979.

_____. **Censo agropecuário 1970:** Rio Grande do Sul. Rio de Janeiro: IBGE, 1974.

_____. **Censo agrícola 1960:** Rio Grande do Sul. Rio de Janeiro: IBGE, 1967.

_____. **Censo agrícola 1950:** Rio Grande do Sul. Rio de Janeiro: IBGE, 1956.

_____. **Censo econômico 1940:** Rio Grande do Sul. Rio de Janeiro: IBGE, 1950.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. **Módulo fiscal:** Decreto nº. 84.685, de 6 de maio de 1980. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/index.php>> Acesso em: 29 jan. 2008.

KONDER, Leandro. **O que é dialética?**. 15. ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.

KÖCHE, José Carlos. **Fundamentos de metodologia científica:** teoria da ciência e iniciação da pesquisa. Petrópolis: Vozes, 1997.

KÜCHEMANN, Berlindes Astrid. O “processo de acabocização” do pequeno agricultor gaúcho: da “empresa familiar” ao minifúndio. In: _____. **O minifúndio gaúcho:** ajuda técnica como alternativa? Porto Alegre: Ed. da Universidade de Caxias do Sul, 1980.

MARAFON, Gláucio José. **A dimensão espacial do complexo agroindustrial soja no estado do Rio Grande do Sul.** 1998. 225f. Tese (Doutorado em Ciências) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1998.

_____. Industrialização da agricultura e formação do complexo agroindustrial no Brasil. **Geo UERJ Revista do Departamento de Geografia**, UERJ, RJ, n. 3, p. 7 – 21, jun. 1998.

MARCHESE, Alaides da Paixão. **Processo de despecuarização espacial em Campos Borges.** 115f. 1992. Monografia (Especialização em Geografia) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 1992.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2005.

_____. **Metodologia científica**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

_____. **Técnicas de pesquisa: Planejamento e execução de pesquisas, amostragens técnicas, elaboração, análise e interpretação de dados**. São Paulo: Atlas, 1986.

MARIANOF, Laídes Antoninha. **A (re) organização espacial de Santa Rosa via complexos agroindustriais e novas perspectivas de produção**. 2000. 99f. Monografia (Trabalho de Graduação B) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2000.

MAZZALI, Leonel. **O processo recente de reorganização agroindustrial: Do complexo à organização “em rede”**. São Paulo: Ed. da UNESP, 2000. (Coleção Prismas/PROPP).

MEGIDO, José Luiz Tejon; XAVIER, Coriolano. **Marketing & Agribusiness**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MESQUITA, Olindina Vianna; SILVA, Solange Tietzman. A agricultura brasileira: Questões e tendências. In: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Brasil: Uma visão geográfica dos anos 80**. Rio de Janeiro: IBGE, 1988, p. 87 – 125.

MICHELON, Fabiano. **Fatores motivadores e desmotivadores à comercialização de insumos agrícolas entre cooperados e a Cooperativa Triticola Júlio de Castilhos Ltda**. 72f. 2006. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso em Administração) – Universidade de Cruz Alta, Cruz Alta, 2006.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO (MAPA), PINAZZA, Luiz Antonio (Coordenador). **Cadeia produtiva da soja**. Brasília: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, vol. 2, 2007. Disponível em: <www.agricultura.gov.br> Acesso em: jan. 2008.

MEDEIROS, Rosa Maria Vieira. **As formas de produção no Rio Grande do Sul e sua relação com a emigração rural**. 2005. Disponível em: <<http://www.abepro.org.br/biblioteca>> Acesso em: 27 de jun., 2008.

MOREIRA, Igor. **O Espaço Rio-Grandense**. São Paulo: Ática, 2003.

MOREIRA, Silva Vinícius. **Territorialidades rurais em Júlio de Castilhos-RS: da pecuária extensiva a agricultura familiar**. 2008. 132f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2008.

MÜLLER, Geraldo. A economia política gaúcha dos anos 30 aos 60. In: DACANAL, José Hildebrando; GONZAGA, Sergius (org.). **Economia & política**. 2. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1993, p. 358 – 402.

_____. Dinâmica e topologia da economia mundial contemporânea. **Revista de Economia Política**. São Paulo: Brasiliense, v. 8, n. 4, p. 52-72, 1987.

ONG REPÓRTER BRASIL. **O Brasil dos agrocombustíveis**: Soja, mamona 2008. O impacto sobre a Terra, o Meio e a Sociedade. Disponível em: <www.reporterbrasil.org.br> Acesso em: 27 de jun., 2008.

PAIVA, Ruy Miller. Modernização e dualismo tecnológico na agricultura: Uma reformulação. In: **Pesquisa e Planejamento Econômico**, v. 5, n. 1, jun., Rio de Janeiro, p. 117 – 161, 1975.

PARRÉ, José Luiz; GUILHOTO, Joaquim José Martins. **A importância econômica do agronegócio para a região sul do Brasil**. Disponível em: <<http://www.portaldoagronegocio.com.br>> Acesso em: 27 de jun., 2008.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História do Rio Grande do Sul**. 3. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1984.

_____. **RS: A economia & poder nos anos 30**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980. (Série Documenta, 7).

_____. **RS: Agropecuária colonial & industrialização**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983, (Serie Documenta 17).

PRADO JÚNIOR, Caio. **A questão agrária no Brasil**. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1981.

RIVAS, Juan José Natera; ZAMORA, Ana Ester Batista. La evolución del sector agrícola en tucumán (Argentina) desde finales del XIX: Una aproximación a través de la dinámica de los grupos de cultivos. **Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales**. Barcelona, n.197, vol. IX, set., 2005.

RODRIGUES, Aline de Lima. **O processo de reorganização do espaço agrário no município de Rosário do Sul**. 61f. 2004. Monografia (Trabalho de Graduação - Geografia Licenciatura) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2004.

_____. **O latifúndio no Rio Grande do Sul, velhas formas na funcionalidade de novos atores econômicos na Microrregião Geográfica da Campanha Central**. 2006. 146f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2006.

RÜCHERT, Aldomar A. **Metamorfoses do território**: A agricultura de trigo/soja no planalto médio rio-grandense 1930 – 1990. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2003.

SALAMONI, Giancarla. Transformação da agricultura tradicional em um complexo moderno. In. _____. **Produção familiar: Possibilidades e restrições para o desenvolvimento sustentável – o exemplo de Santa Silvana – Pelotas/RS.** 2000, 131f. Tese (Doutorado em Organização do Espaço) – Universidade Estadual Paulista, São Paulo, 2000. p. 124 – 140.

SAMPAIO, Luciano Menezes Bezerra; SAMPAIO, Yoni; COSTA, Ecio de Farias. Mudanças políticas recentes e competitividade no mercado internacional de soja. **Revista de Economia e Sociologia Rural.** Brasília, v. 4, n. 3, jul./set., 2006.

SANCHES, Miguel Cezar. Expansão das lavouras de soja e trigo no estado de São Paulo. **Revista Geografia.** v. 6, n. 11/12. out., p. 161 – 177, 1981.

SANTOS, Milton. **Técnica, espaço e tempo: Globalização e meio técnico-científico informacional.** 3. ed. São Paulo: HUCITEC, 1997.

_____. **Por uma Geografia Nova: da crítica da Geografia a uma Geografia Crítica.** São Paulo: HUCITEC, 1980.

SANTOS, Ieda Maria Baade dos. **Plantio direto na palha em cultivos de arroz.** 1999. Disponível em: <<http://invertia.terra.com.br/carbono/interna>>. Acesso em: jan., 2008.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil território e sociedade no início do século XXI.** São Paulo: Ed. Record, 2001.

SARTORI, Armando, et al. **Agricultura e Modernidade: A crise brasileira vista do campo.** São Paulo: Câmara Brasileira do Livro, 1998.

SECRETARIA DA COORDENAÇÃO E PLANEJAMENTO. **Rumos 2015: Estudo sobre desenvolvimento regional e logística de transportes no Rio Grande do Sul (Documento Síntese: SCP).** Porto Alegre: SCP, 2006.

SILVA, José Luiz César da. **Cadeia produtiva de produtos agrícolas.** Boletim Técnico: Universidade Federal do Espírito Santo, 2005. Disponível em: <<http://www.agais.com/ms0105.pdf>> Acesso em: 29 jan., 2008.

SOUZA, Roberta de Castro; BATALHA, Mário Otávio. **As estratégias competitivas para o setor de esmagamento de soja no Brasil: estudos de caso.** Disponível em: <<http://www.abepro.org.br/biblioteca>> Acesso em: 27 de junho, 2008.

SUERTEGARAY, Dirce. M. A. Notas sobre Epistemologia da Geografia. **Cadernos geográficos,** Florianópolis, n. 12, 63 p., maio, 2005.

TAMBARA, Eleomar. **RS: Modernização & crise na agricultura.** Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983 (Série Documenta, 16).

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em Ciências Sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

TOLEDO, Márcio; CASTILHO, Ricardo. Política territorial de grandes empresas do agronegócio no Brasil: Os casos a soja e da laranja. **Revista Geografia**. Rio Claro, v. 34, n. 1, p. 45-61, jan./abr. 2009.

TROPMAIR, Helmut; FERREIRA, Maria Eugênia M. C. A economia política do complexo agroindustrial brasileiro. **Revista Geografia**. v. 12, n. 23, abr., p. 129 – 141, 1987.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA. **Estrutura e apresentação de monografias dissertações e teses MDT**. 6. ed. (Revisada e ampliada). Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa. Santa Maria: Ed. da UFSM, 2006.

VIANA, Oliveira Francisco José de. O ciclo da preia ao gado e a formação da sociedade pastoril. In: _____. **Populações Meridionais do Brasil: O campeador rio-grandense**. Rio de Janeiro: Paz e Terra S/A, 1974, v. 2, p. 100 – 113.



VIEIRA, Euripedes Falcão. **Rio Grande do Sul: Geografia Física e Vegetação**. Porto Alegre: Sagra, 1984.

VIEIRA, Euripedes Falcão; RANGEL, Susana Salun. Evolução do sistema espacial produtivo. In: _____. **Geografia econômica do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: SAGRA, 1993. p. 66 – 81.

VALVERDE, Orlando. Geografia da pecuária no Brasil. In: _____. **Estudos de geografia agrária brasileira**. Petrópolis: Vozes, 1985. p. 193 – 230.

ANEXOS

ANEXO A - Questionário aos produtores rurais.

	<p>Universidade Federal de Santa Maria Programa de Pós-Graduação em Geografia e Geociências Núcleo de Estudos Regionais e Agrários/NERA Instrumento de Pesquisa</p>	
---	--	---

O presente questionário faz parte da Dissertação de Mestrado denominada: “A reorganização do espaço agrário de Júlio de Castilhos/RS: A nova dinâmica através da lavoura empresarial da soja” tendo por objetivo realizar levantamento de informações referentes à pesquisa.

QUESTIONÁRIO AOS PRODUTORES**I. Dados referentes à propriedade, ao declarante e à mão-de-obra****A) A PROPRIEDADE**

1) Onde se encontra localizada a propriedade?

Distrito: _____

Obs: Localizar no mapa municipal onde fica localizada a propriedade

2) Qual a distância da propriedade em relação a Júlio de Castilhos, em km? _____

3) Qual a área total da propriedade? _____

10 a menos de 100ha	100 a menos de 1000ha	1000 a menos de 10000ha	10000 ha e mais
De 10 a 20 ha ()	De 100 a 200 ha ()	De 1000 a 2500 ha ()	De 10000 a 100000 ha ()
De 20 a 50 ha ()	De 200 a 500 ha ()	De 2500 a 5000 ha ()	De 10000000 ha a mais ()
De 50 a 100 ha ()	De 500 a 1000 ha ()	De 5000 a 10000 ha ()	

4) Por quem é dirigida a propriedade?

5.1) pelo proprietário ()

5.2) pelo administrador ()

5) Como foi adquirida a propriedade

() Compra () Herança () Outra. Qual? _____

6) A pessoa de quem foi comprada a propriedade é residente no município?

() Sim () Não

Ela vendeu e foi para outros estados ou cidades ou continua no município? _____

O proprietário sempre residiu no município de Júlio de Castilhos? () Sim () Não.
Município: _____

B) AO DECLARANTE

7) Quem explora a propriedade?
() Proprietário () Arrendatário

8) A ocupação da área é administrada por:

Condição do produtor	Variável	
	Lavouras (%)	Pecuária (%)
Proprietário		
Arrendatário		
Parceiro		

9) Onde mora?

9.1) na propriedade ()

9.2) em outra propriedade () Onde? _____

9.3) na cidade () Qual? _____

10) Se o que explora a propriedade é **arrendatário**:

10.1) Quanto de área arrendada possui? _____

10.2) Como é feito o contrato de arrendamento?

10.2.1) verbalmente ()

10.2.2) por escrito com registro ()

10.2.3) por quanto tempo? _____

10.3) Como é realizado o pagamento ao proprietário?

10.3.1) por hectare cultivado () Quanto? _____

10.3.2) por outra forma de pagamento () qual? _____

11) Exerce outra atividade além da agropecuária? () Sim () Não

11.1) Qual? _____

11.2) Onde exerce? (município e estado) _____

11.3) Costuma acompanhar os trabalhos na propriedade? Que dias? _____

11.4) Quem reside na propriedade? _____

12) É sócio de:

12.1) Cooperativa (s) () Qual (ais)? () Cotrijuc () Camnpal Outra: _____

12.2) Sindicato (s)/Associação () Qual (ais)? () Sindicato Rural

() Sindicato dos Trabalhadores Rurais. Outro: _____

C) À MÃO-DE-OBRA

13) Que tipo de mão-de-obra utiliza?

13.1) Familiar () Quantos? _____ Para que atividade? _____

13.2) Assalariada temporária () Quantos? _____ Em que época? _____
Para que atividade? _____

13.3) Assalariada permanente () Quantos? _____ Para que atividade? _____

14) A mão-de-obra familiar costuma trabalhar em outra propriedade ou atividade?

() Sim () Não

14.1) Em que época? _____

14.2) Quantas pessoas? _____

14.3) Para que atividades? _____

15) Se utiliza mão-de-obra assalariada:

15.1) Como o pagamento é feito?

15.1.1) Por dia () quanto? R\$ _____

15.1.2) Por mês () quanto? R\$ _____

15.1.3) Por empreitada () que tipo: _____. Quanto? R\$ _____

15.2) O contrato com o assalariado é realizado:

15.2.1) Por escrito e registrado? ()

15.2.2) Verbalmente ()

15.3) O pagamento aos assalariados é realizado:

15.3.1) Por pessoa, individualmente ()

15.3.2) Escritório de contabilidade ()

15.4) De onde provém a mão-de-obra assalariada?

15.4.1) Dos vizinhos ()

15.4.2) Da cidade ()

15.4.3) De outros municípios () quais? _____

15.5) Quando a mão-de-obra assalariada mora na propriedade, é permitido que a mesma cultive produto por conta própria? Sim () Não ()

Quais produtos? _____

15.6) Além do pagamento em dinheiro, quais as outras formas de pagamento ao assalariado?

15.6.1) Porcentagem da produção? ()

15.6.2) O aluguel da moradia? ()

15.6.3) O cultivo de alguns produtos? ()

15.6.4) Fornecimento de roupas? ()

15.6.5) Fornecimento de remédios? ()

15.6.6) Fornecimento de alimentos? ()

15.6.7) Fornecimento de transporte? ()

II – Dados referentes à estrutura agrária e à produção

16) Na sua propriedade pratica apenas agricultura? () Sim. Por quê? _____

() Não. Por quê? _____

17) Durante quantos anos é cultivado soja na mesma área (utiliza rotação de culturas)? Tempo _____ Rotação de culturas? Sim () Não ()
Que Produtos? _____

18) Quanto da área (%) está sendo utilizado por:

18.1) Lavouras temporárias (cultivos): _____

18.2) Pastagens naturais (campo): _____

18.3) Pastagens plantadas: _____

18.4) Matas plantadas: _____

18.5) Terras inaproveitadas: _____

19) Quando começou a ser cultivado os seguintes produtos na sua propriedade:

Produtos	Início (Ano)	Final (Ano)
Soja		
Trigo		
Milho		
Aveia		
Outros		

20) a - Motivo pelo qual começou a plantar:

() Soja () Trigo () Milho Outros: _____

b – Se abandonou algum cultivo, qual o motivo: _____

21) Após a soja transgênica houve aumento de área cultivada de soja em sua propriedade?

() Sim () Não. Por quê? _____

22) Qual o mercado para a soja produzida em Júlio de Castilhos

() Local () Regional () Externo.

Onde? _____

22.1) Onde e como é investido a renda gerada pela produção de soja?

No município ou fora dele? _____

Em que é investido? _____

23) Como você analisa a situação da agricultura. Acredita que a mesma tem passado por dificuldades como:

Seca () quando? _____

Excesso de chuvas () Quando _____

Pragas () que tipo? _____

Falta de amparo governamental () quando? _____

Queda de preços () quando? _____

24) Produção, produtividade venda e consumo dos produtos agrícolas.

Produtos	Área plantada (% da propriedade)	Produção		Quanto vende	Quanto consome
		(T)	(Saca)		
Soja					
Trigo					
Milho					
Aveia					

Destino do Consumo na propriedade: _____

III – Dados referentes à tecnologia

A) Trator

25) Possui trator? _____ Com cabine () N°? _____ Sem cabine () N°? _____

B) Colheitadeira

26) Possui colheitadeira? _____ Com cabine () N°? _____ Sem cabine () N°? _____

C) Implementos

27) Qual equipamento é utilizado para a pulverização de agrotóxicos?

() Trator sem cabine e jato () Trator com cabine e jato () Autopropelido ()
Avião agrícola

D) Armazenamento

28) Possui armazenamento próprio?

28.1) Que tipo? Silo aéreo (metálico) () Armazém acondicionado ()

28.2) Qual a capacidade (em toneladas ou sacos)? _____

E) Insumos

29) Adbos

29.1) Usa adubos químicos?

29.1.1) Para que produtos? _____

29.1.2) Quantidade por ha? (kg, ou ton.) _____

29.1.3) Usa adubo orgânico? _____

30) Corretivo

30.1) Usa calcário para a correção do solo?

30.1.1) Quantidade? (kg/ton.) _____

30.1.2) Quantidade por ha.? _____

30.1.3) A cada quanto tempo usa na mesma área? _____

31.2) Usa outro tipo de corretivo? _____ Qual? _____

32) Defensivos

32.1) Usa inseticida na plantação? _____ Para quais culturas? _____

32.2) Usa herbicida na plantação? _____. Para quais culturas? _____

IV – Dados referentes à atividade da pecuária

A) Produção

33) Número de cabeças na propriedade:

Bovinos: _____

Ovinos: _____

Eqüinos: _____

34) Cite as principais raças presentes na propriedade:

Bovinos: _____

Eqüinos: _____

Ovinos: _____

35) Faz melhoramento genético na sua propriedade? () Sim () Não

De que forma? () Inseminação () Novas raças

Outras _____

Para quais os animais? () Bovinos () Ovinos () Eqüinos

Outros: _____

Investe em novas técnicas para a pecuária? Formas de engorda, procriação.

Tem cabanha () Sim () Não

36) Usa ração? _____. Para que animais? _____. É comprada ou feita na propriedade? _____

37) Utiliza outro tipo de alimentação para o gado? () Sim () Não. Qual? _____

V – Dados referentes a assistência técnica e financiamento.

A) Financiamento

38) Realiza financiamento? _____. Há quanto tempo? _____

39) Se faz:

39.1) Para que fins (especificar para quê)? _____

39.2) Em que intervalo temporal? _____

39.4) Qual o valor médio financiado em 2007? _____

40) Você acredita que existe incentivos por parte do governo para o plantio de soja, trigo e milho e outras culturas? Desde quando?

41) E para pecuária, existem incentivos? Quais?

42) A pecuária tem/teve dificuldades como:

Seca () quando? _____

Epidemias () quando? _____

Invernos rigorosos () quando? _____

Falta de amparo governamental () quando? _____

Queda de preços () quando? _____

43) Até que ponto os problemas acima mencionados direcionaram sua mudança ou combinação da agricultura com a pecuária?

44) Se não mudou, porque permanece só com a atividade pecuária?

45) Para quem passou a praticar a pecuária aliada a agricultura:

45.1) Diminuiu a área de campo? () Sim () Não. Em quanto %? _____

Por quê? _____

45.2) Diminuiu o rebanho bovino? () Sim () Não. Em quanto %? _____

45.3) Diminuiu o rebanho ovino? () Sim () Não. Em quanto %? _____

46) Se não diminuiu o rebanho (bovino, ovino, eqüino):

46.1) O rebanho aumentou? _____. Em quanto? _____

46.2) O rebanho se mantém constante? () Sim () Não

46.3) Passou a plantar pastagens para alimentação dos animais? () Sim () Não. Quantos % da propriedade? _____

46.4) Passou a alimentar o rebanho com ração? () Sim () Não
Quanto do rebanho (%)? _____

47) Assistência técnica

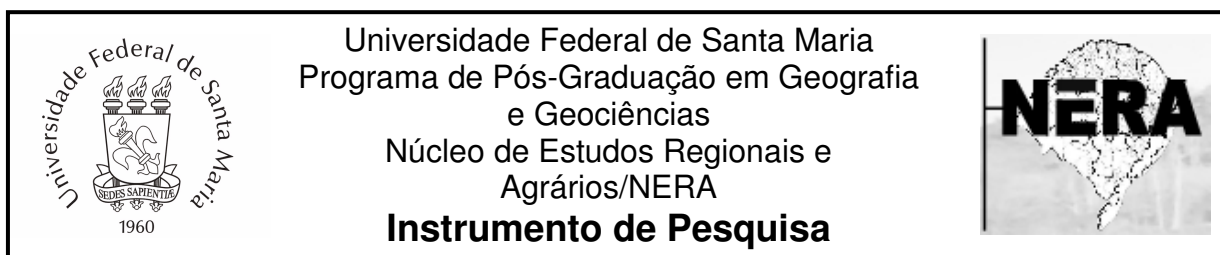
47.1) Tem assistência técnica? _____

47.2) Quem presta assistência técnica? _____

47.3) Quando utiliza assistência técnica? _____

48) Quais as perspectivas para a soja no município? Você acredita que, no decorrer do tempo, a expansão da soja vai “pressionar” a diminuição da pecuária? Existem novas cadeias produtivas a ser desenvolvidas no município? Quais?

ANEXO B - Questionário à entidades ligadas ao setor agropecuário de Júlio de Castilhos.



O presente questionário faz parte da **Dissertação de Mestrado** denominada: “**A reorganização do espaço agrário de Júlio de Castilhos/RS: A nova dinâmica através da lavoura empresarial da soja**” tendo por objetivo realizar levantamento de informações referentes à pesquisa.

Questionário para estabelecimentos ligados à atividade agrícola - COTRIJUC, CAMNPAL, AGROSHERER e Agrodelta.

I – Caracterização da empresa:

- 1) Nome e razão social:
- 2) Matriz () Filial ()
- 3) Ramo e Sub-ramo?
- 4) Data de fundação?
- 5) Histórico da empresa?
- 6) Fatores que levaram o estabelecimento a se localizar em Júlio de Castilhos?
- 7) Origem do capital da empresa?
- 8) Pessoal ocupado na empresa (n°):
- 9) Bens patrimoniais (ligados a agropecuária):
- 11) Contribuição da empresa para o desenvolvimento da pecuária e agricultura no município de Júlio de Castilhos?
- 12) Procedência da mão-de-obra (municípios, rural ou urbano)?

13) Setor da empresa que considera mais importante economicamente?

II – Sistema de produção

A) Compras

14) Principais produtos agrícolas que são comprados pela empresa? (% de cada um)

15) Principais fornecedores de insumos agrícolas?

16) As compras da produção da soja se restringem ao Município?

() Sim () Não Quais outros?

17) Principais concorrentes na compra de produtos agrícolas?

18) Quais as condições de compra (prazo de entrega, condições de pagamento, outros), quais?

III – Sistema de armazenagem

19) Qual o sistema de armazenagem de grãos, capacidade?

IV – Comercialização

20) Destino dos produtos:

Soja: _____

Trigo: _____

Milho: _____

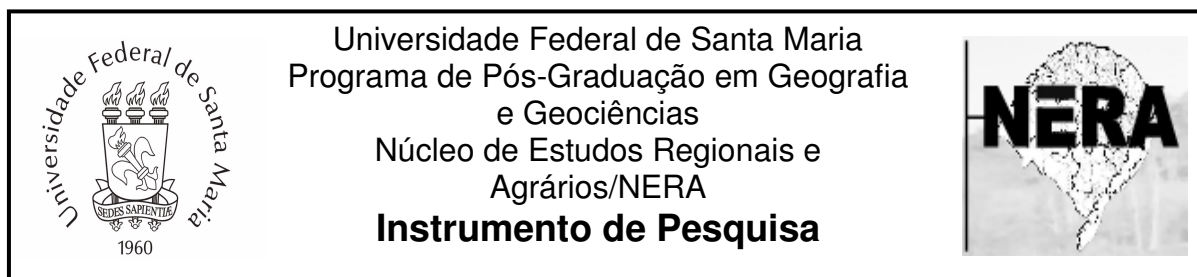
Aveia: _____

Outros: _____

Se exportado para onde? (países)

21) Como você avalia a relação entre a atividade desenvolvida no espaço rural e as atividades na cidade de Júlio de Castilhos hoje? O que modificou?

22) Quais as perspectivas para a soja no município? Você acredita que, no decorrer do tempo, a expansão da soja vai “pressionar” a diminuição da pecuária? Existem novas cadeias produtivas a ser desenvolvidas no município? Quais?

ANEXO C - Questionário à entidades administrativas de Júlio de Castilhos.

O presente questionário faz parte da **Dissertação de Mestrado** denominada: “**A reorganização do espaço agrário de Júlio de Castilhos/RS: A nova dinâmica através da lavoura empresarial da soja**” tendo por objetivo realizar levantamento de informações referentes à pesquisa.

Questionário para Secretaria de Agricultura, Sindicato Rural, Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Emater Ascar e FEPAGRO.

1) Qual atividade considerada como a principal no Município?

() Pecuária () Agricultura () Indústria () Comércio

Outras: _____

Por quê?

2) Dentro da atividade agropecuária, qual variável que se destaca:

Pecuária: () Bovinos () Ovinos () Eqüinos Outros: _____

Agricultura: () Soja () Trigo () Milho () Aveia Outros: _____

Outra atividade: _____

3) Em relação à cultura da soja, em que ano e com qual objetivo essa começou a ser cultivada no município de Júlio de Castilhos?

4) Qual a relação existente entre a lavoura empresarial da soja e a pecuária?

- Cedência de área

- Pecuária = Modernizou? Como:

() Cabanha

() Inseminação

() Pecuária intensiva. Existe? Onde?

() Ração

() Selo de qualidade

() Rastreamento

() Agricultura modernizou. Como? O que mudou?

5) Você acha que a pecuária diminuiu (em termos de n° de cabeças ou área destinada a criação) no município? () área para criação () n° de cabeças

() Diminuiu. Por quê? _____

() Não diminuiu. Por quê? _____

6) Com o cultivo da soja através da lavoura empresarial o que mudou no município em termos de:

Emprego da mão-de-obra:

Permanente.

() Aumentou. Para quê? _____

() Diminuiu. Por quê? _____

Temporária

() Aumentou. Para quê? _____

() Diminuiu. Por quê? _____

Infra-estrutura:

() Silos () Estradas () Comércio () Economia

Outros:

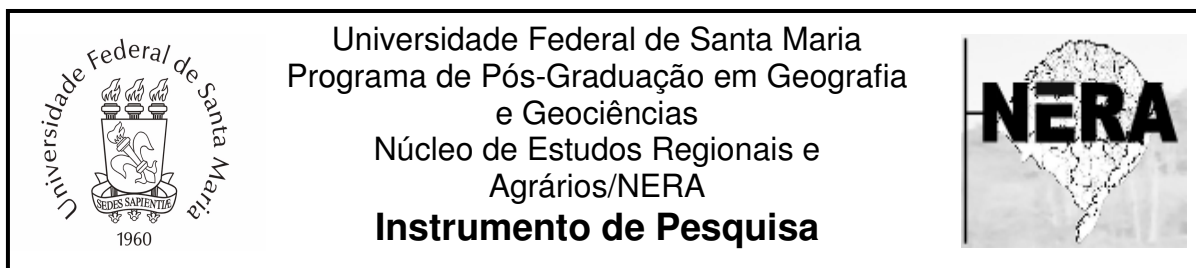
7) Com a entrada da soja no município, o que mudou no mesmo? (tecnologia utilizada, estradas, silos, transporte, economia, comércio)

8) Que incentivos os agricultores e pecuaristas têm para desenvolver as atividades?

9) Como você avalia a relação entre a atividade desenvolvida no espaço rural e as atividades na cidade de Júlio de Castilhos hoje? O que modificou?

10) Quais as perspectivas para a soja no município? Você acredita que, no decorrer do tempo, a expansão da soja vai "pressionar" a diminuição da pecuária? Existem novas cadeias produtivas a ser desenvolvidas no município? Quais?

ANEXO D - Questionário destinado à empresa multinacional fornecedora de insumos agropecuários.



O presente questionário faz parte da **Dissertação de Mestrado** denominada: “**A reorganização do espaço agrário de Júlio de Castilhos/RS: A nova dinâmica através da lavoura empresarial da soja**” tendo por objetivo realizar levantamento de informações referentes à pesquisa.

Questionário para empresa multinacional fornecedora de insumos agrícolas.

- 1) Nome e razão social:
- 2) Matriz () Filial ()
- 4) Ramo e Sub-ramo?
- 5) Data de fundação?
- 6) Breve histórico da empresa?
- 7) Origem do capital da empresa?
- 8) Pessoal ocupado na empresa (n°):
- 9) Procedência da mão-de-obra na empresa?
- 10) Principais produtos comercializados?
- 11) Destino dos produtos comercializados?
() Pecuária () Agricultura Em qual dos segmentos representa o maior mercado? Por quê?
- 12) Dos insumos destinados à agropecuária houve aumento nas vendas para Júlio de Castilhos?
() Sim. Em que período (ano)? _____
() Não.
Por quê? _____
- 13) Quais as perspectivas para a soja no município? Você acredita que, no decorrer do tempo, a expansão da soja vai “pressionar” a diminuição da pecuária? Existem novas cadeias produtivas a ser desenvolvidas no município? Quais?

ANEXO E – Localização dos estabelecimentos agropecuários dos produtores entrevistados de Júlio de Castilhos/RS.

